



**UM RIO GRANDE DO NORTE A SER ENSINADO: A TRAJETÓRIA DO
ENSINO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE A
PRIMEIRA REPÚBLICA (1908-1925)**

JEAN-PIERRE MACEDO DANTAS DE MORAIS

NATAL/RN

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: ESPAÇOS DE MEMÓRIA, CULTURA MATERIAL &
USOS PÚBLICOS DO PASSADO

**UM RIO GRANDE DO NORTE A SER ENSINADO: A TRAJETÓRIA DO
ENSINO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE A
PRIMEIRA REPÚBLICA (1908-1925)**

JEAN-PIERRE MACEDO DANTAS DE MORAIS

NATAL/RN

2019

JEAN-PIERRE MACEDO DANTAS DE MORAIS

**UM RIO GRANDE DO NORTE A SER ENSINADO: A TRAJETÓRIA DO
ENSINO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE A
PRIMEIRA REPÚBLICA (1908-1925)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Espaços de Memória, Cultura Material & Usos Públicos do Passado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do(a) Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha

NATAL/RN

2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes –
CCHLA

Morais, Jean-Pierre Macedo Dantas de.

Um Rio Grande do Norte a ser ensinado: a trajetória do ensino de História do Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1908-1925) / Jean-pierre Macedo Dantas de Moraes. - 2019. 113f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Natal, RN, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

1. Ensino de História. 2. História do Ensino de História. 3. Rio Grande do Norte. 4. Educação. I. Rocha, Raimundo Nonato Araújo da. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94(813.2):37

JEAN-PIERRE MACEDO DANTAS DE MORAIS

**UM RIO GRANDE DO NORTE A SER ENSINADO: A TRAJETÓRIA DO
ENSINO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE A
PRIMEIRA REPÚBLICA (1908-1925)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Espaços de Memória, Cultura Material & Usos Públicos do Passado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha

Professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (UFRN)
Orientador

Professor Dr. Helder do Nascimento Viana (UFRN)
Examinador Interno

Professora Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt (PUC-SP)
Examinadora Externa

Professor Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais (UFRN)
Suplente

Natal, 27 de setembro de 2019

Para os meus querido sobrinhos

Matteo e Ana Clara

AGRADECIMENTOS

O exercício do agradecimento é sempre arriscado. O medo de esquecer o nome de alguém sempre nos espreita. Mas não posso me furtar de agradecer, nominalmente àqueles que tiveram um papel essencial para a execução deste trabalho:

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus familiares. Minha mãe, Ana Cristina e o meu pai, Edmilson, além dos meus irmãos Fabiolla e Pietro. Meu tio Marcos, minhas tias Ana Lucia e Greci. Meu avô João Edmilson e minhas avós Maria Nilza e Ana Francisca. Agradeço a todos vocês por todo carinho, apoio afetivo, emocional e, algumas vezes, financeiro. Ter uma família que pode propiciar todo o suporte necessário para que nós possamos nos preocupar “apenas” em pesquisar, em nosso contexto atual, é um grande privilégio

À minha querida Laura, companheira incrível. Esteve ao meu lado durante todo o processo de escrita. Desde a seleção do mestrado até a conclusão do trabalho, me deu todo o suporte necessário, sendo extremamente compreensiva e paciente. Eu nunca esquecerei das suas ações e espero, do fundo do meu coração, poder lhe retribuir à altura. Eu te amo!

À Bruna Rafaela, minha professora de História no Ensino Médio. Foi a primeira confidente e apoiadora do meu desejo de me graduar na área. Antes, era minha professora, hoje, com orgulho, eu posso dizer que também foi minha companheira de trabalho em eventos e simpósios.

Ao professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha, que me orientou desde o meu segundo semestre no curso. Quase sete anos de trabalhos, pesquisas, viagens, puxões de orelha e muito, muito divertimento, alegrias e aprendizados. Raros foram os dias que entrei na sala 209B e o encontrei sem disponibilidade para me ajudar. Agradeço por todo carinho e confiança.

À minha querida e corintianíssima Aurinete Girão. Agradeço por todo carinho, pelas conversas descontraídas, pelos lanches e pela paciência nas aulas de paleografia. Até hoje me impressiono com a sua facilidade de entender aqueles “garranchos”.

Aos meus amigos do grupo de pesquisa *Os Espaços na Modernidade*: Paulo Vitor Airaghi, Paulo Rikardo, Isa Cristina, Dayane Ponciano, Reginaldo Carlos, Isabel Barreto,

Arilene Lucena, Renno Alesy, Cecil Guerra, Flamariom Mata, Janaína Porto, Luanda, Marina, Ângela, Thabata, Murilo e Mário. Agradeço a todos pelos auxílios, pela amizade e a boa convivência que sempre tivemos.

Aos professores André Seal, Helder Viana e Raimundo Arrais, pelas contribuições no meu Exame de Qualificação. Em especial, agradeço ao professor Helder por todas as indicações de textos e trabalhos durante o seminários da linha de pesquisa.

À professora Circe Bittencourt, agradeço por toda sua disponibilidade. Com muita gentileza, leu o texto do meu Exame de Qualificação, dando excelentes indicações que me ajudaram de forma substancial na reorganização e escrita do meu trabalho. Agradeço também por ter participado da minha banca de Defesa de Dissertação.

A Luann Alves e João Carlos, secretários do PPGH e da Coordenação do Curso de História, respectivamente. Grandes profissionais e amigos que esses “anos de corredores” do CCHLA me deram.

Ao professor Maurilton Morais e Erick Leonardo, grandes e competentes profissionais da saúde mental.

Ao *sensei* Cláudio Custódio e aos companheiros de treino da “ZR Team”, agradeço por todos os treinos de Jiu-Jitsu e pelos momentos de descontração.

À professora Leilane Assunção (*In memoriam*) que me ensinou, durante nossos poucos contatos, que estudar e pesquisar é importante, mas tão importante quanto é ter saúde e buscar levar a vida com leveza.

E por buscar levar essa vida leve e harmoniosa quero, por fim, agradecer aos meus amigos. Uns de infância, outros que fortaleci os laços só na pós-graduação: Erick Matheus, Ítalo Alves, Gustavo Peralba, John Wesley, Danik e Franklin. Agradeço por toda a amizade.

Por fim, eu queria agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro. A bolsa de pesquisa foi imprescindível não apenas para a viabilização como também para a divulgação deste trabalho nos mais diversos eventos.

A todos, do fundo do meu coração, meu muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta construir a trajetória do ensino de história do Rio Grande do Norte durante o recorte cronológico estabelecido entre os anos de 1908 e 1925, quando Alberto Maranhão, governador do Estado, aprovou o Decreto nº 178 de 29 de abril de 1908 que autorizava Francisco Pinto de Abreu a promover a reforma do ensino primário potiguar e a instituir os Grupos Escolares no estado, as primeiras instituições a preverem em seu programa escolar o ensino de História do Rio Grande do Norte como também o ano de indicação dos primeiros livros de História nos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte, respectivamente. O objetivo é compreender como a disciplina foi ensinada nas escolas e como atuou na formação dos novos cidadãos dentro do ideário político republicano. Nesse sentido, este trabalho busca identificar os principais conteúdos, a produção didática e a recepção de uma história potiguar, tanto pelos docentes quanto pelos discentes dos ensinos primário. Para isso, as fontes consultadas foram os *Regimentos Internos dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte*; as *Falas dos Governadores do Estado*; os *Relatórios dos Diretores da Instrução Pública e do Departamento de Educação*; Leis gerais e estaduais de ensino; Livros de História do Rio Grande do Norte; os periódicos *A República* e *A Imprensa*. Do ponto de vista conceitual, o trabalho está ancorado, entre outros, nos conceitos de cultura escolar, currículo e disciplina escolar, propostos por Dominique Julia, Ivor Goodson e André Chervel, respectivamente. Tais conceitos serão operacionalizados no intuito de entender a lógica que garantiu a instituição e permanência dessa disciplina no currículo escolar durante esse período. Quanto ao método, o trabalho direciona-se a responder três indagações: Como surgiram as primeiras preocupações em construir uma história do Rio Grande do Norte para os ensinos primário e secundário; como a disciplina deveria ser ensinada; como o estado foi abordado nos livros indicados pelo Departamento de Educação.

Palavras-chaves: Ensino de História. Cultura Escolar. Educação. Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

This present study aims to build the path of the teaching of History in the State of Rio Grande do Norte during the established chronological range from 1908 to 1925, when Alberto Maranhão, state governor, approved Decree No 178 of April 29, 1908, that enabled Francisco Pinto de Abreu to promote the primary education reform and institute the so-called “Grupos Escolares” (“School Groups”) in the state, that were the first school institutions to provide the teaching of History of the State of Rio Grande do Norte in its school programme, as well 1908 was the year of indication of the first history books in the Rio Grande do Norte School Groups. The goal is to understand how the subject was taught in the schools and how it acted in the formation of the new citizens according to the republican political thinking. For this purpose, this work seeks to identify the main contents, the production of didactic material, and the reception of a history of Rio Grande do Norte by both teachers and primary school students. To this end, the consulted sources were *Regimentos Internos dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte*; the *Falas dos Governadores do Estado*; the *Relatórios dos Diretores da Instrução Pública e do Departamento de Educação*; general and state education laws; history books of Rio Grande do Norte; the newspapers *A República* and *A Imprensa*; From a conceptual point of view, the work is anchored, among others, in the concepts of school culture, curriculum and subject, proposed by Dominique Julia, Ivor Goodson and André Chervel, respectively. Such concepts will be operationalized in order to understand the logic that ensured the institution and permanence of this subject in the school curriculum during this period. As for the method, the study aims to answer three questions: how the first concerns arose in building a history of Rio Grande do Norte for primary and secondary education; how the subject should be taught; and how the state was approached in the books indicated by the Department of Education.

Keywords: Teaching of History. School Culture. Education. Rio Grande do Norte

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Currículo do curso de Ciências e Letras do Colégio Atheneu Norte Riograndense	33
Tabela 2- Currículo do curso profissional do Colégio Atheneu Norte Riograndense	34
Tabela 3 - Relação de Diretores da Instrução Pública e Governadores do Rio Grande do Norte	44
Tabela 4- Mapeamento Escolar do Rio Grande do Norte (1904).....	50
Tabela 5 - Programa do Curso Infantil (1914)	64
Tabela 6 - Programa do Curso Elementar (1914).....	65
Tabela 7- Programa do Curso Infantil (1925)	72
Tabela 8 - Programa do Curso Elementar (1925).....	74
Tabela 9 - Programa do Curso Complementar	76
Tabela 10 - Lista dos Sócios Fundadores do IHGRN	86

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 – O Rio Grande do Norte, a República e o ensino moderno	24
1.1 – 1892 – 1907: A reorganização do ensino potiguar, a estadualização do ensino e a <i>Reforma Pinto de Abreu</i>	27
1.2 – Situação da Instrução Pública	36
1.3 – Municipalizar ou estadualizar? Por trás dos diretores, os governadores	42
Capítulo 2 – O ensino e a institucionalização da História do Rio Grande do norte como disciplina escolar	54
2.1 O ensino de História nos regimentos dos Grupos Escolares de 1914 e 1925.....	61
Capítulo 3 – O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o agrupamento de intelectuais e a necessidade de escrever e ensinar sobre o Rio Grande do Norte	80
3.1 – A <i>Questão de Grossos</i> e a arregimentação intelectual potiguar.....	81
3.2- O Rio Grande do Norte nos livros escolares.....	90
3.2.1 – As histórias do Rio Grande do Norte de Tavares de Lyra e Rocha Pombo: Os Albuquerque Maranhão e os Bezerra de Medeiros.	93
Conclusão	104
Fontes	108
Bibliografia	111

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo a construção da trajetória do ensino de história do Rio Grande do Norte enquanto uma disciplina escolar. O recorte deste trabalho foi motivado por dois fatos: o primeiro ocorrido em 1908, quando Alberto Maranhão, governador do Estado, aprovou o Decreto nº 178 de 29 de abril de 1908 que autorizava Francisco Pinto de Abreu a promover a reforma do ensino primário potiguar e a instituir os Grupos Escolares no estado, as primeiras instituições a preverem em seu programa escolar o ensino de História do Rio Grande do Norte. O ano de 1925, por sua vez marca a última publicação de um regimento escolar norte riograndense durante a Primeira República e primeira indicação dos livros *História do Rio Grande do Norte*, de Augusto Tavares de Lyra e *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Francisco da Rocha Pombo.

Dito isto, o trabalho visa estudar como, durante este período, se deu a constituição de uma disciplina escolar voltada para o ensino de uma história regional. Buscando compreender como esta disciplina foi organizada, quais temas foram escolhidos para serem ensinados e como os grupos políticos atuaram para criar uma identidade potiguar a ser inculcada nas crianças e jovens de todo estado. O tema será analisado especificamente nas escolas primárias, representadas pelos Grupos Escolares e Escolas Isoladas, a partir das *Falas dos Governadores do Estado apresentados à Assembleia Legislativa* (1892-1930); *Relatórios da Instrução Pública, posteriormente nomeado Departamento de Educação* (1889-1930); Regimentos Internos dos Grupos Escolares publicados nos anos de 1908, 1914 e 1925;

Duas motivações impulsionaram a elaboração deste trabalho. A primeira refere-se ao fato de que, ao longo dos meus quatro anos de graduação na condição de orientando do professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha, tive a oportunidade de participar de projetos de pesquisa diretamente relacionados às construções biográficas. Nesses projetos organizávamos acervos pessoais¹ e construíamos investigações históricas em torno da

¹ As atividades de higienização, digitalização, descrição e catalogação dos documentos foram realizadas no Centro de documentação Eloy de Souza (CEDOC), da Fundação José Augusto. Trabalho realizado pelos membros do grupo *Os Espaços na Modernidade*.

trajetória de personagens da cultura política do Rio Grande do Norte, tais como: o ex-presidente da República João Café Filho e os ex-governadores do estado: José Augusto Bezerra de Medeiros e Sylvio Piza Pedroza.

Nesses estudos foi possível perceber que a minha graduação em História pouco incorporava as pesquisas e a documentação produzidas sobre estes personagens. Percebi que apesar de encontrar nas biografias fortes indícios de elementos que constroem sentidos para a formação de identidades potiguares, essas informações não eram discutidas no curso de licenciatura em História. Diante disso, comecei a indagar o porquê de na graduação não se trabalhar com questões que versassem sobre a construção de “identidades potiguares” em disciplinas dedicadas aos estudos de História do Rio Grande do Norte. Me perguntava qual seria a função da disciplina de história do Rio Grande do Norte no projeto pedagógico do curso de História. Por fim, a pergunta que mais me “castigava” era: a história do Rio Grande do Norte deveria continuar a ser ensinada para os alunos da graduação?

A segunda motivação veio justamente por conta desta última inquietação que, em específico, muito me veio à cabeça por conta da adoção do Exame Nacional do Ensino Médio como a principal “porta de entrada” para o ingresso nas Universidades Federais do Brasil no ano de 2013. Na universidade em que eu cursei a minha graduação em História², a instituição que realizava os vestibulares até o ano de 2012 era a Comissão Permanente do Vestibular da UFRN (COMPERVE) que dentre suas doze questões objetivas e quatro questões discursivas, sempre trazia alguma questão, preferencialmente discursiva, sobre História do Rio Grande do Norte. Lembro-me que neste ano, a última questão trazia um excerto do discurso proferido pelo General de exército norte americano Dwight Eisenhower ao visitar a Base Aérea de Natal, o “Trampolim da Vitória”. A questão indagava sobre qual teria sido a importância do Rio Grande do Norte na Segunda Grande Guerra e quais mudanças socioculturais ocorreram na Cidade do Natal e foram

² Fiz a minha graduação em História-Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre os anos de 2013 e 2016.

incorporadas a partir do contato e convívio de sua população com os militares estadunidenses que lá residiram durante a guerra.³

Essas questões, que sempre estavam presentes nos vestibulares realizados pela COMPERVE, acabavam por gerar nas escolas potiguares uma demanda pela adoção e produção de materiais didáticos, além da realização de aulas sobre a sua história local. Essa cobrança, que vinha mais da própria comissão de vestibulares do que do interesse próprio das escolas em seguir as indicações e regulamentos estaduais que preconizavam o ensino de história do Rio Grande do Norte no ensino básico,⁴ proporcionava aos alunos o estudo de uma história homogeneizada, sem problematizações e fortemente ligada aos trabalhos realizados nas primeiras décadas do século XX, seguindo a seguinte cronologia: os primeiros povos e o descobrimento; a colonização; Guerra dos Bárbaros; invasões holandesas; o Rio Grande do Norte no Império até a Proclamação da República. No período republicano, estudávamos então sobre a formação e consolidação dos grupos oligárquicos encabeçados por membros da família Albuquerque Maranhão, representantes da cultura canavieira, e por Joaquim Ferreira Chaves, representante dos interesses dos cotonicultores do Seridó potiguar, tendo um salto até a década de 40 do século XX com a construção e utilização da base aérea localizada em *Parnamirim Field* durante Segunda Guerra Mundial.

Nas aulas, eram utilizadas para discussão as obras produzidas a partir da década de 20 do século XX, escritas por Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Luís da Câmara Cascudo.⁵ Finalmente, para os estudantes, após a leitura de trechos destas obras com uma escrita do início do século passado, a história do Rio Grande do Norte a ser ensinada era finalizada com a participação do estado na Segunda Guerra Mundial, sendo o “último

³ Essa e outras questões sobre os vestibulares organizados pela COMPERVE estão disponíveis no sítio: <http://www.comperve.ufrn.br/conteudo/vest_antiores.htm>. Acessado em: 12 de setembro de 2019

⁴ O ensino de cultura do Rio Grande do Norte é previsto na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte de 2001.

⁵ As obras, em sequência, são: *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lira (1921); *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Rocha Pombo (1921); *História do Rio Grande do Norte*, de Luís da Câmara Cascudo (1955).

ato” a apresentação do filme *For All - O trampolim da Vitória*⁶. Curiosamente, vale destacar que esta ordem de temas aqui elencados foram praticamente os mesmos por mim estudados nas disciplinas História do Rio Grande do Norte I e II. A História do Rio Grande do Norte I abordava a colonização do Rio Grande do Norte, com ênfase na Guerra dos Bárbaros e as invasões holandesas, concluindo com a Proclamação da Independência do Brasil. Já a disciplina de História do Rio Grande do Norte II estranhamente não trazia à discussão a história do Rio Grande do Norte durante o Império, saltando diretamente para a instauração da República, os primeiros governadores, a ascensão dos grupos políticos encabeçados pelas famílias Albuquerque Maranhão, o rompimento de Alberto Maranhão com Joaquim Ferreira Chaves e a reconfiguração do cenário político estadual, dando um salto temporal até a década de 40 do século XX com a participação do estado na Segunda Grande Guerra... Sendo reprisado o mesmo filme *For all*.

Como foi dito anteriormente, o ano de 2012 foi marcado por ter sido o último vestibular organizado pela COMPERVE, que transferia para o INEP a responsabilidade de realizar e aplicar as futuras provas para o ingresso de novos estudantes na UFRN. O ENEM foi transformando em um vestibular nacional, o que, conseqüentemente, anulou o sentido de se cobrar questões referentes às temáticas estaduais. A opção pelo Exame Nacional do Ensino Médio acabou por gerar um efeito negativo: a disciplina “Cultura do Rio Grande do Norte”, prevista constitucionalmente, em seu artigo 138 §2,⁷ como componente disciplinar obrigatório para a rede estadual de ensino desde o ano de 2001, perdeu paulatinamente o seu espaço no currículo escolar potiguar, sendo, em 2017 transformada em tema a ser ensinado, a critério do professor, nas disciplinas de Arte, Literatura e História do Brasil.⁸ Isso me fez refletir muito sobre a questão da permanência das disciplinas de história do Rio Grande do Norte na universidade. Afinal para que deveria se ensinar a um futuro professor uma regional que está perdendo, ano após ano, a sua obrigatoriedade nos currículos escolares?

⁶ Para mais informações sobre o filme, conferir: <<http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=022896&format=detailed.pft>>. Acessado em: 12 de setembro de 2019

⁷ RIO GRANDE DO NORTE. **Constituição do Estado do Rio Grande do Norte**. 2001.

⁸ Governo do Estado do Rio Grande do Norte. **Estrutura curricular do Ensino Médio Diurno**. 2017.

Pensando nos estudos biográficos que realizei durante a graduação, comecei a pensar nos indivíduos pesquisados que em sua maioria atuaram na esfera pública do durante a Primeira República. Estes políticos tinham suas próprias visões sobre o que era ser potiguar e o que, para eles, seria uma “verdadeira” história norte riograndense. Ao estudar sobre os governadores do estado, muito me chamou a atenção o fato de em 1925 terem sido indicadas duas obras de história do Rio Grande do Norte. Sendo uma produzida por um intelectual potiguar, Augusto Tavares de Lyra e a outra produzida por Francisco da Rocha Pombo, um intelectual paranaense fortemente ligado à produção de livros didáticos de História do Brasil que, a partir da segunda década do século XX começou a produzir livros de história regional, como a dos estados de São Paulo e Paraná. Um livro foi publicado em 1921 e o outro em 1922. Um livro produzido por um “filho da terra”, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o do Brasil e o outro produzido por um outro membro do IHGB, nascido no Paraná e sem uma tradição de estudos sobre o Rio Grande do Norte.

Questionava-me sobre qual seria a motivação do governo do estado ter feito uma encomenda de um livro “igual” ao que Tavares de Lyra estava escrevendo. Com o avançar da pesquisa, descobri que as duas obras atendiam à determinados interesses. A história do potiguar, contava os feitos da oligarquia Albuquerque Maranhão. A história do paranaense, por sua vez, criava um verdadeiro *ethos* do homem sertanejo e com isso buscava transformá-lo na “imagem fidedigna” do que era ser potiguar. Atrelavam a riqueza e o desenvolvimento do estado aos esforços destes homens da cultura pecuarista e cotonicultora. Instigado com a ideia de descobrir o que estes grupos políticos entendiam por “ser potiguar”, comecei a indagar sobre a possibilidade desses políticos de alguma forma terem encontrado meios, por vias oficiais ou não, de difundir as suas concepções através do ensino.

O objeto de investigação deste trabalho delimita-se à disciplina de História do Rio Grande do Norte, instituída para o ensino primário estadual durante o período compreendido entre a criação do primeiro Regimento interno dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte até o ano da primeira indicação do uso de livros de História deste estado. Especificamente pretendo estudar quando, como e por que as disciplinas relacionadas às histórias regionais passaram a fazer parte dos currículos escolares do ensino básico. Procuo, então, a partir destas questões levantadas durante este texto

introdutório, a resposta para a seguinte indagação: **como, durante a Primeira República, foi construída uma disciplina história do Rio Grande do Norte voltada para o ensino primário estadual?**

Com o que vem sendo proposto para se realizar nesta investigação, compreende-se que este trabalho toma direção para o campo da história da educação, na área de pesquisa das disciplinas escolares. Se pensarmos na historiografia da educação conseguimos notar o quão recente é este campo de estudo no Brasil, datando as décadas de 80 e 90 do século XX, período em que sofreu seu maior processo de crescimento, e consequentemente ampliou as problemáticas e metodologias das produções dos trabalhos. A ampliação deste campo se deu em grande parte pela incorporação dos estudos da Nova História Cultural, com a sua perspectiva de que as práticas culturais funcionavam como agentes constitutivos da sociedade e não meros produtos. Isso abriu espaço para o estudo das práticas educativas e a produção do conhecimento escolar para além dos discursos oficiais.

Em busca de compreender o que seria uma disciplina escolar, encontramos nos estudos do historiador André Chervel uma chave de compreensão interessante. O primeiro ponto que aqui vale destacar é que o próprio termo “disciplina escolar” é um termo recente e passível de análise, cabendo aos historiadores contemporâneos do campo de estudos das disciplinas escolares, “a tarefa de definir a noção de disciplina ao mesmo tempo que faz a sua história”.⁹ Ao fazer um estudo sobre as disciplinas escolares, utilizando como objeto de estudo o ensino da literatura francesa do final do século XIX ao início do XX, o autor comenta que, no seu uso escolar, o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não designam, até à fim do século XIX mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso. Na realidade, essa nova acepção da palavra é trazida por uma larga corrente de pensamento pedagógico que se manifesta, na segunda metade do século XIX, em estreita ligação com a renovação das finalidades do ensino secundário e do ensino primário. Ela faz par com o verbo disciplinar, e se propaga primeiro como um sinônimo de ginástica intelectual, no conceito recentemente introduzido no debate. Logo após a I Guerra Mundial, enfim o termo

⁹ CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação. 1990 p.178

‘disciplina’ vai perder a força que o caracterizava até então. Torna-se uma pura e simples rubrica que classifica as matérias de ensino, fora de qualquer referência às exigências da formação do espírito.¹⁰ Percorrendo um trajeto que vai desde os termos ambíguos dos séculos XVIII e XIX até o pós-guerra, André Chervel acaba por identificar o termo “disciplina” enquanto uma entidade própria da escola¹¹. Tal fato apresentado pelo autor é bem instigante, uma vez que acaba por apresentar o termo “disciplina” como algo escorregadio e não consensual. Que é moldado e reproduzido a partir da relação dos grupos e indivíduos em cada época e em seus respectivos contextos.

Compreendendo a disciplina escolar como uma entidade da própria escola, como dito anteriormente, é possível sistematizá-la dentro de um conjunto de práticas específicas de uma determinada cultura escolar, como é proposto por Dominique Julia. Para o autor, a cultura escolar pode ser compreendida como “um conjunto de normas que definem os saberes a serem ensinados e de condutas a serem inculcadas e um conjunto de práticas que permitem a transmissão destes saberes e a incorporação desses comportamentos e práticas ordenadas de acordo com as finalidades que podem variar segundo as épocas (religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”.¹² Um fato importante a se destacar é que a cultura escolar não deve ser estudada apenas por si só. Deve-se levar em consideração que essa cultura de “dentro dos muros escolares” dialoga diretamente, tanto por relações de aproximações como por de distanciamentos, com os conjuntos de culturas contemporâneas que lhe são externas, como a religiosa, a política ou a popular.

Este estudo abre margem para pensarmos que, apesar da existência de um currículo formal, instituído regimentalmente e aprovado por leis, dispondo do que deve ou não ser ensinado e quais disciplinas deverão compô-lo, há também um currículo real, que de fato é aplicado nas escolas. São as práticas escolares que realmente definem se uma História do Rio Grande do Norte, por exemplo, seria ensinada ou não dentro dos muros dos Grupos Escolares. Pensando a questão dos currículos escolares como um construto social e um objeto de estudo da História, permeado por dinâmicas informais e relacionais, tem-se como base os estudos propostos por Ivor Goodson, que entende o currículo escolar como um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos

¹⁰ Ibid. p. 180.

¹¹ Idem.

¹² JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan. /jun. 2001. p. 194

humanos específicos e que, por muitas vezes é entendido como algo “dado”, como algo natural. Para Goodson, num sentido significativo, o currículo é “o testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares”.¹³ Percebe-se que o currículo escrito é imbuído de uma significação simbólica. Simbólica pois, como aponta o autor, quando um governo ou uma instituição de políticas educacionais institui um novo currículo acaba por evidenciar que determinadas intenções educativas destes grupos se tornam publicamente comunicadas e legitimadas, mas que cabe aos agentes sociais inseridos numa determinada cultura escolar a sua definitiva aplicação.

Pelo que os estudos de Dominique Julia apontam, a disciplina escolar que compõe o currículo de determinada instituição de ensino constitui-se como uma produção direta de uma cultura escolar. Logo, a construção e a manutenção de uma disciplina seriam permeadas por momentos de transformações e estabilidades, causadas tanto pelas mudanças na metodologia de ensino, como também pelas reformas educacionais, reorganização das dos currículos ou alteração no quadro de professores, bem como da clientela da instituição. As disciplinas escolares seriam, então, uma criação específica da escola que, vista assim, deixa de ser considerado um meio que se limita a transmitir saberes ou condutas geradas no exterior dela, mas saberes e condutas que nascem em seu interior e que levam as marcas características dessa cultura escolar.¹⁴ Pode-se depreender que a presença de cada uma das disciplinas escolares no currículo, sua obrigatoriedade ou sua condição de conteúdo opcional e, ainda, seu reconhecimento legitimado por intermédio da escola, não restringe a problemas epistemológicos ou didáticos, mas articula-se ao papel político que cada um desses saberes desempenha ou tende a desempenhar, dependendo da conjuntura educacional. Estado, deputados e partidos políticos, associações docentes, professores e alunos, entre outros, são agentes que integram a constituição das disciplinas escolares e, por intermédio de suas ações, delimitam sua legitimidade e seu poder.¹⁵

Pode-se assimilar que, tomando esses três conceitos como primordiais para a execução deste trabalho, assim se possa compreender a relação das instituições, dos

¹³ GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. São Paulo: EDUCA, 1997, p. 20

¹⁴ CHERVEL, Andre. Op. Cit.

¹⁵ BITTENCOURT, Circe. Op. Cit., p.10

grupos e indivíduos com a criação e manutenção de uma disciplina de História do Rio Grande do Norte. Com isso haverá o intento de investigar não apenas a disciplina de História do Rio Grande do Norte como uma agente legitimadora de um determinado grupo que está ditando a situação política dos momentos estudados, mas também entender a relação que os indivíduos intimamente ligados com o ensino e a aprendizagem constroem esta disciplina escolar.

Um outro ponto a ser estudado nesta pesquisa será o de compreender como, nessa disciplina de história regional, o Rio Grande do Norte se constituiu como um estado, com sua história e seus limites a serem aprendidos pelos estudantes. Como Benedict Anderson propôs, esse estado também pode ser considerado uma comunidade imaginada.¹⁶ Imaginada e mantida através dos mais diversos esforços e meios. Apesar dos membros de uma comunidade jamais se encontrarem e jamais ouvirem falar dos seus conterrâneos, há em mente uma imagem viva da comunhão entre eles. Obviamente, isso não ocorre naturalmente, mas através de construções ideológicas mantidas pelo Estado. Para tanto, a história, a geografia, o censo, o mapa, o museu são importantes no chamado dos indivíduos para o sentimento de autoconsciência. Buscamos também, a partir dos estudos de Hobsbawm sobre a criação das nações e dos nacionalismos compreender como, são ensinados os elementos que distinguem os potiguares enquanto uma “protonação”.¹⁷

Ao analisar as fontes que irão embasar este trabalho, podemos dividi-la em três grupos: documentos governamentais; livros indicados para as escolas e livros didáticos; impressos periódicos. Por se tratar de uma disciplina escolar de um dito “ensino formal”, as fontes localizadas que versam sobre esta temática são majoritariamente compostas por documentos oficiais produzidos pelos governantes do Rio Grande do Norte. No grupo dos documentos oficiais, serão analisados: as Falas dos Governadores do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa (1892-1930); os Relatórios da Instrução Pública (1892-1930); Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (1892); Lei nº 6, de 30 de maio de 1892; Decreto nº 18 de 1892; Decreto nº 21 de 4 de abril de 1893; Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907; Decreto nº 178 de 29 de abril de 1908; Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado do Rio Grande do Norte de 1908, 1914 e 1925.

¹⁶ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

¹⁷ HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Pretende-se, com esses documentos, compreender não só como o ensino dessa história regional foi discutido e praticado durante o recorte temporal aqui estabelecido, mas procura-se, de maneira mais ampla, compreender como ela foi constituída nesse momento de mudanças de paradigmas e formas de se ensinar no estado, que passou no início do século XX por profundas reformas educacionais

Além dos documentos governamentais, serão investigadas também as obras historiográficas produzidas sobre o Rio Grande do Norte, uma vez que, na falta de livros didáticos, estas chegaram a ser adotadas como material de leitura para os professores primários. A análise dessas obras será importante para se compreender como o Rio Grande do Norte era apresentado e descrito, e como tais obras foram adaptadas – ou não – para serem utilizadas em sala de aula. As obras a serem analisadas são: *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra (1921); *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Rocha Pombo (1921); Procuraremos como os grupos, a partir destas obras que foram adotadas nas escolas primárias potiguares, buscaram criar uma identidade potiguar a ser ensinada e como os interesses políticos interferiram na produção e veiculação destes livros de história regional.

Buscando compreender também sobre aqueles que sobre esta história estadual escreveram e buscaram, por meio desses escritos, ensinar, é crucial analisar o que estes indivíduos pensavam, suas associações com os grupos políticos e intelectuais e suas ações a partir dos órgãos de imprensa. Para esta investigação serão analisados os periódicos *A República* e *A Imprensa*; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, de 1903 a 1930. Do jornal *A República*, me interessa as publicações realizadas no ano de 1911 por Nestor dos Santos Lima na coluna *Pedagogia*, direcionada para os alunos da Escola Normal de Natal. Em seus escritos, o professor Nestor Lima escrevia sobre métodos e técnicas de ensino para os alunos desta instituição e em um deles escreveu sobre como deveria ser conduzido o ensino de História no estado e como o ensino de História do Rio Grande do Norte deveria associar-se aos métodos empregados no ensino intuitivo.¹⁸

¹⁸ As fontes aqui apontadas encontram-se disponíveis nos seguintes sítios: os Jornais *A República* e *A Imprensa*: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. As revistas do IHGRN encontram-se no site do Laboratório de Imagens do Departamento de História da UFRN: <<http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/simple-search?query=ihgrn>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

No que se refere à estrutura do trabalho, ele está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, será discutido a constituição do sistema educacional potiguar. Como, a partir do ano de 1892 foi criada a Secretaria de Instrução Pública do Rio Grande do Norte; quais foram os seus principais diretores, os principais fatores que contribuíram para a situação em que a educação potiguar se encontrava; os embates realizados entre Manoel Dantes e Francisco Pinto de Abreu sobre uma eventual estadualização ou total municipalização do ensino potiguar; Culminando com a aprovação da *Reforma Pinto de Abreu*, o surgimento dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte e os primeiros regimentos escolares que previram o ensino de história regional. Neste capítulo foram utilizados como fontes as Falas dos Governadores do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa dos anos de 1892 a 1907; Relatórios da Instrução Pública, também de 1892 a 1907. A Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, de 1892. Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907

O segundo capítulo tratará da implementação da *Reforma Pinto de Abreu* e da criação da disciplina de História do Rio Grande do Norte no currículo do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, de 1908 e como, anos depois, transformou-se numa disciplina obrigatória para todos os Grupos Escolares e Escolas Isoladas coordenadas pelo governo estadual. Trataremos como Nestor dos Santos Lima concebeu o método de ensino a ser aplicado nas escolas potiguares; como o ensino de História foi “seriado” para contemplar todas as etapas do ensino; quais conteúdos foram selecionados, como a história do Rio Grande do Norte deveria ser ensinada, quais indivíduos foram selecionados como “heróis do panteão das grandes personalidades potiguares”; quais livros foram escolhidos tanto para o ensino de História Pátria como para o ensino de História Regional. As fontes a serem utilizadas serão as matérias veiculadas por Nestor Lima na coluna *Pedagogia*, no jornal *A República*; os Relatórios da Instrução Pública e do Departamento de Educação de 1906 a 1925; o Regimento Interno dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte dos anos de 1914 e 1925; o Programa Escolar e o Programa Pedagógico para o ensino de História dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte dos anos de 1914 e 1925.

No terceiro capítulo Tratarei de abordar como surgiram as primeiras preocupações em se construir uma História do Rio Grande do Norte e como ela deveriam ser adaptadas para o ensino primário durante a Primeira República. Observa-se que o interesse por se escrever e ensinar uma história do estado torna-se aparente na virada do século XIX o XX quando, da necessidade de defender o Estado do Rio Grande do Norte no Tribunal

Arbitral Instituído pelo Supremo Tribunal Federal em um imbróglio fronteiriço com o estado do Ceará, fora criado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 1902 e são veiculados os primeiros trabalhos sobre o estado: *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, de Vicente de Lemos; *O Rio Grande do Norte: esboço corográfico* de Augusto Tavares de Lyra. Após estas primeiras publicações, Diretores da Instrução Pública e governadores do estado começam a discutir a importância de tornar ensinável este conhecimento produzido por esta agremiação intelectual nas escolas estaduais. Surgia então a necessidade de se escreverem livros para serem utilizados na educação dos futuros cidadãos potiguares. Restando saber qual história do Rio Grande do Norte deveria ser ensinada, observou-se a mobilização de grupos para produzirem suas próprias histórias regionais, com as suas próprias concepções do que é ser potiguar e quais ensinamentos sobre o estado a mocidade deveria aprender.

A partir das História do Rio Grande do Norte de Augusto Tavares de Lyra e de Francisco da Rocha Pombo, observaremos como os grupos políticos encabeçados pelos Albuquerque Maranhão e os Bezerra de Medeiros buscaram na narrativa histórica mais um campo para os seus embates e quais esforços foram realizados para inserirem suas próprias histórias do Rio Grande do Norte nos currículos escolares. Para realizar esta análise serão utilizadas as matérias veiculadas n'*A República*; A Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (1922); o Programa Escolar para o ensino de História de 1925; Relatório da Instrução Pública de 1918, 1923 e 1925; *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra (1921); *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Rocha Pombo (1922).

Capítulo 1 – O Rio Grande do Norte, a República e o ensino moderno

O regime republicano, instaurado no Brasil em 15 de novembro do ano de 1889, trouxe como uma de suas marcas a busca pela modernidade, característica que esteve em voga nas primeiras décadas do século XX. Uma modernidade evidenciada não apenas pela urbanização das cidades e dos adventos tecnológicos mas também através da transformação das relações socioculturais. Eivados por um sentimento de pertencimento à uma marcha em direção ao progresso, a educação não ficou de fora dos interesses republicanos, como aponta Rosa Fátima de Souza. Em meio a tudo isso, a escola

despontava com mais um símbolo do grau de civilização atingidos pelos núcleos urbanos. A modernização buscava atingir, principalmente, o campo educacional brasileiro.¹⁹

O papel central conferido à educação pelos grupos dirigentes da República ao final do século XIX, nutriu-se dos ideais liberais e dos modelos de modernização educacional que estavam em voga nos países ditos “civilizados”, ratificando a distinção entre a educação do povo e a educação das elites, estabelecendo clivagens culturais significativas. As escolas primárias, que eram destinadas para as camadas mais populares do país, tinham como proposta a difusão dos saberes elementares, rudimentos das ciências naturais e físicas. Por sua vez, as escolas secundárias seriam voltadas para os filhos das elites dirigentes e pela camada média, sendo o ensino de caráter humanista. A formação do cidadão republicano ancorou-se de um lado nas possibilidades de integração social pelo cultivo da formação cívico-patriótica, pela afirmação da nação como projeto político e pela difusão de elementos das ciências técnicas, das letras e das artes; de outro lado, na constituição de culturas escolares distintas configuradas em diversos tipos de estabelecimento de ensino e em modos diferenciados de distribuição, apropriação de conhecimento, de produção de disposições, de percepções de mundo e de pessoas.²⁰

Nas primeiras décadas da República no Brasil, os conteúdos a serem ensinados em sala de aula passaram por um processo de mudanças. Fazia-se necessária uma adequação às novas demandas educacionais: matérias como História, Geografia, Ciências Naturais, Matemática, Música, Instrução Moral, Educação Física, Instrução Física e trabalhos manuais passaram a constar como disciplinas independentes que necessitavam de uma redefinição. Precisavam ser repensadas e adequadas às necessidades de um país que precisava formar não mais súditos do Império, mas futuros cidadãos inseridos na lógica de governo republicana. A ampliação e modernização dos programas acompanharam a renovação didático-pedagógica e administrativa do ensino primário, a expansão gradativa e contínua desse nível escolar levado a cabo pelos republicanos em vários estados brasileiros e mantiveram relativa estabilidade até meados do século XX.²¹

¹⁹ SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. P. 37

²⁰ Ibid. p. 19

²¹ SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit., 2008. p. 20

Feita a opção pela República Federativa, o Estado concedeu aos estados federados o direito de conservarem suas respectivas autonomias. Esta autonomia aos estados foi um fator-chave para a viabilização da produção de narrativas históricas estaduais. Após o ano de 1889 pode-se observar o surgimento de agremiações intelectuais como os institutos históricos e geográficos estaduais. Instituições que, através dos seus trabalhos de identificação, coleta de fontes, criavam a narrativa de uma história regional e delineavam o seu próprio território. À medida que estes intelectuais escreviam histórias regionais, eles projetavam a importância dos seus estados no cenário nacional. No caso norte riograndense, a história regional também apareceu como um meio um meio para fomentar as discussões sobre o espaço. O caso mais conhecido é a *Questão de Grossos*, litígio fronteiriço entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, ocorrido entre os anos de 1732 e 1920, resolvido no Supremo Tribunal Federal a partir de um Tribunal Arbitral em que os representantes dos estados litigantes tiveram como suporte para embasar suas teses os trabalhos produzidos tanto pelo Instituto Histórico Geográfico e Arqueológico do Ceará, como também pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que buscaram nas documentações as razões que legitimassem a “verdadeira” posse da região.

Pode-se admitir que a Primeira República foi o marco inicial para os processos de expansão e consolidação das identidades estaduais, e que estes conhecimentos produzidos foram paulatinamente sistematizados e introduzidos nos currículos escolares: para além do “O que é ser brasileiro”, era necessário inculcar nos futuros cidadãos da República também o “O que é ser potiguar”, “O que é ser gaúcho”, “o que é ser mineiro”, etc. Expostas estas breves considerações acerca da instauração da República; a modernização do ensino nacional; e a busca pela construção das histórias estaduais, buscamos voltar os nossos olhos para o caso norte riograndense a partir da seguinte indagação: como surgiram as primeiras preocupações em se ter um ensino de história do Rio Grande do Norte?

Para responder estas questões é necessário, entretanto, primeiramente examinar os fatores que contribuíram para que, em determinado momento, em certos grupos fosse despertado o interesse de se escrever uma história do Rio Grande do Norte e como as elites políticas legitimaram este conhecimento considerando-o como algo a ser ensinado. Neste sentido, buscaremos compreender tanto a atuação política no campo da educação estadual para a promoção de uma reforma do ensino adequada aos modelos modernos aplicados em outras partes do país.

1.1 – 1892 – 1907: A reorganização do ensino potiguar, a estadualização do ensino e a Reforma Pinto de Abreu.

Os primeiros anos da República no Rio Grande do Norte foram marcados pela instabilidade. Grupos que outrora compuseram a cúpula do regime monárquico tiveram seu espaço e privilégios ameaçados pelos republicanos. Membros do Partido Conservador, em sua maioria perderam seus locais na Assembleia Legislativa. Outros, por sua vez, se adequaram ao novo modelo político, permanecendo atuantes na esfera pública. Fato é que, durante os três primeiros anos do regime republicano, o estado passou por onze administrações diferentes. No período que compreende os anos de 1889 a 1892, o governo do Rio Grande do Norte foi chefiado por nove governadores nomeados e dois eleitos indiretamente.²² Como dito anteriormente, esta instabilidade política teve fim em 1892, quando ocorreu a eleição de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, político, editor e diretor-chefe do jornal *A República*, órgão de imprensa do Partido Republicano do estado. No primeiro ano de seu governo, Alberto Maranhão convocou a Assembleia Legislativa do estado para produzir a primeira Constituição estadual, sendo escrita e aprovada ainda em 1892.

As primeiras tentativas de organização da Instrução Pública também ocorreram ainda em 1892. O Congresso Legislativo, assumindo a competência de legislar sobre a Instrução Pública, delineou em sua Constituição Estadual como a educação deveria ser conduzida em todo o Rio Grande do Norte: o ensino deveria ser descentralizado e municipalizado. A educação deveria ser uma responsabilidade não só do governo estadual, mas também de todos os municípios que, por lei, compunham a base da organização política e administrativa do estado, como consta no Art. 56 da referida constituição.²³ Ficava decidido, como consta no parágrafo sétimo do Art. 62, que às

²² BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2016.

²³ Constituição do estado do Rio Grande do Norte, do ano de 1892, encontra-se na publicação: **a Constituição Federal e as constituições dos estados da República Do Brazil**. Pelotas/ Porto Alegre, RS: Bohemique e Irmão/Livraria Universal, 1895. Por esta razão, a numeração das páginas mencionadas está de acordo com a numeração utilizada na publicação. Esta obra encontra-se disponível no sítio eletrônico do Senado Federal: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224222>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

municipalidades cabia a responsabilidade de “criar e manter escolas de educação cívica e instrução primária gratuita”.²⁴ Os deputados estaduais decidiram, nas Disposições Transitórias, lançar as diretrizes para ensino estadual. Uma reestruturação que visava, em um primeiro momento, reavaliar a permanência dos membros do magistério público, como também a formação de novos professores, como pode ser observado:

Art. 6º: O Congresso, tendo em vista as condições em que se acha a Instrução Pública do Estado, reformará o ensino sobre as seguintes bases:

1º Garantindo a inamovibilidade dos professores, que só poderão ser removidos por acesso ou a pedido.

2º Estabelecendo um curso profissional de três anos anexo ao curso secundário do Atheneo, aproveitadas as cadeiras deste estabelecimento e aumentadas as que forem necessárias para complemento do ensino secundário e profissional.

3º Dispensando os professores sem concurso e os de concurso que tiverem menos de cinco annos de nomeação. Estes ultimos, quando apresentando-se a concurso, serão em igualdade de aprovação, preferidos para o provimento das cadeiras.

4º Aproveitando para a nova organização da Instrução primária os professores de concurso que tiverem mais de cinco annos de nomeação, ou aposentando-os com os vencimentos correspondentes ao tempo de ensino no magistério publico.

*Aquelles que se acharem nas condições do n. 4 do presente artigo e que não aceitarem a nomeação perderão o direito á aposentadoria relativa ao seu tempo de serviço.*²⁵

Como fica claro no artigo, a primeira medida pensada pelos constituintes foi o tema das transferências de localidades. Como já fora discutido anteriormente, uma prática comum daqueles que ingressavam no magistério, era a requisição dos pedidos de transferência do município de origem para a capital do estado. Questões como a falta de instrumentos básicos para o ensino ou fatores climáticos, como o fenômeno da seca que assolava vários municípios eram agentes limitadores para estes professores e esta prática acabou por acarretar o fechamento de várias cadeiras isoladas, deixando vilas e cidades sem nenhum estabelecimento de ensino disponível. A inamovibilidade configurava-se como uma ação vital para a manutenção do ensino no interior do estado.

No parágrafos 3º do artigo, foram abordados dois pontos bem peculiares. O primeiro versava sobre a demissão sumária de professores com menos de cinco anos de

²⁴ Ibid. p. 326.

²⁵ Ibid. p. 329.

atuação no ensino, o segundo, por sua vez, seria a demissão de docentes não concursados. A partir desta medida, pode-se perceber que o governo do estado possuía quatro intuítos claros: o primeiro, de caráter econômico, buscava desonerar as folhas de pagamentos do estado, dispensando aqueles professores que não possuíam a vitaliciedade do cargo; o segundo, de caráter ideológico, visava a retirada dos professores indicados durante os últimos anos do período monárquico; o terceiro, de caráter técnico, era o de retirar do serviço público aqueles sem competência alguma para lecionar; o quarto, por sua vez, tinha como principal função identificar e demitir aqueles que haviam sido indicados ao magistério através das nomeações por apadrinhamento político dos seus antecessores.

Nos parágrafos aqui expostos ficou evidente o interesse do governo do estado em ter um controle maior deste corpo docente “herdado” do regime monárquico. Estas medidas tinham como principal objetivo renovar o corpo docente norte riograndense como um todo, desvinculando do ensino todos aqueles professores que fossem identificados com o Império e abrindo a possibilidade de instruir e contratar professores ligados ao regime político republicano.

Entretanto, como o governo contrataria estes profissionais uma vez que no Rio Grande do Norte não havia uma Escola Normal nem centros de formação de professores, o que já era uma realidade em vários estados brasileiros desde a primeira metade do século XIX?²⁶ Para suprir esta necessidade os congressistas determinaram que no Colégio Atheneu Norte Riograndense, única instituição de ensino secundário estadual, fosse disponibilizado o Ensino Normal: paralelo ao curso secundário regular, com quatro anos, aos moldes do que fora previsto ainda no regimento escolar de 1874, deveria ser instituído neste colégio um curso profissional com duração de três anos, dirigido exclusivamente para formação do magistério público.²⁷

²⁶ A partir do Ato Adicional de 1834, o Governo Central do Império concedia às assembleias legislativas provinciais o direito e a responsabilidade de legislar e administrarem sob os mais diversos assuntos, inclusive a educação. Esta medida abriu a possibilidade de cada província criar seus centros de formação de professores, sendo no ano de 1835 a criação da primeira Escola Normal do Brasil, localizada em Niterói, Rio de Janeiro. Em 1890, através do Decreto nº 13, de 8 de fevereiro de 1890, o primeiro governador do estado, Adolpho da Silva Gordo autorizou a criação da Escola Normal de Natal, entretanto, por não haver docentes qualificados para assumirem os trabalhos nem estrutura física para comportar a instituição não saiu do papel.

²⁷ RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., p. 329

Este artigo pertencente às Disposições Transitórias da Constituição norriograndense serviu como ponto de partida para que ainda em 1892 fosse sancionada a Lei nº 6, de 30 de maio. Lei esta que em seu artigo primeiro autorizava o governador a fazer a reforma do ensino a partir dos princípios estabelecidos e as bases impostas pela Constituição de 1892.²⁸ Este dispositivo legal possuía apenas um artigo, concedendo ao governador o direito de realizar a reforma do ensino livremente, via decreto. Entretanto, o Congresso Legislativo fez algumas imposições ao governador, como consta nos seguintes parágrafos:

Art. 1º— O Governador do Estado do Rio Grande do Norte fica autorizado a fazer a reforma do ensino, tendo em vista, como princípios estabelecidos, as bases dadas pela Constituição e as seguintes restrições:

I. Haverá uma Diretoria Geral de Instrução Pública. Com uma Secretaria, composta dos empregados que forem julgados necessário.

II. O instituto de ensino secundário – o Atheneo – será reformado no sentido de adotar quanto possível os métodos e programas seguidos nos institutos de instrução secundária da Capital Federal.

III. O Instituto de Ensino Profissional, para habilitação do professorado, criado pelo nº 2 do art. 6 das disposições transitórias da Constituição, deverá ministrar aos candidatos ao magistério público, além da necessária preparação literária, uma boa educação moral e cívica.

IV. Será oportunamente reorganizada a Biblioteca existente no Atheneo.²⁹

Ainda em relação à Lei nº 6, de 30 de maio de 1892, ficaram estabelecidas as obrigações do governo do estado e dos municípios. Coadunando com a com a constituição de 1892, no parágrafo quinto da referida lei, ficou determinado que o governo estadual deveria manter na capital duas escolas para o sexo feminino e duas para o sexo masculino. Nos demais municípios, nas respectivas sedes, seriam mantidas uma escola masculina e uma feminina. As escolas seriam divididas em escolas de primeiro, segundo e terceiro grau, sendo as de primeiro grau nas vilas; de segundo, nas cidades; de terceiro, na capital. Aos professores, cada grau corresponderia a um nível da carreira, percebendo diferentes salários, sendo respectivamente os salários de 900\$000, 1000\$000 e 1200\$000 anuais.³⁰

²⁸ RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 6, de 30 de maio de 1892.** Autoriza o Governador do Estado a fazer a reforma do ensino. Leis do Congresso (1892-1895). Natal: Typ. d'A República, 1896. p. 13.

²⁹ RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., p.13-14.

³⁰ Ibid. p.14

Aos professores cabiam a responsabilidade de custear com 1% de seus vencimentos a manutenção e publicação da *Revista Oficial da Instrução Pública*, que seria redigida pelos professores do Atheneu e do curso profissional que o estado estava tentando instituir.³¹

Nas cidades e vilas seriam extintas todas as cadeiras isoladas que estivessem sob responsabilidade de professores adjuntos, sendo vetada a criação de novas cadeiras; Para a fiscalização destas instituições de ensino e nas demais cidades do Rio Grande do Norte, haveria em cada município um delegado escolar, cargo oficialmente exercido pelo promotor público do município ou pelo presidente da Intendência que atuaria como o inspetor da instrução local; por fim, ficava decidido que o ensino particular seria livre; que a Constituição do Estado teria a sua leitura obrigatória em qualquer instituição de ensino, pública ou privada, e que o governo estadual só poderia intervir no ensino municipal como um agente fiscalizador.³²

Consideradas as imposições do Congresso Legislativo potiguar, em 30 de setembro de 1892, por meio do Decreto nº 18, o governador Pedro Velho autorizou o regulamento da Instrução Pública, tendo como objetivo principal a desvinculação do ensino com o período monárquico e a sua introdução à modernidade:

*Considerando que o vigente Regulamento nº 32 de 11 de janeiro de 1887, pelo qual se rege a Diretoria Geral da Instrução Pública não satisfaz às necessidades, nem se harmoniza com os progressos da pedagogia moderna; resolve mandar que pelo Regulamento que com este baixa se dirijam todos os estabelecimentos de instrução primária secundária ou profissional do mesmo Estado.*³³

Deste regulamento, é possível observar alguns pontos interessantes. O primeiro diz respeito às modalidades de ensino no Rio Grande do Norte, que seria dividido em ensino primário, secundário e normal. Sendo o primário de responsabilidade dos municípios, cabendo ao estado prestar auxílio e manter ao menos duas escolas em cada cidade, enquanto o secundário e o normal deveriam ser oferecidos apenas na capital do estado, no Colégio Atheneu. Ainda pelo decreto, ficou decidido que o ensino seria leigo e

³¹ Apesar da previsão legal, nada sobre esta revista foi encontrado durante o percurso desta pesquisa.

³² Ibid. p.15

³³ RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892. Reorganiza a instrução pública do Estado. **Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Typ. d'A República, 1892.

gratuito, o ensino particular seria livre e independente e as classes poderiam ser masculinas, femininas ou mistas.

No decreto ficou resolvido qual seria o currículo escolar a ser adotado em todas as escolas primárias do estado, públicas ou particulares.³⁴ No documento, constavam as seguintes disciplinas:

Art. 36º – O ensino primário ministrado nas escolas do Estado constará do seguinte:

*I. Leitura e Escrita. II. Aritmética Elementar. III. Geometria Elementar e Desenho Linear. IV. Lições de Coisas. V. Noções de Geografia e História, especialmente do Brasil. VI. Gramática Nacional. VII. Educação Moral e Cívica. VIII. Elementos de Música. IX. Ginástica. X. Trabalhos Manuais, compreendendo os trabalhos de agulha para o sexo feminino.*³⁵

Um ponto interessante deste currículo, se comparado ao de 1884 – que era idêntico ao proposto no regimento escolar da província, em 1874³⁶ – é que pouca coisa mudou.³⁷ A maior mudança foi a introdução das *Lições de Coisas*, uma proposta moderna de ensino oriunda da França que tinha como cerne o método intuitivo de aprendizagem. Uma outra mudança perceptível foi a troca da disciplina de Moral Religiosa, que em um Brasil republicano, desvinculado dos dogmas religiosos e de postura positivista, foi trocada pela Educação Moral e Cívica. Como explicita Cecília Soares Mombelli, a formação do caráter e do civismo brasileiro não era mais uma responsabilidade da doutrina cristã e “dos deveres para com Deus”. A Educação Moral e cívica deveria ser uma disciplina dissolvida em todo o currículo republicano, sendo de responsabilidade de todos os professores ensiná-la. Ao invés das lições da Bíblia, ensinar-se-ia o amor ao trabalho e a virtude, em consonância com os deveres cívicos.³⁸

³⁴ Revista Educação em Questão, Natal, v. 38, n. 24, p. 267-295, maio/ago. 2010.

³⁵ Ibid. p. 277

³⁶ Compunha o currículo as seguintes disciplinas: Moral Religiosa; Leitura e Escrita; Noções de Gramática; Princípios elementares de aritmética, prática do cálculo e o sistema métrico decimal; Geometria Elementar; Noções de Geografia, especialmente a do Brasil; História resumida do Brasil.

³⁷ O regulamento encontra-se disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=245291&PagFis=494&Pesq=hist%C3%B3ria>>.

Acessado em 19 de setembro de 2019.

³⁸ MOMBELLI, Cecília. **A formação dos jovens cidadãos: a construção da disciplina escolar de história no Rio Grande do Sul na Primeira República.** 2015. p.45

O ensino secundário, por sua vez, tornou-se alvo da reforma educacional um ano após a reforma do ensino primário, a partir do decreto nº 21 de 4 de abril de 1893. Como previsto ainda em 1892, pela Lei nº 6 de 30 de maio, o ensino secundário seria oferecido apenas no Atheneu Norte Riograndense. A instituição ofereceria dois cursos, um de Ciências e Letras, com o nível de bacharelado, necessário para o ingresso no ensino superior brasileiro, e um curso profissional direcionado para a formação de professores primários. O curso de ciências e letras teria uma duração de seis anos, e teria suas matérias distribuídas da seguinte forma:

Tabela 1 - Currículo do curso de Ciências e Letras do Colégio Atheneu Norte Riograndense

Curso de Ciências e Letras do Colégio Atheneu Norte Rio Grandense	
1º Ano	2º Ano
Português	Português
Latim	Francês
Aritmética	Latim
Geografia Física	Álgebra
Desenho	Geografia política
Música	Desenho
Ginástica	Música
	Ginástica
3º Ano	4º Ano
Francês	Francês
Inglês	Inglês
Geometria e Trigonometria	História Antiga e Média
Desenho	Física e Química
Música	Desenho
Ginástica	Música
	Ginástica
5º Ano	6º Ano
Inglês	História do Brasil
História Moderna e Contemporânea	Sociologia e Moral
Mecânica e Astronomia	Literatura Nacional
História Natural e Higiene	Revisão das matérias estudadas
Desenho	Desenho
Música	Música
Ginástica	Ginástica

Fonte: Decreto N. 21 de 4 de abril de 1893. A República, Rio Grande do Norte, ano V, n. 213, p. 1-12, 15 abr. 1893.

O curso profissional, por sua natureza, tinha uma duração menor. Compreendido em três anos, possuía em seu currículo as mesmas disciplinas de ensino

propedêutico que eram aplicadas no do curso de Ciências e Letras, acrescidas as disciplinas direcionadas para pedagogia e ensino:

Tabela 2– Currículo do curso profissional do Colégio Atheneu Norte Riograndense

Currículo do Curso Profissional do Colégio Atheneu Norte Rio Grandense		
1º ano:	2º Ano:	3º Ano:
Português	Português	Francês
Francês	Francês	História Natural e Higiene
Aritmética	Geometria física	Sociologia, Moral e Pedagogia
Geografia física do Brasil	História Antiga e Média	História Média e Contemporânea
Música	Física e Química	História do Brasil
Desenho	Música	História da Literatura Nacional
Caligrafia	Desenho	Música
Ginástica	Caligrafia	Desenho Ginástica
Estudo prático na escola anexa	Ginástica	Estudo prático na escola anexa
	Estudo prático na escola anexa	

Fonte: Decreto N. 21 de 4 de abril de 1893. A República, Rio Grande do Norte, ano V, n. 213, p. 1-12, 15 abr. 1893.

Um dado interessante sobre os dois cursos oferecidos pelo Atheneu é que, se concluídos, os estudantes formados fariam jus à algumas prerrogativas. Como consta no artigo 43 do decreto, os alunos concluintes do curso de Ciências e Letras, seriam diplomados bacharéis em Ciências e Letras. Já o aluno concluinte do curso profissional seria diplomado Aluno-Mestre. Os direitos conferidos aos bacharéis em Ciências e Letras seriam:

Art. 48 – O aluno diplomado em ciências e letras gozará das seguintes regalias:

§1 Preferência para qualquer emprego Público do Estado, dependente ou não de concurso, para o qual não forem exigidas habilitações especiais e técnicas que supõem os graus conferidos por outros estabelecimentos da União.

§2. preferência para os lugares de lentes do Atheneu e qualquer outro estabelecimento de Instrução do Estado, em igualdade de aprovação com os outros concorrentes.³⁹

É interessante notar o parágrafo segundo deste artigo, pois concedia pleno direito ao bacharel em ciências e letras do Atheneu a pleitear vagas não só como professores do Atheneu, como também as vagas para professores primários. Os alunos-mestres, por sua

³⁹ DECRETO N. 21 de 4 de abril de 1893. A República, Rio Grande do Norte, ano V, n. 213, p. 1-12, 15 abr. 1893.

vez, teriam direito a se candidatar apenas ao cargo de professor público de primeiro grau sem a exigência de concurso público, podendo assumir cadeiras isoladas em qualquer uma das vilas e cidades do interior do estado, como já constava no Art. 46 do decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892.⁴⁰

Por fim, ficou decidido quais seriam os Lentes e professores do Atheneu. Para a cadeira de Português e Literatura Nacional, foi nomeado Augusto Carlos de Melo; Francês, Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco; Inglês, Odilon Amorim Garcia; Latim, João Tibúrcio da Cunha Pinheiro Junior; Geografia Geral e Astronomia, Joaquim Manoel de Moura; História geral e especial do Brasil, Augusto Tavares de Lyra; Aritmética e Álgebra, Francisco Pinto de Abreu; Sociologia, Moral e Pedagogia, Braz de Andrade Mello.

Uma consideração interessante a ser feita é sobre as denominações “Lentes” e “Professores”. Os lentes seriam os professores efetivos, nomeados exclusivamente pelo governador ou mediante concurso e tinham o direito de participar da Congregação do Ateneu, órgão diretivo da instituição e além disso recebiam o maior salário do magistério público estadual. Já os professores poderiam ser concursados ou contratados por tempo determinado para as disciplinas de Desenho, Música, Ginástica e Pedagogia, sem direito de participar da Congregação e com salários menores.⁴¹ Entre os anos de 1892 a 1930, não há indicação de nomeação de Lentes via concurso público.⁴²

⁴⁰ **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 38, n. 24, p. 267-295, maio/ago. 2010. p. 279

⁴¹ De acordo com o Regulamento do Atheneu, de 1893, na página 24, o salário de um Lente era de 1.800\$000, enquanto o de um professor variava de acordo com a disciplina. O de desenho recebia 1.500\$000; o de música 1.200\$000 e o de ginástica 600\$000.

⁴² Não é de se surpreender que alguns destes lentes foram nomeados por questões políticas. Podemos tomar como exemplo a disciplina de História, que durante a Primeira República teve uma forte relação com indivíduos de projeção política no estado. Vejamos, Pedro Velho, que fora professor de História do Brasil entre 1885 e 1889, nomeou Augusto Tavares de Lyra para as cadeiras de História Geral e História do Brasil no ano de 1892, como dito anteriormente. Tavares de Lyra, além de ser o seu maior aliado, era seu genro e foi governador do estado entre 1904 e 1906, após suceder a Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho. Outro governador potiguar que lecionou esta disciplina foi José Augusto Bezerra de Medeiros, que governou entre 1924 e 1927. Outros indivíduos que exerceram o cargo de diretor da Instrução Pública, como Manoel Dantas, Francisco Pinto de Abreu, Clementino Câmara e Ivo Filho, também foram professores de História do Atheneu. Se expandirmos esta análise para outras disciplinas, encontraremos mais relações entre os Lentes do Atheneu e a ocupação de cargos políticos.

1.2 – Situação da Instrução Pública

Apesar de em seus relatórios da Secretaria de Instrução Pública os diretores discutirem sobre a busca pelo progresso na educação e a introdução de práticas modernas em suas escolas, eles encontravam vários empecilhos para colocar estas medidas em prática. Os problemas da Instrução Pública identificados ainda no período monárquico persistiam e de certa medida até agravaram, como apontou o diretor Antônio José de Mello e Souza no seu relatório de 1894:

Muito desejaria poder, no desempenho desta incumbência, afirmar desassombadamente que a Instrução Publica no Rio Grande do Norte caminha prosperamente, que são boas as condições geraes do ensino público. Ainda há, porém, muito a fazer, muito que melhorar e muito mais que corrigir para que seja possível asseverar que ella está em condições de preencher os elevados e nobres fins que é destinada.⁴³

O governador Pedro Velho, em sua fala dirigida à assembleia ainda em 1893, levantou um ponto importante sobre a situação econômica potiguar que basicamente paralisara o funcionalismo público: o estado – província, na época – havia contraído uma alta dívida em 1871 a partir de um “Socorro Público” do Império e que rendeu até o presente ano uma dívida de 257:277\$600. O dinheiro emprestado à província tinha como função auxiliar a retomada econômica potiguar, bastante fragilizada desde a década de 50 e 60 do século XIX, período de secas intensas, responsáveis por um grande processo de emigração dos cidadãos do interior do estado. A ideia do presidente da província, Jeronymo Cabral Raposo da Câmara, era de a partir da construção de obras públicas fazer com que os potiguares emigrantes retornassem à província. As obras escolhidas foram: a Igreja Matriz de Natal, o Colégio Atheneu, a Cadeia Pública, a Tesouraria Provincial, um quartel militar e o Palacete da Assembleia Provincial, dentre outras.⁴⁴

Como constatou Pedro Velho, vinte e dois anos depois, as medidas além de não propiciarem a retomada da economia, onerou mais ainda os cofres públicos ao ponto de

⁴³ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**, 1894. p. 1

⁴⁴ Rio Grande do Norte. **Relatório com que ao Exmo. Snr. Dr. Jerônimo Cabral Raposo da Câmara passou a administração da província do Rio Grande do Norte ao Exmo. Snr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha**. 1871. p. 6

muitas destas construções, após a conclusão da obra, terem sido abandonadas como foi o caso do próprio Colégio Atheneu, como constatou o governador:

*“O edifício do Atheneo é quasi uma ruina, de tão deteriorado que se acha, e pela estreitesa de suas proporções já não oferece as necessárias acomodações para as aulas de curso secundário, de acordo com a recente reforma deste importante ramo de instrução pública”.*⁴⁵

Coadunando o relato do governador Pedro Velho, Antônio José de Mello e Souza, em 1894, relata a situação deplorável das escolas potiguares. Como ele apontou, na própria capital, que em tese gozava de maior prestígio e vigilância mais rígida do diretor da instrução pública, havia quatro escolas públicas, nenhuma em bom estado. Estas instituições careciam absolutamente do “mais resumido” material escolar. Nas escolas do interior, a situação era pior: a maioria encontrava-se desprovida até dos móveis mais indispensáveis, que não faltariam ao mais modesto estabelecimento de ensino particular.⁴⁶

Uma questão que virou crítica recorrente dos diretores da instrução pública que perpassou todo o período estudado era a qualidade do corpo docente. A despeito dos remanejamentos, demissões e realização de novos concursos para o provimento de vagas por cidadãos qualificados, para o diretor Antônio de Mello e Souza, o resultado foi mais prejudicial do que positivo:

O magistério primário, composto de antigos professores aproveitados por ocasião da reforma de Janeiro do anno passado, é, em sua quase totalidade, completamente destituído das habilitações exigidas em vista do novo regulamento, e, o que é o pior talvez, sem vocação e sem gosto para o desempenho de tão delicada e espinhosa função. Muitos destes professores, alias honrados cidadãos, adqueriram a cadeira que hoje ocupam como um simples auxilio que lhes parece necessário para a vida e como tal a encaram, outros foram feitos professores em recompensa de serviços prestados a influencias politicas quando não havia outra arrumação disponível que lhes dessem...⁴⁷

Os professores remanescentes, além de em sua maioria se identificarem com o regime monárquico, eram considerados tecnicamente incapazes. O estado continuava sem o centro de formação de professores e esta situação não aparentava estar próxima de ser

⁴⁵ RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem do governador Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e relatórios apresentados pelos Chefes das Repartições Publicas Estadoaes do Rio Grande do Norte.** Natal, 1893. P. 7

⁴⁶ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública.** 1894. p. 1

⁴⁷ Ibid. p. 2

resolvida. A medida mais sensata para o diretor seria justamente o contrário do proposto pelo Congresso Legislativo: para ele, melhor seria manter os professores contratados nos últimos anos e aposentar os com vitaliciedade. Para estes novos professores haveria a obrigatoriedade de comparecerem à Secretaria de Instrução Pública que, com os lentes e professores do Atheneu, realizariam um “curso de capacitação”. Os professores deveriam ser chamados ao prédio da Secretaria e, em turmas, fariam um curso de dois a três meses, sendo assim habilitados a seguir o novo programa escolar.⁴⁸ Este curso seria essencial para adaptar os professores às novas demandas do estado, como também às novas disciplinas a serem ensinadas, como o diretor apontou:

*Isto seria principalmente conveniente quanto às novas matérias n'elle incluídas, e, com especialidade, aquellas que, no ensino primário moderno em todos os paizes mais adiantados se tem ligado mais importância e dados mais desenvolvidos – as lições de couzas, geometria linear e dezenho, gymnastica e trabalhos manuais.*⁴⁹

Para Antonio de Mello e Souza, tomadas estas ações por ele propostas, a instrução pública seria capaz de alcançar as “práticas mais modernas, dos países civilizados”.⁵⁰ Uma discussão presente entre os republicanos brasileiros, de forma geral, foi a da modernidade. E a “busca pela modernidade” também foi um objetivo dos governantes potiguares do final do século XIX e início do século XX, uma vez que através das práticas modernas, aplicadas às mais diversas áreas da sociedade, alcançariam “civilização”. Esta “civilização” que o Brasil almejava equiparar-se era a civilização europeia, dos países “desenvolvidos” distanciando-se, por consequência, das “sociedades primitivas”. Desde o século XVIII, a palavra civilização começou a possuir uma denotação de resultado de um processo de aperfeiçoamento da humanidade. A “civilização” poderia ser traduzida como o caminhar do progresso em direção à modernização tecnológica e à sofisticação dos hábitos humanos, cujo parâmetro seria a Europa ocidental.⁵¹

Tomado como exemplo países como a Suécia, Estados Unidos, Finlândia, Rússia e Inglaterra, ele julgava que a eficácia do ensino destes países se dava pela adoção de

⁴⁸ A partir da leitura dos relatórios da instrução pública, há um indício de que o programa de ensino adotado após a criação da Constituição e da Lei 06/1892 estaria presente no artigo 4º do decreto nº 21 de 4 de abril de 1893. Entretanto, até o presente momento, este decreto não fora encontrado.

⁴⁹ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1894, p.3.

⁵⁰ RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., Loc. Cit.

⁵¹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. p.24

disciplinas mais técnicas como a geometria elementar e o desenho, como também pelos livros já consagrados de *Lições de Coisas*. Além do conhecimento técnico e humanista, fazia-se necessária a prática de atividades físicas, configurando a educação física como uma disciplina escolar essencial. Por fim, era necessário trazer para os estudantes uma formação profissionalizante que ajudaria o aluno a aguçar os seus sentidos e desenvolveria neles o gosto pelo trabalho, do sentimento estético, da energia moral e força de vontade do aluno para buscar um futuro melhor.⁵²

A “Escola Moderna”, para este diretor, seria uma escola em que o aluno encontraria, no mesmo local, um ensino de qualidade, práticas saudáveis e higiênicas, além do conhecimento profissionalizante com vistas ao mercado de trabalho. Mas, como seria viável prover uma educação moderna, aos moldes do que vinha sendo aplicado em países europeus e nos Estados Unidos da América em um estado em que a maioria dos professores não sabiam minimamente o que era *Lições de Coisas* e nem estavam integrados às práticas modernas de ensino?⁵³ Como aponta o diretor, esta continuava a ser a maior fragilidade da Instrução Pública. Junto a isto estava a ineficácia da fiscalização. Ele julgava como urgente e da maior necessidade uma reforma para o sistema de fiscalização escolar pois, como comentou, a maioria dos delegados escolares enxergavam este cargo como um mero “apêndice” para aumentar os seus salários.⁵⁴ Estes delegados, como já explicado anteriormente, não podiam ser exonerados do cargo, o que facilitava a não execução das atividades como delegado escolar. A solução para o diretor seria a revogação do parágrafo sétimo do artigo primeiro da Lei nº 6 de 30 de maio de 1892, excluindo a necessidade de o cargo ser provido por aqueles promotores e presidentes de intendências e criando concurso públicos para o cargo de inspetores educacionais, direcionando-os para as comarcas mais problemáticas. Para o diretor, esta alternativa se apresentava como a única alternativa viável para a promoção do desenvolvimento do ensino primário das escolas públicas do interior do Rio Grande do Norte.

Continuando a sua discussão, o diretor voltou seus olhos para o ensino secundário. O colégio Atheneu havia fechado para reforma, às vezes funcionando de forma precária,

⁵² RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1894, p.3.

⁵³ RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., p.4

⁵⁴ Ibid. p. 5

às vezes paralisado. Como fora proposto em lei, a instituição deveria ser reformada para comportar um curso profissional, o que implicava na construção de mais salas, laboratórios e de um prédio anexo, além de reformar por inteiro o espaço da biblioteca do Atheneu, que funcionaria como a primeira biblioteca pública do Estado. O problema é que desde 1892 devido à falta de estrutura e de orçamento para pagar a reforma, o prédio do colégio encontrava-se fechado e sem previsão de reabertura. A escola, além de não possuir estrutura física, mobiliário e laboratórios, também estava com um quadro de professores incompleto, faltando os professores de Geometria e trigonometria, Física, Química e Mecânica, História Natural e Higiene.⁵⁵

O que pode ser observado a partir do relatório de Antônio de Mello e Souza é que o governo, apesar da busca pela promoção do ensino, encontrava muitas dificuldades devido à sua fragilidade financeira. Mesmo com o estado disponibilizando em torno de um sétimo de seu orçamento para a educação, a verba repassada não supria as necessidades mais simples do dia a dia escolar.⁵⁶ Apesar do montante considerável os recursos econômicos, advindos principalmente do algodão, açúcar, sal, couros e peles, cera de carnaúba e carne, tornavam-se insuficientes diante dos encargos que a República trouxera e que eram inexistentes no Império.⁵⁷ A título de comparação, as leis orçamentárias, que nos últimos anos da Província dotaram à Instrução Pública um terço de toda sua receita anual, somente foram mantidas nos dois primeiros anos da República. O orçamento, que outrora rondou os 133422\$000 de uma receita anual de 416050\$000 chegou ao patamar de 120000\$000 para uma receita anual de 711520\$000 no ano do corrente relatório. Com efeito, ao organizar o Estado, as prioridades do governo foram outras.⁵⁸

Uma medida para atenuar a falta de prestígio da educação, adequar as finanças da Instrução Pública e respeitar o que fora previsto nas disposições transitórias da constituição estadual de 1892, no que diz respeito à demissão e remanejamento de professores, o governador Pedro Velho optou por incentivar a expansão das turmas mistas. Escolas mistas representavam uma “economia” para o estado e para os municípios, como definiu

⁵⁵ Ibid. p. 3

⁵⁶ RIO GRANDE DO NORTE, Op. Cit., p.5

⁵⁷ ARAUJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização de rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia a Primeira República**. 1979. p. 108

⁵⁸ Ibid. p. 109

Maria Marta de Araújo, em *Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte* (1979). A partir da política do “cria e extingue”, tanto o governo do estado quanto as intendências municipais trataram por fechar escolas masculinas e femininas para abrir escolas mistas. Comenta a autora: “em termos econômicos, a solução era eficaz: menos escolas, menos recursos seriam necessários. Em decorrência, o período foi caracterizado por supressão de cadeiras e transformação de algumas em escolas mistas. Como sempre aconteceu e infelizmente ainda acontece, recaíam na educação as medidas de economia exigidas pelas novas obrigações republicanas”.⁵⁹

O resultado desta ação foi a diminuição de 50% do número de escolas: enquanto em 1889 o número era de 152 instituições de ensino, até o ano de 1895, o número caiu para 76.⁶⁰ Num primeiro momento, somos levados a crer em duas hipóteses: a primeira é que com o número reduzido de escolas, as remanescentes ficariam superlotadas; a segunda é que esta ação geraria algum tipo de retaliação ou pressão por parte dos municípios para que o governo estadual providenciasse mais escolas.

O que aconteceu foi o contrário. Muitas das escolas fechadas foram as denominadas “cadeiras isoladas”, majoritariamente localizada nas vilas e cidades mais distantes das sedes das intendências municipais, deixando estes alunos sem acesso à educação. Apesar da medida ter sido encarada como negativa, Pedro Velho não encontrou oposição. Os municípios não tinham condições de manter um sistema educacional municipal, mas seus presidentes preferiam assim pois além das subvenções recebidas pelo governo do estado para manter suas escolas, cabia a eles a escolha do quadro de professores e de funcionários escolares. Para fins eleitorais, esta medida era bastante atrativa.⁶¹

A solução para desafogar as contas da Instrução Pública, para Antônio de Mello e Souza, era clara: a municipalização, como proposta na Constituição estadual, deveria sair do papel. Os municípios deveriam ser responsabilizados e punidos caso fosse constatada alguma improbidade. Para isso, a fiscalização da Secretaria de Instrução Pública deveria tornar-se mais eficiente e independente. Para o diretor não fazia sentido algum o fato de os agentes fiscalizadores do ensino de cada município serem os próprios fiscalizados. Ele

⁵⁹ Ibid. p.110-111.

⁶⁰ ARAUJO, Maria Marta de. Op. Cit., p.108

⁶¹ Ibid. p. 113

entendia que o estado cumpria o seu dever constitucional, mantinha as quatro escolas na capital e as duas escolas em cada município, entretanto as intendências deixavam a desejar: além de não construir e manter suas escolas, muitos dos professores contratados não tinham competência suficiente para lecionar, trabalhando apenas por apadrinhamento político.⁶² Para liderar proposta por Antônio de Mello e Souza, convocaram para o cargo de diretor da Instrução Pública, no ano de 1895, o Dr. Francisco Pinto de Abreu, professor de matemática e aritmética do Atheneu, aliado do governador Pedro Velho e de membros da base política do Partido Republicano norte riograndense, como Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra, seus contemporâneos da Faculdade de Direito do Recife.⁶³

1.3 – Municipalizar ou estadualizar? Por trás dos diretores, os governadores

A partir do ano de 1895 até o ano de 1924 a Instrução Pública do Rio Grande do Norte foi dirigida por Francisco Pinto de Abreu e Manoel Gomes de Medeiros Dantas, dois intelectuais e professores do Atheneu. Ambos, além de atuarem em diferentes ramos do ensino, também atuaram em diferentes espectros políticos. Francisco Pinto de Abreu nasceu na Paraíba e, como dito anteriormente, formou-se em Direito com Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, familiares de Pedro Velho e, a convite de Tavares de Lyra, veio ao Rio Grande do Norte, exerceu diversos cargos do Poder Judiciário Estadual concatenado aos interesses da ala “pedrovelhista” do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Manoel Dantas, por sua vez, era oriundo do município de Caicó, grande reduto da “facção do Seridó”, ora dissidência do Partido Republicano e, por conveniência, ora aliada ao grupo de Pedro Velho. Seu líder era José Bernardo de Medeiros, figura proeminente da região.

A questão política é um elemento que permeou a atuação destes dois indivíduos frente à Instrução Pública. Como foi dito anteriormente, Pinto de Abreu e Manoel Dantas representavam grupos distintos: a família Albuquerque Maranhão e o grupo dos

⁶² RIO GRANDE DO NORTE, Op. Cit., p. 4

⁶³ Nasceu na Paraíba e se formou em direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1892, na mesma turma de Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra, futuros governadores do Rio Grande do Norte. Veio para o Rio Grande do Norte em 1895, convidado por Tavares de Lyra, sendo indicado por ele ao governador Pedro Velho que o nomeou diretor da Instrução Pública Estadual e do Atheneu, de onde saiu para ser juiz de Direito da comarca do Ceará-Mirim, voltando a dirigir o Atheneu e a Instrução Pública durante os governos de Tavares de Lyra, Antônio de Mello e Souza e Alberto Maranhão.

cotonicultores do Seridó. Ambos os grupos, baseados nas figuras de Pedro Velho e José Bernardo de Medeiros, respectivamente, tornaram-se aliados imediatamente após a proclamação da República. Pedro Velho, líder da oligarquia, entendia como importantíssima a manutenção desta aliança, uma vez que a rede de influência do seu grupo familiar resumia-se à capital do estado e à poucas cidades vizinhas, ligadas à produção de cana de açúcar. O grande contingente eleitoral encontrava-se no sertão do Seridó e a região oeste do estado. No final do século XIX, 95% da população norte riograndense era interiorana, o que demonstra o imprescindível apoio dos líderes municipais a Pedro Velho.⁶⁴

O grupo que também compôs esta política de coalização foi o chefiado pelo coronel Francisco Gurgel, representante do oeste potiguar. Das cidades de Açú, Areia Branca, Macau e Mossoró, Francisco Gurgel representava os interesses dos produtores de sal, insumo em franca expansão, que nos primeiros anos do século XX já tinha uma produção de 100 toneladas anuais.⁶⁵ Esta riqueza produzida assegurava aos seus proprietários o poder, a vez e a voz na política estadual, garantindo a manutenção dos “pedrovelhistas” no poder, mesmo quando o apoio dos sertanejos era negado. A união destes três grupos resultou em várias vitórias do Partido Republicano Norte Riograndense, que governou o estado de forma incontestada durante toda a Primeira República, além de ter conseguido eleger seus candidatos no Senado e na Câmara federais.

O poder dos Albuquerque Maranhão foi abalado por duas vezes, durante toda a primeira experiência republicana potiguar. A primeira, ainda em 1892, quando Pedro Velho, desobedecendo as orientações do partido, em indicar Janúncio Cavalcanti para o cargo de Deputado Federal, representante do Seridó, indicou o seu próprio irmão, Augusto Severo. A atitude de Pedro Velho fez com que, além de quase ser destituído do governo, perdesse o apoio irrestrito dos seridoenses. O segundo abalo, desta vez mais contundente, ocorreu em 1914 quando Joaquim Ferreira Chaves em um conchavo com os seridoenses, desrespeitou um acordo feito com membros da ala “pedrovelhista” de reeleger Augusto Tavares de Lyra nas eleições de 1913. O combinado seria: Tavares de

⁶⁴ SUASSUNA, Luiz Eduardo, MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**, Natal: Sebo Vermelho. 2005. p. 196

⁶⁵ SUASSUNA, Luiz Eduardo, MARIZ, Marlene da Silva. Op. Cit., p.208

Lyra abdicar a sua vaga de Senador da República em prol de Joaquim Ferreira Chaves em 1903 para que em 1913, quando terminasse o governo de Alberto Maranhão, fosse reeleito para governador. Ferreira Chaves não só desrespeitou o acordo, como também tratou de dismantlar toda estrutura de poder montada por Pedro Velho e seus sucessores. Em 1916 reformou a lei eleitoral do estado, tornando inelegíveis para o cargo de governador os parentes consanguíneos e afins, até o terceiro grau, do governador do quadriênio em curso ou do quadriênio anterior; e inelegíveis para deputado os magistrados, governadores, funcionários federais remunerados e o chefe de polícia. Depois, manejando a máquina governamental, elegeu seu próprio candidato ao governo do estado, o senador Antônio José de Melo e Sousa, que tomou posse em 25 de março de 1920 e que, por sua vez, cedeu-lhe a vaga no Senado.

Ferreira Chaves queria, em 1925, concorrer à terceira reeleição. Mas, desta vez foi preterido. Seus antigos apoiadores queriam, desta vez, finalmente eleger um candidato oriundo do Seridó. O escolhido foi José Augusto Bezerra de Medeiros, neto de José Bernardo de Medeiros. Para sucedê-lo, foi escolhido Juvenal Lamartine de Faria, seu primo, que governou até 1930, quando foi destituído do por conta do golpe de Estado promovido por Getúlio Vargas e seus aliados.

A partir do seguinte quadro pode-se ver de forma esquematizada como se deu a sucessão do governo norte riograndense entre 1895 e 1930. É possível observar tanto os governadores eleitos quanto os diretores de Instrução Pública que foram por eles nomeados.

Tabela 3 - Relação de Diretores da Instrução Pública e Governadores do Rio Grande do Norte

DIRETOR	GOVERNADOR	ANO
Francisco Pinto de Abreu	Pedro Velho	1895-1896 ⁶⁶
Manoel Dantas	Joaquim Ferreira Chaves	1897-1899
	Alberto Maranhão	1900-1903
	Tavares de Lyra	1904
Francisco Pinto de Abreu	Tavares de Lyra	1905-1906
	Antônio de Mello e Souza	1907

⁶⁶ Como já fora mencionado em outras oportunidades. O governo de Alberto Maranhão iniciou-se em 1892. A opção por este recorte cronológico foi para se adequar às demais datas de nomeação e exoneração do cargo dos respectivos diretores.

	Alberto Maranhão	1908-1913
Manoel Dantas	Joaquim Ferreira Chaves	1914-1919
	Antônio de Mello E Souza	1920-1924
Nestor dos Santos Lima ⁶⁷	José Augusto B. de Medeiros	1925-1927
	Juvenal Lamartine	1928-1929
Francisco Ivo Filho		1930

Fonte: O autor (2019)

Dos quarenta e um anos de República, somando as gestões de Pinto de Abreu e Manoel Dantas frente à Instrução Pública, resulta em 29 anos de trabalho. Com concepções diferentes, Pinto de Abreu entendia que o ensino deveria ser uma responsabilidade compartilhada entre Municípios, Estado e União; Manoel Dantas, por sua vez entendia que a única forma garantir o progresso da educação viria a partir da municipalização total, cabendo ao estado apenas um papel auxiliar.

Convidado a atuar primeiro, Pinto de Abreu ao fazer o seu primeiro relatório afirmou que a descentralização e municipalização do ensino do Rio Grande do Norte, aos moldes do que estava tentando ser implementado por seus antecessores, no momento seria uma tarefa árdua, talvez impossível. Na verdade, Francisco Pinto de Abreu julgava como inoportuna a tentativa do governo de promover uma descentralização “a qualquer custo”.⁶⁸ Para ele o momento exigia uma maior observância não só do governo estadual, como também necessitava de apoio do Governo Federal. Inclusive, entendia como um erro a interpretação de seus antecessores em querer utilizar os modelos de educação em voga nos países liberais do período:

*Inglaterra, Estados Unidos, Suíça, Alemanha: eis os modelos que se procura copiar para o uso do nosso povo. Quer dizer: dotar um povo latinizado de instituições das raças opostas. Duplo erro, perante as leis naturais e sociológicas.*⁶⁹

⁶⁷ Nestor Lima, nascido em Caicó, mesmo município do seu antecessor, Manoel Dantas. Pertencente ao grupo dos seridoenses, assumiu o cargo de Diretor do Departamento de Educação em 1925 quando do falecimento do seu antecessor.

⁶⁸ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública** 1895, p.3

⁶⁹ Idem

Além destes dois “erros”, no ponto de vista do diretor, o terceiro problema é que, apesar do caráter liberal dessa nações que os governantes brasileiros buscavam seguir, uma das mais fortes características desses países era justamente a intervenção do Estado na educação. Para Pinto de Abreu, o ensino oficial não deveria embaraçar o ensino livre, mas no presente momento o ensino livre não deveria suprir por completo. O ensino deveria ser uma atribuição primeva da União pois com a unificação do ensino haveria a unificação da pátria.⁷⁰

Cabe destacar que no ano de 1895 o Atheneu continuava fechado. Durante o período, o governo não havia conseguido sequer diplomar uma turma estudantes para o curso profissional. O fato de não haver professores sendo formados pelo estado e de Pedro Velho ter realizado demissões em massa, abrindo a possibilidade de os presidentes de intendências indicarem seus professores, escalou tensões indesejadas do governo estadual com os municípios, uma vez que Pinto de Abreu atribuiu a culpa do atraso da educação às negligências e improbidades destes políticos.⁷¹ Por fim, o diretor trouxe à tona um tema bem discutido por seus antecessores: os delegados escolares. Entretanto, ele possuía uma perspectiva diferente dos seus predecessores: a culpa da ineficiência seria do próprio governo estadual, que concedeu poderes, mas não imputou deveres legais aos detentores do cargo. Para Pinto de Abreu era necessário “reformular a reforma”.⁷²

As críticas de Francisco Pinto de Abreu, apesar de fortes, surtiram efeito. Permanecendo no cargo para o ano seguinte, o diretor conseguiu alguns resultados positivos. O primeiro e maior resultado foi a aprovação da Lei nº 67 de 30 de agosto de 1895, a qual o Congresso Legislativo concedia a livre nomeação dos delegados escolares para a Secretaria de Instrução Pública.⁷³ Esta ação, por si só, não garantia melhoria alguma do serviço, mas esperava-se com isto uma ação mais concatenada entre o diretor e seus inspetores.

O segundo resultado decorreu da insistência do diretor em recorrer aos delegados escolares o pedido de envio dos relatórios dos seus respectivos municípios. Graças a isso, foi possível fazer o primeiro levantamento do número de alunos do estado desde a

⁷⁰ Ibid. p.4

⁷¹ Ibid.

⁷² Ibid. p.5

⁷³ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1896. p. 4

proclamação da República. Apesar dos esforços para o levantamento destes dados, os resultados não foram nada satisfatórios: o número de alunos matriculados em todo o Rio Grande do Norte não chegava aos 3.000.⁷⁴ Cabe ressaltar que este número de alunos matriculados chegava ser menor que os números apresentados durante o período monárquico. A título de comparação, em 1874, somados o ensino primário e secundário, o Rio Grande do Norte possuía 5.041 alunos. Na época, este número já era preocupante, pois a população em idade escolar era calculada em 43.265 pessoas.⁷⁵ Vinte e um anos depois, o Rio Grande do Norte apresentava-se com menos escolas primárias, com a única instituição de ensino secundário fechada e um número de matrículas especulado em 2982 alunos.⁷⁶

A terceira ação positiva, diz respeito à utilização dos livros escolares. Até o presente ano, muitas escolas não possuíam livros didáticos para nenhuma disciplina escolar, inclusive os livros de *Lição de Coisas*. Como resposta à crítica do Diretor, o próprio Pedro Velho tomou a iniciativa de enviar para todas as escolas do sexo masculino mantidas pelo Estado vinte exemplares da Constituição do estado, e para as mesmas escolas, enviou posteriormente dois exemplares da obra *Exercícios de numeração para o ensino inicial de Aritmética*.⁷⁷ A utilização da Constituição do Estado não era meramente circunstancial pela falta de outros livros didáticos: promover o letramento dos novos alunos a partir da leitura das leis também era uma forma de inserir estes alunos na lógica republicana, tornando-os cômicos de seus direitos e deveres com o estado.

A primeira atuação de Pinto de Abreu foi dotada de uma postura crítica e com certas “vitórias”. Entretanto, sua gestão foi curta. Chegando o ano de 1897, encerrava-se o período de governo de Pedro Velho, mas não o período de sua influência nos demais governos. Em seu lugar, assumiu um dos seus maiores aliados políticos à época: Joaquim Ferreira Chaves, o primeiro governador do Rio Grande do Norte eleito através do voto popular.⁷⁸ No comando da educação, também houve mudanças Francisco Pinto de Abreu,

⁷⁴ Ibid. p.6

⁷⁵ RIO GRANDE DO NORTE. **Falla do Presidente de Província à Assembleia**. Natal, 1874. p. 28

⁷⁶ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1896. p.2

⁷⁷Ibid. p.6

⁷⁸ Mais informações sobre a vida de Joaquim Ferreira Chaves encontram-se no sítio do Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/Senadores/Senadores_biografia.asp?codparl=1844&li=25&lcab=1900-1902&lf=25>

que fora nomeado Juiz de Direito da Comarca de Ceará-Mirim, cedeu o lugar em favor de Manoel Gomes de Medeiros Dantas, que, entre 1874 e 1884, foi professor de História do Brasil do colégio Atheneu. Ao ser nomeado Diretor da Instrução Pública acumulou o cargo com o magistério, tornando-se, além de diretor, professor de Corografia e Geografia do Brasil na referida instituição.

Em seu discurso de apresentação ao cargo optou por declarar que o ensino primário do estado ainda era por demais atrasado e deficiente, e que o seu estado não correspondia aos sacrifícios empregados na sua manutenção e aos “intuitos patrióticos da administração e dos trabalhos prestados por seus ‘honrados antecessores’, no sentido de melhorá-la”.⁷⁹ A educação permanecia atrasada porque os seus docentes continuavam sendo “homens atrasados e sem formação”. Remanescentes do regime monárquico, com cargo vitalício, sem pretensão alguma de qualificarem-se, muito menos de se aposentarem. A conclusão do diretor era que o desenvolvimento do ensino primário no Estado foi nulo pela incompetência quase que exclusiva do atual corpo docente:

Os professores, que regem as escolas públicas, vem quase todos do antigo regimen, onde sempre se fez da instrução publica um joguete do patronato, e faltos de haibilitações, não estão aptos para o ensino e não têm sabido compreender e executar os programas de ensino e as circulares instrutivas expedidos em profusão por esta Diretoria, quando não fazem coisa pior: lecionar pro formula, contando com a condescendência culposa dos Delegados Escolares.⁸⁰

A municipalização do ensino, ferrenhamente criticada por seu antecessor, Pinto de Abreu, que a julgava como o maior fator para o atraso da educação no estado, para Manoel Dantas, era vista como a única maneira de propiciar uma sobrevida à Instrução Pública do Rio Grande do Norte. Para o diretor, o governo devia optar por uma postura mais agressiva em relação às municipalidades. Deveria declarar uma situação de excepcionalidade, reformar a constituição e desobrigar o estado de fornecer o ensino primário e, por consequência, obrigar os municípios a investirem no ensino. Para ele, o governo do estado deveria se preocupar apenas com o ensino secundário, que estava defasado se comparado ao Ginásio Nacional e não conseguia mais enviar alunos para a realização dos *Exames de Madureza*. Por fim, julgava que o estado deveria

⁷⁹ RIO GRANDE DO NORTE, 1897, p. 1

⁸⁰ Ibid. 1897, p. 1-2.

responsabilizar-se não só por abrir a Escola Normal de Natal, como também deveria criar outras instituições de mesma natureza no interior do estado.⁸¹

A proposição de Manoel Dantas foi acolhida, mas recebida com receio pelo governador Ferreira Chaves. Em 1899 foi aprovada a Lei nº 131, de 13 de setembro de 1889, que, no seu artigo primeiro resolvia:

*Fica desde já, a cargo dos municípios o provimento das cadeiras de instrução primária, sendo os vencimentos dos professores marcados por lei das Intendências e pagos pelos respectivos cofres.*⁸²

Sem responsabilidades diretas com o ensino primário, caberia ao estado a concessão de subvenções de 600\$000 por cada escola existente nos municípios e o pagamento do salário dos professores que anteriormente a esta lei pertenciam ao magistério público estadual. O resultado, porém, não foi satisfatório. Como fora analisado pelos membros da secretaria Instrução Pública, entre os anos de 1899 a 1904, foram constatadas duas atitudes por parte das municipalidades: a primeira era a requisição de abertura de novas escolas, que de fato nunca foram abertas porém, por falta de fiscalização, recebiam o auxílio estadual; a segunda, por sua vez, era a não contratação de novos professores em escolas que outrora tinham professores pagos pelo estado e que, por lei, deveriam ter suas vagas assumidas por novos professores pagos pelos municípios.⁸³

Definitivamente, a ideia de municipalização proposta por Manoel Dantas não gerou os resultados esperados. O ensino encontrava-se desorganizado, faltando aos municípios condições de estruturá-lo. O próprio diretor, anteriormente tão favorável ao ensino municipal, mostrava-se desencantado, como relatou:

*Estamos atualmente n'este pé: sem podermos, é certo, entoar hosannas a excelência do ensino municipal, sem podermos mesmo deixar de confessar que algumas comunas não tem encarado o regimen da Lei nº 156 com o devido critério, provendo as suas cadeiras com uma pessoa atrasidíssima, somente para fazer jús à subvenção do Estado.*⁸⁴

⁸¹ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1897. p.12

⁸² RIO GRANDE DO NORTE. **Leis e Decretos, 1898**, p.20

⁸³ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1899. p. 4

⁸⁴ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório do Diretor da Instrução Pública ao Governador Tavares de Lyra**. 1904, p.4

No ano de 1904 foi apresentado pelo governador Tavares de Lyra o resultado dos cinco anos da gestão de Manoel Dantas à frente da Instrução Pública. Como pode-se ver na tabela:

Tabela 4- Mapeamento Escolar do Rio Grande do Norte (1904)

Competência	Número de cadeiras	Alunos Matriculados
Estadual	52	3.091
Municipal subvencionada	25	978
Municipal não subvencionada	34	1.002
Particular	34	2.055
TOTAL	145	7.126

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo.** 1904, p.10

Destes dados pode-se observar algumas coisas interessantes. A primeira é o número de alunos matriculados: um percentual que antes não passavam dos três mil subiu para um pouco mais de sete mil. Apesar desta diferença discrepante em relação aos demais censos escolares, a principal suposição que pode-se inferir sobre este crescimento é que a secretaria de Instrução Pública tenha feito uma fiscalização maior, tenha tomado uma postura mais incisiva com os delegados escolares e tenha levado em consideração os números das escolas particulares, até então omitidas nos relatórios anteriores. A segunda informação que podemos depreender destes dados é que, apesar do número de estudantes ter elevado, esses 7.126 correspondiam apenas a 17% de uma população em idade escolar, que era estipulada em 40.000 crianças e adolescentes. Este número corresponde uma média de 2,6% da população potiguar, que de acordo com o censo de 1900 possuía 274.317 habitantes.⁸⁵ Uma outra informação que podemos depreender desta tabela é que as escolas municipais representavam 53% do total de todas as escolas mas, mesmo assim, possuía apenas 39% da clientela escolar. O governo estadual, apesar ter sido desobrigado por lei, ainda manteve um grande número de escolas em funcionamento, sete a menos que as escolas municipais, mas com mil alunos a mais. Por fim, é interessante observar o número de alunos matriculados na rede particular de ensino: o número de alunos matriculados no ensino privado era maior que o número da rede municipal e possuía vinte e cinco escolas a menos. Todos esses dados corroboraram para que, em 1904, Manoel

⁸⁵ SUASSUNA, Luiz Eduardo, MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**, Natal: Sebo Vermelho. 2005. p. 204

Dantas fosse dado por derrotado na sua tentativa de implementar um ensino municipalizado por completo.

Em 1905, Tavares de Lyra, em seu segundo ano de governo, renomeou para cargo de diretor da Instrução Pública o professor Pinto de Abreu, que pelos próximos nove anos conduziu a pasta. Na sua segunda gestão, Pinto de Abreu finalmente teve tempo e força política para implementar as suas reformas escolares. No ano de 1907, o diretor lançou as bases da reforma do ensino primário norte riograndense que, quando foi aprovada como Lei nº 269, de 22 de novembro e ficou conhecida como *Reforma Pinto de Abreu*. No intuito de estabelecer um controle maior do Estado na educação, de realmente introduzir o método intuitivo e a utilização das Lições de Coisas, a referida lei estabeleceu no estado um novo tipo de estabelecimento de ensino: O Grupo Escolar, uma união de duas ou mais escolas, sob um plano uniforme de direção comum em um mesmo prédio.⁸⁶

No ano seguinte, pelo Decreto nº 174, de 05 de Março de 1908, já no governo de Alberto Maranhão, sucessor de Tavares de Lyra, foi criado o Grupo Escolar Augusto Severo, instalado no bairro da Ribeira, “abrangendo pelo menos duas cadeiras de ensino primário mantidas pelo estado”.⁸⁷ Este decreto autorizava também o regulamento para a regência deste estabelecimento. Uma das primeiras medidas da Reforma do Ensino de 1908 foi a instalação desta instituição primária.⁸⁸

A administração de Pinto de Abreu, aliada ao governo de Alberto Maranhão seguiram promovendo várias mudanças no Ensino Primário, criando pelo Decreto nº 178 de 29 de abril de 1908 os grupos Escolares e as Escolas Mistas em outros municípios e inaugurando pelo mesmo decreto a Escola Normal de Natal para o preparo de professores de ambos os sexos, tendo sua primeira turma formada em 1910.⁸⁹ Os Grupos Escolares tornaram-se uma realidade em vários municípios do Rio Grande do Norte, arregimentando em um mesmo prédio, novo e equipado, como era previsto em lei, várias escolas que antes estavam por fechar. O Grupo Escolar tornava-se uma alternativa mais econômica pois, apesar de os gastos iniciais previstos, poderia arregimentar, em um

⁸⁶ ARAUJO, Marta Maria de. Op. Cit., p. 121-122.

⁸⁷ RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Sexta Legislatura pelo governador Alberto Maranhão.** 1908.

⁸⁸ ARAUJO, Marta Maria de. Op. Cit., p. 122.

⁸⁹ SILVA, Francinaide de Lima. **O grupo escolar modelo augusto severo (1908-1928): vinte anos de formação de professores.** 2010. Natal. p. 57

mesmo local, diversas instituições de ensino e, também, diversos professores para conduzir as classes.

Nesse período de novas realidades para o ensino primário norte riograndense e de mudanças no cenário político regional e nacional, o currículo das escolas potiguares também foi reformado. Foi, a partir desta reforma, que a História do Rio Grande do Norte oficialmente foi implantada nos currículos escolares. Já em 1908, no Regimento Interno do Grupo Escolar Augusto Severo, referência para todas as outras escolas potiguares, em seu *Programa de Ensino do Curso Graduado para o Ensino Infantil Misto Elementar e Complementar* já se previa o ensino de história do Rio Grande do Norte. Como consta no currículo, seriam ensinadas as seguintes disciplinas em todos os grupos escolares do estado:

*Leitura; Escrita e Caligrafia; Língua Nacional; Cálculo Aritmético sobre número inteiros e frações; Geometria Prática; Sistema métrico decimal; Noções de Geografia Geral e Corografia do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte; Rudimentos de História Pátria, especialmente do Rio Grande do Norte; Instrução Moral e Cívica; Desenho; Noções de Ciências Físicas e Materiais; Economia Doméstica; Cantos Escolares e Hinos Patrióticos; Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos.*⁹⁰

Como dito anteriormente, no ano de 1913 ocorreu o rompimento da aliança entre Joaquim Ferreira Chaves e Augusto Tavares de Lyra. Pinto de Abreu mais uma vez foi preterido em favor de Manoel Dantas mas, desta vez, viu não só o seu trabalho ser continuado, como também estendido e perpetuado por todos os próximos governos, chegando no ano de 1927 à marca de trinta e nove Grupos Escolares criados.⁹¹ O currículo do Grupo Escolar Augusto Severo, como dito anteriormente, serviu de base para que em

⁹⁰SILVA, Franscinaide de Lima. Grupos Escolares do Rio Grande Do Norte (1907-1930): Cultura e Forma Escolares. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. 2017. p. 7

⁹¹ Maria Marta de Araújo em sua tese, *Origens e tentativas de Organização da Rede Escolar do Rio Grande do Norte*, comenta que apesar de até 1927 terem sido criados 39 Grupos Escolares, este número não era preciso. Ao demonstrar os relatórios da Instrução Pública de 1920 a 1930, foram mencionados trinta e dois grupos no ano de 1920; No ano de 1924, por sua vez, são mencionados apenas quinze grupos; No ano de 1930, vinte e um grupos. A razão deste fenômeno de “cria e extingue”, para autora, advinha do fato de muitas das escolas que compunham determinado Grupo Escolar fecharem ao ponto de não justificar a existência destas instituições. Os grupos eram fechados e os governadores não tinham ciência de quantos permaneciam realmente funcionado.

1914, fosse criado o *Regimento Interno dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte*. Este documento até 1930 sofreu apenas duas alterações, em 1914 e 1922, mas as estruturas básicas do regimento e as disciplinas foram mantidas. Os acréscimos mais relevantes que foram inseridos no regimento de 1914 diziam respeito justamente a pontos como: quais assuntos deveriam ser abordados em determinada disciplina escolar; como a disciplina deveria ser ensinada; quais eram os seus principais objetivos; quais materiais deveriam adotados em sala de aula e quais livros deveriam ser utilizados pelos professores para ministrarem as aulas.

Capítulo 2 – O ensino e a institucionalização da História do Rio Grande do norte como disciplina escolar

Durante os anos de 1908 a 1925, houve as maiores reformas concernentes à educação norte riograndense. Considerada uma das principais “preocupações republicanas”, finalmente “ganhou espaço” na pauta dos governantes. Pela gestão de Francisco Pinto de Abreu, Manoel Dantas e Nestor dos Santos Lima, presenciou-se no estado uma mudança por parte dos governantes de encarar as suas responsabilidades com este ramo público e a reavaliar o pacto entre o governo e as municipalidades. A profissionalização dos educadores, a criação dos Grupos Escolares e a estruturação dos regimentos internos propiciaram uma “sobrevida” à Instrução Pública que há anos passara do estado de estagnação para o de retrocesso.

Foi nesse período de reformas também que o ensino de História passou por reavaliações e, seguindo uma tendência nacional de se ensinar histórias regionais, implementou em 1908 a História do Rio Grande do Norte nos programas escolares estaduais. É sobre a criação desse componente curricular que este capítulo abordará. Como essa História do Rio Grande do Norte foi organizada? Quais temas e quais sujeitos foram escolhidos para representá-la? Quais eram os interesses dos grupos dirigentes em instituir uma história regional no currículo primário potiguar? Buscaremos, a partir dos *Regimentos Internos dos Grupos Escolares* de 1914 e 1925, dos escritos de Nestor Lima na coluna *Pedagogia*, veiculadas no *Jornal A República* a partir de 1911 e nos *Relatórios da Instrução Pública*, os indícios para as proposições aqui realizadas.

No ano de 1907 Tavares de Lyra, à época governador do estado, foi convidado pelo presidente Afonso Pena a ocupar o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores. Primeiramente recusou ao cargo porém, sob orientação do então senador Pedro Velho, alegando a importância de ter um norte riograndense na composição do quadro ministerial, acabou por ser convencido.⁹² Como aponta Renato Amado Peixoto, o posicionamento monolítico da bancada do Partido Republicano do Rio Grande do Norte nas questões nacionais, combinado à qualidade das suas intervenções, possibilitou a conquista de verbas federais e de um prestígio muito desproporcionais ao tamanho do

⁹² PEIXOTO, Renato Amado. Tavares de Lyra. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. CPDOC – FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/3>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

estado: Tavares de Lyra, além do ministério da Justiça e Negócios Interiores, foi convidado para o ministério da Viação e Obras Públicas, em 1918. Ainda neste ano foi convidado para assumir uma vaga no Tribunal de Contas da União, permanecendo até 1941; Ferreira Chaves também atuou como ministro, assumindo o Ministério da Marinha (1920-1921) e o da Justiça (1921-1922); Pedro Velho, por sua vez, foi convidado em 1905 pelo próprio Afonso Pena para concorrer à vice-presidência da República, entretanto, recusou.

No lugar de Tavares de Lyra, Antônio de Melo e Souza assumiu o executivo estadual. Como este governador disporia de menos de um ano para propor qualquer medida, optou por manter em curso os trabalhos que já estava sendo executados por seu antecessor. Mantendo os mesmos diretores em suas respectivas secretarias, Francisco Pinto de Abreu continuou na execução de seu projeto de reformar a Instrução Pública. Para o diretor, enquanto não se estadualizasse por completo o ensino, seria inviável qualquer reforma. Neste ano, o estado possuía uma média populacional de 400.000 habitantes – número bem superior aos aproximadamente trezentos mil apontados por Tavares de Lyra em 1904 – e o número de escolas, que antes era de 145, decresceu para 100. Tendo, então uma média de uma escola para cada quatro mil habitantes. Como ele destacou, a Lei nº 10 de agosto de 1900, proposta por seu antecessor Manuel Dantas, que passava para as intendências a manutenção das cadeiras vagas, continuava a produzir resultados negativos, sendo o pior deles o não provimento destas cadeiras:

Os nossos Intendentes, muito parecidos com aquelles maires iletrados que arruinaram a instrucção popular da França no tempo de Napoleão (cujo exemplo recordei no relatorio anterior) cruzaram os braços, impassíveis, esperando somente pelo Governo estadual. Na maioria dos Municipios os professores vivem apenas da subvenção de 600\$000 annuaes que o Estado lhes proporciona, sem que lhes seja pago o ordenado a que têm direito. Deste abuso resulta afastarem-se do magistério as pessoas mais habilitadas e capazes.⁹³

Pinto de Abreu entendia que o desinteresse pelo magistério primário advinha das péssimas condições de trabalho que esta classe enfrentava. No dia em que os poderes municipais resolvessem prestigiar a função do professor, garantindo-lhes o bem-estar compatível com a sua missão social, certamente as cadeiras públicas deixariam de ser meros cabides de empregos, sendo disputadas pelas pessoas mais idôneas do estado.⁹⁴

⁹³ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública. 1906.** p.7

⁹⁴ Idem.

Para este diretor, o *mestre* devia ser tão acatado como o vigário da freguesia, por ser um órgão indispensável da civilização. Se não houvesse uma boa formação destes profissionais, o Rio Grande do Norte jamais teria moral, direito e política que honrassem seus cidadãos.⁹⁵ Permanecendo a educação do jeito que estava, logo mais não haveria nas “localidades pobres um eleitor, um jurado, um escrivão, um empregado de secretaria”. Propunha, então o diretor, as diretrizes para a sua reforma:

Urge providenciar sobre o preparo dos mestres, garantindo-lhes vencimentos compensadores; definir a competência municipal nessa matéria; rever os regulamentos para simplificar os programas e adopta-los ás nossas condições de vida; reformar o systema defeituoso de inspecção; restabelecer o fundo escolar, escripturado especialmente no Thesouro, sabiamente previsto por uma lei de 1892, com a contribuição forçada de todos os municípios, incumbindo-se o Estado da construção de escolas e custeio do Instituto Profissional.⁹⁶

Ainda no ano de 1907, os primeiros resultados da atuação de Pinto de Abreu começaram a ser percebidos. Neste ano foi concluída a construção do prédio que abrigaria o primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte, o Grupo Escolar Augusto Severo. Uma homenagem ao aeronauta – e também político – Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, irmão dos ex-governadores Pedro Velho e Alberto Maranhão, que faleceu junto ao seu mecânico de bordo Georges Saché em 1902, a bordo do dirigível *Pax*. Estava preparada: a lei que autorizaria o funcionamento da instituição; o prédio escolar; a homenagem e a perpetuação de mais um Albuquerque Maranhão no panteão dos “grandes potiguares”.

No ano seguinte, durante o governo de Alberto Maranhão, foi sancionada a Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907 propondo, além da já debatida reforma do ensino público potiguar, a criação da Escola Normal de Natal e o Grupo Escolar Augusto Severo. Por meio do Decreto nº 174 de 05 de março de 1908 foi inaugurado o grupo escolar, instalado no bairro da Ribeira, “abrangendo pelo menos duas cadeiras de ensino primário mantidas pelo estado”. Também por este decreto ficava autorizada a Secretaria de Instrução Pública a aplicar um regimento próprio para este estabelecimento.⁹⁷ A ideia do grupo escolar

⁹⁵ RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., p.7

⁹⁶ Ibid., p.8

⁹⁷ RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo.** 1908. p. 17

seria a de agrupar várias escolas, utilizando o sistema de ensino seriado, com única direção escolar, mas que tinham autonomia para tomada de decisões.⁹⁸ Este modelo de escola foi apresentado como uma das alternativas mais viáveis para se promover o ensino básico no interior do Rio Grande do Norte, pois agrupando mais escolas num mesmo espaço, trazendo mais professores para lecionar e tendo uma coordenação única facilitaria a coesão e a aplicação de normas e diretrizes estaduais. Posteriormente foi aprovado o Decreto nº 178 de 29 de abril de 1908, que autorizava a criação de grupos escolares e escolas mistas em todos os municípios do Rio Grande do Norte, além da reinauguração, em definitivo, da Escola Normal de Natal para a formação de professores primários de ambos os sexos.

Como apontou Francinaide Silva, além do acesso à educação ao maior número de pessoas, a reforma idealizada por Pinto de Abreu e empreendida por Alberto Maranhão procurava também prezar pela qualidade desse ensino. Dessa forma, ficou estabelecido pelo referido decreto que, para o exercício pleno da profissão, o professor primário deveria possuir o título de *mestre* pela Escola Normal de Natal, com o seu estágio tendo sido realizado no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo ou em outra instituição congênera. Criava-se assim uma necessidade inédita para lecionar no estado. Desde a promulgação deste Decreto foram feitas contratações de novos professores de forma anual.⁹⁹

A principal “bandeira” da *Reforma Pinto de Abreu*, era o combate ao analfabetismo. Como o próprio diretor havia dito anteriormente, em 1906, na “grande luta moderna”, só a instrução elementar poderia diminuir o número de miseráveis do estado. Em um primeiro momento, mais importante seria fornecer uma educação básica para habilitar esta população para o trabalho do que insistir na educação propedêutica:

*O povo precisa ler, para utilizar seu esforço, provendo com facilidade a subsistência, produzindo muito mais e melhor. O camponez, o operário, o popular, necessitam encontrar na escola, antes de tudo, um industriamento para sua missão. Carecem de instrução menos literária e mais prática, que desperte o amor ao trabalho, fortifique a vontade e forme o caráter.*¹⁰⁰

⁹⁸RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório do Departamento de Instrução Pública**. 1914. p.6

⁹⁹ SILVA, Francinaide de Lima. Op. Cit., p.64

¹⁰⁰ RIO GRANDE DO NORTE. 1906, Op. Cit., p.6

À medida que os anos se passaram, mais Grupos Escolares foram criados no Rio Grande do Norte, atingindo uma parcela maior da população infantil. Entretanto, a demanda por mais escolas, como este texto vem apontando, era histórica e anualmente crescia mais. Durante o governo de Alberto Maranhão, inúmeras foram as críticas ao novo modelo de educação. A principal adveio do fechamento de escolas estaduais em algumas cidades para a construção de Grupos Escolares nas principais cidades e municípios do interior, como consta numa mensagem escrita por um autor não identificado ao governador do estado, veiculada no jornal *A Mensagem*, reivindicando que muito mais importantes seriam escolas “menos modernas” e mais numerosas do que extinguir as cadeiras estaduais isoladas, masculinas e femininas em “troca” de um único grupo escolar. As críticas, mal recebidas, eram razoáveis. Os grupos escolares, além de terem “contribuído” para o fechamento de algumas escolas, tinham um custo para a sua instalação. Para a construção de um grupo escolar, havia a obrigatoriedade de seguir regras como: a construção de um prédio novo, seguindo os novos preceitos da modernidade e urbanização, que comportassem ao menos três escolas, e tivesse à disposição todos os materiais que foram elencados pela Secretaria de Instrução Pública, além da contratação de professores diplomados. O Grupo Escolar, mais do que um símbolo da modernidade, era um símbolo do progresso da República.¹⁰¹

No dia primeiro de julho de 1909, foi sancionado o primeiro *Regimento Interno do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo*, um documento que procurou abordar todos os pontos importantes para a condução da instituição, como as concepções pedagógicas, método de ensino, currículo escolar, funções dos professores e diretores e os materiais didáticos e de mobília necessários. Este documento, anos depois, serviu como base para os *Regimentos Internos dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte* de 1914 e 1925. O regimento, em suas estruturas básicas, permaneceu o mesmo até o ano de 1925, sofrendo reformas pontuais. Um dos elementos mais interessantes deste documento para esta pesquisa, como já abordado no capítulo anterior, é a discussão, desde a sua primeira publicação sobre o ensino de história do Rio Grande do Norte. Matéria que foi incluída em seus *Programas de Ensino do Curso Graduado para o Ensino Infantil Misto Elementar e Complementar* na disciplina de História Pátria.

¹⁰¹ SILVA, Francinaide. Op. Cit., p. 69

Em 1914 encerrava o governo de Alberto Maranhão, a gestão de Pinto de Abreu e a hegemonia dos Albuquerque Maranhão na chefia do executivo estadual. Seu sucessor, Joaquim Ferreira Chaves, tratou por reconduzir Manoel Dantas para, mais uma vez, ser o diretor da Instrução Pública. Desta vez o diretor, cômico dos avanços que o seu antecessor promoveu, decidiu por perpetuar a *Reforma Pinto de Abreu*. Enxergando a necessidade de se ter um regimento único para os grupos escolares e demais escolas geridas pelo estado, convidou Nestor dos Santos Lima, diretor do Grupo Escolar Modelo e da Escola Normal de Natal, além de aliado político de longa data, para formular o *Regimento Interno dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte*.

Nestor Lima, adepto das teorias pedagógicas de Pinto de Abreu, durante a primeira década do século XX começou a ganhar destaque no cenário estadual quando assumiu a direção das instituições ora citadas. Em 1911, consolidou-se como um expoente intelectual potiguar da pedagogia ao ganhar espaço no jornal *A República*. Publicando seus escritos periodicamente na coluna *Pedagogia*, escrevendo ensaios sobre técnicas e metodologias de ensino direcionadas para os Alunos da Escola Normal de Natal. Em seus artigos, o autor buscou expor os princípios, processos e métodos de aplicação de todas as disciplinas ministradas aos alunos do ensino primária pelos docentes formados na Escola Normal de Natal. Segundo o próprio educador, seus escritos não tinham por objetivo uma exibição do saber pedagógico, eram apenas “apanhados de autores, muitas vezes neles citados, e se destinam a orientar os alunos de Pedagogia da Escola Normal, que lutam com grandes dificuldades nesse particular”.¹⁰²

Em 18 de agosto de 1911, Nestor Lima discutiu sobre o ensino de História. Entendendo a introdução desta disciplina no currículo escolar como algo extremamente benéfico, apontou três motivos para justificar essa “vantajosa conquista para a instrução potiguar”: o primeiro motivo seria a natureza instrutiva da disciplina. A história faria os estudantes conhecerem os fatos e os “grandes homens”, suas ações gloriosas e as causas do desenvolvimento do país; o segundo, por sua vez, seria o fato da disciplina colaborar para o aprendizado da leitura e do raciocínio, “aguçando no jovem um senso crítico, estando apto a comparar as atitudes tomadas no passado com o presente”. Por fim, a história seria importante por “educar o coração” do estudante, desenvolvendo nele o patriotismo, pois “mais ama aquilo que melhor se conhece e educa a vontade, porque

¹⁰² LIMA, Nestor. **A história, sua importância, métodos e processos**. 1911, p.1

mostra o caminho a seguir na vida pública como exemplo dos antepassados e dos seus feitos, dignos de imitação".¹⁰³

O professor apontou também dois sistemas aos quais os programas de história poderiam ser organizados. O primeiro, "concêntrico", propunha o estudo "da história de toda a humanidade" em cada um dos cursos, mudando apenas a forma de como ela deveria ser ensinada. Por exemplo, enquanto nos cursos infantis a história do Brasil seria ensinada a partir dos fatos principais, sem maiores detalhes e com poucas datas. Os cursos elementares, por sua vez, obedeceriam ao mesmo conteúdo programático do Curso Infantil, mas de forma bem mais detalhada, iniciando a discussão com a história do Brasil, sendo gradativamente trocada pela história regional, comparando os fatos à nível nacional e local. O segundo sistema, o "sucessivo", dividiria a história em períodos, distribuindo-os pelos cursos, estando a História presente nos programas escolares de todas as séries. Comentava o educador que o Rio Grande do Norte se aproximava mais do modelo concêntrico – apesar de até o ano de 1913, o ensino de história ocorrer apenas na última série do ensino elementar seguindo uma ordem cronológica, da colonização aos "dias atuais".¹⁰⁴

Por fim, Nestor Lima buscou discutir sobre como a História deveria ser ensinada nas escolas potiguares. Adepto do método intuitivo, julgava muito mais proveitosas as aulas em que o incentivo visual e a narrativa fossem utilizados:

O processo a empregar a história são diversos. É claro que a criança melhor compreende aquilo que vê, por isso o verdadeiro processo é o intuitivo, por meio de figuras, quadros, retratos, etc. dos fatos e dos homens. Assim dirige-se o ensino não somente à memória mas à imaginação ao raciocínio, tornando-se interessante e animado para a criação.

A lição de História deve ser dada em palestras simples, em linguagem clara e ao alcance das crianças acompanha-la-emos[sic] constantemente da intuição. A lição em forma de anedotas, que é um gênero tão do gosto da infância com as histórias de trancoso e outras pode ser dada com proveito no curso infantil e mesmo nas classes elementares.¹⁰⁵

¹⁰³ LIMA, Nestor. Op. Cit., p.5

¹⁰⁴ Ibid., p. 5-6

¹⁰⁵ Ibid. p.7

Para o ensino da História do Rio Grande do Norte propriamente dito, o diretor recomendava as excursões: A partir dos edifícios históricos, das estatuas e praças com nome de algum patrono “notável”, o professor deveria, enquanto excursionava com a classe, fazer perguntas e instigar os alunos a observarem o patrimônio histórico. A segunda recomendação feita pelo diretor era a de levar os alunos para as aulas públicas, que corriqueiramente ocorriam na cidade do Natal, principalmente quando os temas abordado pelos intelectuais que palestravam abordavam a história, geografia, etnografia e memórias sobre o estado.

Os ensinamentos de Nestor Lima foram amplamente difundidos, sendo de fato implementados. É perceptível a sua marca nos regimentos de 1914 e 1925. O seu conhecimento destacado na educação não garantiu apenas a sua permanência no cargo de diretor do Grupo Escolar Modelo e da Escola Normal de Natal durante as décadas de 1910 e 1920: Em 1924 foi indicado para suceder a Manoel Dantas na direção do Departamento de Educação, trabalhando na pasta até 1929. No campo intelectual, foi convidado a participar do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, onde exerceu o cargo de presidente por 32 anos e recebeu a alcunha de "grande educador".

2.1 O ensino de História nos regimentos dos Grupos Escolares de 1914 e 1925

No ano de 1913, Manoel Dantas, Diretor Geral da Instrução Pública, sob a orientação direta de Nestor Lima, expediu uma portaria que tinha como sua principal função a criação de um regimento único para todos os grupos escolares e escolas isoladas do estado pois, apesar de muitos seguirem o modelo do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, não era uma obrigação formal aos demais grupos escolares seguirem o mesmo padrão e rigor da escola de Natal. A ideia era que, a partir de 1914, todos os grupos escolares e escolas isoladas do Rio Grande do Norte funcionassem sob o mesmo documento, como fica exposto na portaria:

O Director Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Código do Ensino:

Considerando que, para a boa marcha dos grupos escolares e escolas isoladas, torna-se preciso condensar em um só estatuto tudo que disser respeito ao plano de ensino, tempo lectivo, disciplina, matricula, frequência, promoções, exames, corpo docente, direção do estabelecimento, escripturação e material escolar, programas de ensino, horários e instrução pedagógica;

Considerando que o Dr. Nestor dos Santos Lima, director do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, para tal fim commissioned, confeccionou as bases desse trabalho de acordo com seu saber profissional e a pratica adquirida na direcção daquelle estabelecimento;

Considerando que, por este modo, ficarão os grupos escolares e as escolas isoladas aparelhados para o bom funcionamento do ensino;

RESOLVE: - Expedir o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte, que a esta acompanha.¹⁰⁶

No documento, em seu primeiro capítulo, dedicado ao *Plano de Ensino* estadual, ficou estabelecido que tanto os grupos escolares como as escolas isoladas ficavam, por lei, obrigados a proporcionar a instrução primária infantil e elementar. Com o ensino leigo e gratuito, seriado em quatro anos, havendo duas turmas para cada curso, compreendidos pelas seguintes disciplinas:

1) Leitura; 2) Escripção e calligraphia; 3) Língua nacional; 4) Lições de Coisa; 5) Noções de geographia physica e corographia do Brazil, especialmente do Rio Grande do Norte; 6) Rudimentos de História Patria e do Estado; 7) Instrução Moral e Cívica; 8) Desenho; 9) Economia domestica; 10) Cantos escolares e hymnos patrioticos; 11) Trabalhos Manuais; 12) Exercícios físicos.

Elencadas as disciplinas, coube ao diretor explicitar como seria conduzido o ensino potiguar. Afeitos a "pedagogia moderna", inspirados na *Reforma Pinto de Abreu* e nos trabalhos produzidos por Nestor Lima na coluna *Pedagogia*, o diretor destacou que a instrução deveria ser proporcional ao estado de desenvolvimento das faculdades físicas e mentais do aluno, estimulando a autonomia para adquirir o conhecimento. Os professores deveriam agir como um guia, que teriam por missão induzir a curiosidade no jovem. Para isso, eles não deveriam poupar esforços para tornar o ensino mais "atraente". As lições deveriam ser previamente preparadas, variadas, concretas, concisas e ao alcance da inteligência da maioria dos estudantes, devendo sempre ser interrompidas ao primeiro sinal de fadiga do estudante.¹⁰⁷

O método de ensino escolhido foi o intuitivo, que por si só, não foi uma novidade, haja vista que desde 1892 diretores da Instrução Pública, como Antônio de Mello e Souza e Pinto de Abreu, comentavam sobre a necessidade da implementação deste método nas escolas potiguares ainda antes da virada para o século XX. O processo intuitivo consistia

¹⁰⁶ RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte**. Natal, Typ. Comercial. 1914.

¹⁰⁷ RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., p.1

em os professores apresentarem aos alunos os objetos das lições, tanto de forma material como por observação para que, a partir daí, eles pudessem realizar seus estudos e atividades. A ideia principal seria o professor evitar uma aula em que o estudante fosse submetido a decorar de forma mecânica e servil qualquer conhecimento.

Atrelado ao ensino intuitivo, ficou definido no regimento que o ensino primário, tanto dos grupos escolares quanto das escolas isoladas, consistiria no desenvolvimento de quatro competências básicas que deveriam ser cuidadosamente seriadas e ensinadas nas disciplinas de escrita, leitura, cálculo e desenho. Por consequência, ficavam proibidos os métodos de soletração, o "ditado", a cópia de desenhos e a memorização da tabuada. As demais disciplinas constituir-se-iam em elementos acessórios a estes estudos principais, ficando autorizadas as escolas isoladas a opção de não lecionarem estas últimas disciplinas, caso julgassem necessário.¹⁰⁸

Uma preocupação evidente no regimento seria a formação "do caráter e do coração do educando". Caberia ao professor investigar a feição moral de seus alunos, observando-os durante o dia a dia escolar e investigando também a sua conduta em casa a partir dos relatos dos pais. Na escola, as instruções morais seriam dadas sempre em um momento que os professores e diretores pudessem reunir todas as classes, buscando sempre aproveitar os fatos ocorridos na instituição, valorizando as boas ações dos educandos em público e, quando necessário, repreendendo-os em um ambiente em separado e adequado.¹⁰⁹ Nas escolas do estado, a punição física foi formalmente vetada desde 1892. Em sala de aula, a instrução cívica seria dada a partir das leituras, biografias, recitações e dos fatos históricos.¹¹⁰ Os temas abordados seriam principalmente voltados para a questão da cidadania, como consta no Art. 13 do regimento:

A formação do sentimento cívico será feita por meio de explicações summarias sobre a organização política do Brazil, do Estado do Rio Grande do Norte e de seus municípios sobre o exercicio dos direitos e deveres do cidadão brasileiro, procurando-se desenvolver o sentimento do patriotismo e entusiastico amor ás instituições pátrias. (...) O professor de curso masculino deverá dar explicações sobre a Constituição Federal Brasileira e a do Estado do Rio Grande do Norte, lendo ou fazendo lêr pelas classes mais adeantadas os textos

¹⁰⁸ RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., p. 3

¹⁰⁹ Ibid. p 8

¹¹⁰ Ibid.

respectivos, especialmente a parte da Declarações dos Direitos (Const. Federal. Art. 72).¹¹¹

Nesse momento, como pode-se observar, tanto a história do Brasil quanto a do Rio Grande do Norte eram ensinadas a partir de duas perspectivas: a primeira seria como disciplina auxiliar para a alfabetização e letramento; a segunda, por sua vez, para inculcar nesses alunos valores cívicos e morais. Nas vésperas de feriados, era incentivado que os professores fizessem preleções sobre o feriado, qual foi a relevância do fato, assim como também identificar os protagonistas e a data do acontecimento. No regimento foram decididos até quais feriados deveriam ser comemorados e debatidos pelos professores: como os dias do descobrimento do Brasil pelos portugueses, da independência, da abolição da escravatura e da proclamação da República.¹¹² Essa forma de se pensar e ensinar a História foi reafirmada nos Programas de ensino, tanto do Curso Infantil quanto do Elementar.

No programas de História do Curso Infantil e Elementar, pode-se observar como a disciplina foi organizada pela primeira vez a partir do sistema de ensino concêntrico, como proposto por Nestor Lima em 2011. No documento foi determinado que as aulas fossem conduzidas na forma de palestras, sendo os principais fatos da história pátria narrados de modo sugestivo e impressionante, tornando bem conhecidos os nomes dos heróis, procurando sempre despertar entusiasmo nos alunos. As aulas do Curso Infantil, que seriam dadas em até vinte minutos, deveriam sempre abordar os temas vinculando-os a um "grande vulto da história pátria", como pode ser visto:

Tabela 5 - Programa do Curso Infantil (1914)

Programa do Curso Infantil (1914)	
História Pátria	
Tema	Personagem
A descoberta	Pedro Alvarez Cabral
Os índios	Pe. Anchieta
os colonizadores	Caramuru;
A independência	José Bonifácio
A abdicação	José Clemente
A guerra do Paraguai	D. Pedro II
A abolição da escravidão	Joaquim Nabuco

¹¹¹ Ibid. p. 10

¹¹² Ibid.

Fonte: Rio Grande do Norte. Regimento Interno dos Grupos Escolares. 1914. p

A disciplina de História do Curso Elementar, em sua essência possuía os mesmos temas abordados no Curso Infantil, porém com densidade e especificidade maiores de temas a serem abordados numa aula de trinta minutos. A Secretaria de Instrução Pública propunha que se ensinasse uma história mais detalhada dos acontecimentos principais da História Pátria abordados no curso infantil, buscando sempre relacionar estes temas estudados com a própria História do Rio Grande do Norte. Como consta no *Programa de História do Curso Elementar*, os alunos, além de estudarem sobre a fundação do Rio Grande do Norte, seus protagonistas e a razão do nome do estado, deveriam estudar mais vinte e nove temas pertinentes às histórias da América, do Brasil e do estado:

Tabela 6 - Programa do Curso Elementar (1914)

Programa do Curso Elementar (1914)
História Pátria
História do Rio Grande do Norte
A fundação da cidade e seus protagonistas
O Rio Grande do Norte antes da conquista
Rio que dá nome ao Estado
A colonização
A guerra Holandesa: Philipe Camarão
As lutas com os índios
O movimento de 1817: André de Albuquerque
A independência da Província
Rio Grande do Norte na guerra do Paraguay
A propaganda abolicionista e a República: Pedro Velho
Estado actual do Rio Grande do Norte
História do Brasil e da América
Christovam Colombo e Vasco da Gama
O descobrimento do Brasil
Os indígenas e os colonos: Caramuru
Primeiros povoadores: Martin Affonso e João Ramalho
A cathechese dos indígenas: Pe. Anchieta
Invasões francezas
O domínio hespanhol e a guerra holandesa
O Bequimão
Guerra dos mascates
Bandeirantes e emboabas

Bernardo Vieira
Tiradentes
Mudança da família real para o Brasil
O reino e a independência
Factos principaes do Império
Guerras Externas
Propaganda abolicionista e proclamação da República
Governo provisório e governos constitucionais do Brasil

Fonte: Rio Grande do Norte. Regimento Interno dos Grupos Escolares. 1914.

Uma das características mais interessantes deste Regimento é que, além de ter sido o primeiro documento do estado que propôs o que deveria ser ensinado em cada disciplina, nele foram inseridas as instruções a serem seguidas por todos os professores primários para a correta condução do programa escolar. No documento havia um conjunto de instruções sobre como as disciplinas deveriam ser ministradas, o que o professor deveria explorar e quais livros deveriam ser utilizados.

A História, enquanto uma disciplina escolar, deveria ser compreendida mais como um meio de provocar um entusiasmo pelos heróis da pátria do que uma ciência a se aprender.¹¹³ Os alunos não tinham a necessidade de adquirir livros específicos para a disciplina cabendo ao professor narrar os fatos, como uma palestra simples e de poucos detalhes, sendo mencionada apenas a data do acontecimento narrado. Nos cursos infantis, os alunos só precisariam lembrar de quatro datas: a do descobrimento do Brasil, da Independência, abolição e proclamação da República.¹¹⁴ Sobre como as lições deveriam ser conduzidas, a Secretaria de Instrução Pública indicava:

A lição será sempre dita como quem conta histórias de Trancoso¹¹⁵, fantasticamente, porque isso agrada mais e tanto que as crianças pedem que se lhes contém outras histórias.

As gravuras e os retratos dos heróis também são elementos bons nessas histórias. Para isso, o professor deverá arranjar uma galeria de retratos dos heróis da Pátria e de quadros representativos dos fatos principais para utilizá-los nessas lições. Poucos nomes devem ser dados, principalmente nas classes infantis.¹¹⁶

¹¹³ RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., p.63

¹¹⁴ Ibid. p. 64

¹¹⁵ “Contos de Trancoso” refere-se Gonçalo Fernandes Trancoso, escritor português que viveu entre 1520 e 1596 e ficou famoso por suas narrativas fantásticas, compiladas no livro *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, publicado em 1575, sendo reeditado até o final do século XIX.

¹¹⁶ RIO GRANDE NORTE. Op. Cit., p. 64

Para os alunos, não houve nenhuma indicação de livros didáticos ou de leitura sobre História. Para os professores, entretanto, foram indicados livros tanto para os temas de história nacional quanto de história local. Para a História Pátria, foram indicados: *Minha Pátria*, de J. Pinto e Silva; *História do Brazil*, de Sylvio Romero; *História do Brazil*, de Maria Guilhermina. Já para o ensino de história local, foram indicados os livros *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, de Vicente de Lemos; *O Rio Grande do Norte: esboço corographico* de Augusto Tavares de Lyra, indicado também para a disciplina de Geografia; por fim, foi indicado o conjunto de crônicas *Ephemerides*, assinada pelo pseudônimo “A. S.”, publicadas no *Jornal da Manhã*, no ano de 1903¹¹⁷.

Apesar de previstos, estes livros nem sempre foram uma realidade nas salas de aula, principalmente os de história local, devido à dificuldade orçamentária e técnica para a reprodução e distribuição. A alternativa proposta pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foi de publicarem gratuitamente seus trabalhos expostos ou premiados em eventos no formato de folheto. Assim, com o apoio do governo, alguns destes intelectuais renunciaram ao lucro financeiro para que suas obras pudessem ser publicadas e adotadas nas escolas. Um exemplo desta ação ocorreu em 1918 quando Manoel Dantas ao escrever a monografia que veio a ser apresentada no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, *O Rio Grande do Norte: ensaio corographico*, ofereceu a gratuita publicação do seu trabalho para que fosse distribuída nas escolas, como ele escreveu em suas “explicações preliminares”:

*O desembargador Ferreira Chaves, compreendendo que essa monographia, publicada nos Annaes daquelle Congresso, devia ter maior divulgação, o estudo da geographia do Rio Grande do Norte, ordenou sua publicação em folheto, depois de eu ter renunciado a quaesquer proventos materiaes que me pudessem advir desta publicação.*¹¹⁸

Na segunda década do século XX, é observado o intento de grupos particulares em modernizar também o ensino privado. Um exemplo disso é a Escola Doméstica de Natal, instituição escolar voltada exclusivamente para o sexo feminino, fundada em 1914. A Escola Doméstica, surgiu do interesse da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, uma associação composta, majoritariamente por membros dos grupos políticos e da elite

¹¹⁷ Durante o transcurso da pesquisa, o indivíduo “A.S.” não teve a sua identidade encontrada.

¹¹⁸ DANTAS, Manoel. *O Rio Grande do Norte: ensaio corographico*. Natal, Typographia d’ A República. 1918

econômica do estado. A motivação principal para a criação da Escola Doméstica de Natal advinha do interesse destes indivíduos na construção de escolas modelos voltadas exclusivamente para a educação feminina. Para os seus componentes, o modo mais duradouro de se “perpetuar a educação” seria provendo uma instrução de qualidade para as garotas pois futuramente, ao se tornarem mães, teriam a capacidade de ensinar aos seus filhos, sendo suas primeiras professoras. Para os idealizadores da Escola Doméstica de Natal a educação deveria estar centrada tanto na escola quanto na família.¹¹⁹

A escola, apesar de particular, possuía uma estreita relação com o governo. Financiada pela Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, tinha como seu fundador o poeta e escritor Henrique Castriciano, um dos principais redatores do periódico *A República*. Irmão do deputado federal Eloy de Souza, aliado histórico de Pedro Velho. Atuou como secretário dos governos de Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, além de ter sido vice-governador do estado durante os governos de Joaquim Ferreira Chaves e José de Melo e Souza. Estas aproximações com a política da época facilitaram não só a concepção desta escola, mas o financiamento, construção do prédio e a contratação de professores que nela trabalharam. A participação do governo era tão expressiva que a maioria dos funcionários desta escola eram pagos com verbas públicas, tendo a Liga de Ensino um “papel secundário” na sua própria folha de pagamentos.

O programa da Escola Doméstica de Natal foi remetido para a Diretoria Geral da Instrução Pública sendo prontamente autorizado. O currículo da escola foi organizado pela primeira diretora da instituição, a *mademoiselle* Helene Bondoc, e aprovado pelo conselho da instituição escolar. Baseado no modelo de ensino das *Écoles Manégères* da Suíça, Alemanha e Bélgica, a Escola Doméstica tinha como proposta, para além do secundário tradicional, a formação de “mulheres do lar”, e por isso possuía um currículo que englobavam as disciplinas de: Cozinha Prática, Curso Teórico da Alimentação, Leiteria, Tratos com animais domésticos, como bois, vacas e galinhas; Apicultura, Economia Doméstica; Lavagem de roupa, Conserto da Roupa; Contabilidade; Corte e feitio do vestuário; Rouparia; Botânica e Jardinagem.¹²⁰

¹¹⁹ RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. **Educar para o lar, educar para a vida** :cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945). 2006. 308 f. Tese. Natal, 2006.

¹²⁰ ESCOLA DOMÉSTICA DE NATAL. **Programa da Escola Doméstica de Natal**. Natal. Typographia d' *A República*. 1914.

O ensino destas disciplinas não era obrigatório para a obtenção do segundo grau, tendo as estudantes a opção de não realizar o curso de “ciências domésticas”, completando os estudos em dois anos, ao invés dos cinco, como seria no curso completo. Entre as disciplinas “tradicionais”, estavam o ensino da língua nacional, corografia e história do Brasil, que tinham por intenção abordar:

Estudo da Língua Portuguesa: Grammatica applicada; composições praticas de construção e redação; analyse lexicológica, phonetica e lógica das proposições.

*Elementos de Chorographia e História do Brasil, e especialmente do Rio Grande do Norte.*¹²¹

Na instituição, as aulas de Geografia ficaram a cargo de Manoel Dantas, que à época ocupava o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, enquanto a disciplina de História ficou a cargo da D. Beatriz Carneiro Leão, professora diplomada pelo *Collégio Americano do Recife*. Enquanto no curso regular o ensino de História do Rio Grande do Norte seria lecionado para as alunas do segundo ano. No curso doméstico a disciplina seria lecionada, conjugada à História do Brasil, no primeiro ano. Era previsto também o ensino de História Universal para as alunas do segundo ano. Para a história do Rio Grande do Norte não houve previsão de qual livro ou material deveria ser utilizado, já para a história do Brasil, seriam utilizados a *História do Brasil* de Rocha Pombo e o *Compêndio de História Universal*, de José Nicolau Raposo Botelho.

Apesar dos esforços empreendidos para a promoção do ensino da história do estado, o governo encontrava dificuldades para proporcioná-lo à contento. Em 1923, Manoel Dantas, diretor do agora Departamento de Educação do Rio Grande do Norte, ao ler o seu relatório sobre a educação, teceu críticas severas ao ensino. Os sistema de grupos escolares que outrora configuraram como a “solução para o ensino potiguar”, na década de 10 deste século, começava a se mostrar vacilante. Como exposto no capítulo anterior, nem o governo sabia o número exato de quantas instituições estavam de fato funcionando. Muitas das escolas isoladas que se uniram para compor um Grupo Escolar, acabaram por fechar, implicando no fechamento dos respectivos grupos escolares. Enquanto em 1921 foi indicado a existência de trinta e dois grupos, em 1924, eram noticiados apenas quinze.¹²²

¹²¹Ibid. p.13.

¹²² ARAÚJO, Marta Maria de. Op. Cit., p. 127

A segunda crítica realizada pelo diretor dizia respeito ao ensino propriamente dito. Muitas das disciplinas previstas no curso não estavam sendo lecionadas de fato, outras não eram ministradas como o previsto no *Programa de Ensino*. Pelo menos desde 1908 disciplinas como História e Geografia deveriam ser ensinadas em separado, em classes de 20 e 30 minutos, para os cursos infantil e elementar, respectivamente. Entretanto, é observado pelo diretor que em muitas destas escolas as disciplinas eram ensinadas de forma conjugada, tornando-se inviável um estudo de todos os assuntos propostos nos dois componentes curriculares. Pior para ele seria precária formação dos professores responsáveis pelo ensino da Geografia e História estadual. Compreendendo as duas disciplinas como componentes curriculares importantes para a formação de uma identidade potiguar, julgava necessária uma maior atenção dos professores da Escola Normal de Natal, que as ensinavam também de forma conjugada, comprometendo a aprendizagem destes futuros professores:

O curso de algumas cadeiras ainda é sobrecarregado, por exemplo a de História e Geografia. Embora elementar e não completo, o ensino dessa matérias não pode deixar de ter uma certa extensão, porque além de noções de História e de Geografia gerais, deve compreender um estudo mais amplo da que se refere ao Brasil, e mais minucioso quanto ao Rio Grande do Norte. É evidente que um professor primário, diplomado por uma escola especial, pode não saber o nome e a importância de todas as cidades da China, mas não deve ignorar as do seu Estado. Talvez portanto não fosse excessivo desdobrar a cadeira de História e Geografia, concedendo o poder legislativo a verba suficiente para isso¹²³

Como podemos observar, para o Diretor, o saber histórico além de ser separado da geografia faria mais sentido se fosse ser voltado para o ensino da história estadual, aos moldes do que fora proposto no regimento por ele expedido ainda em 1913. Apesar de todos estes esforços empreendidos nestas quase duas décadas, o ensino sobre o Rio Grande do Norte ainda não era algo consolidado. Manoel Dantas esperava que, no governo de José Augusto, o primeiro representante do Seridó, teria maior liberdade para conduzir mais uma reforma do ensino primário potiguar. Porém, por infortúnio do destino, morreu ainda em 1924

Para o cargo de diretor, o governador José Augusto Bezerra de Medeiros convidou o professor Nestor dos Santos Lima, conferindo-lhe a missão de reorganizar o ensino e elevar a qualidade das escolas de responsabilidade do estado, alterar os seus estatutos e

¹²³RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1923. p. 14

reformular todos os programas escolares. Em trabalho coordenado pelo Departamento de Educação com apoio dos professores do Colégio Atheneu e da Escola Normal de Natal, foi elaborado o Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1925.

Uma das primeiras características que se pode observar deste regimento é a supressão das Escolas Isoladas estaduais e a regulamentação dos Cursos Complementares simples e desdobrados - uma modalidade de ensino criada em 1916, a partir da lei 405 de 29 de novembro. Voltada exclusivamente para os jovens que desejassem realizar o ensino secundário, o Curso Complementar Simples também era conhecido por Escola Primária Superior e tinha no seu programa escolar, para além das disciplinas já mencionadas, um aprofundamento nos estudos da “Língua Materna, Aritmética, Geometria prática, Geografia e História do Brasil”, conforme constava no artigo 59. Havia também a opção de se fazer o ensino complementar desdobrado, modalidade de ensino que tinha por intuito uma formação voltada para o trabalho, oferecendo disciplinas técnicas, voltado para atividades comerciais, fabris e de agricultura.¹²⁴ (p.24)

O Grupo Escolar, que antes havia a possibilidade de ser gerido pelas municipalidades e até financiado por grupos particulares, passou a ser o único tipo de instituição escolar sob responsabilidade exclusiva do governo estadual, tendo que possuir uma frequência média de quarenta e cinco alunos, no mínimo. Não havendo esta quantidade mínima de alunos incorreria na sua suspensão e fechamento. O número de escolas associadas em um grupo escolar não podia ser menor que três nem maior que dez.¹²⁵

De acordo com o regimento, a partir dessa data o curso graduado teria seis anos divididos em três cursos de dois anos cada: Infantil, Elementar e Complementar. Com um programa escolar comum, era previsto as seguintes disciplinas:

I Leitura; II Escripção e calligraphia; III Lingua nacional; IV Calculo arithmetico sobre números inteiros e fracções; V Geometria pratica (tachymetria) com às noções necessárias para suas applicações á medição de superficies e volumes; VI Systema métrico decimal; VII Noções de geographia geral e co- rographia do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte; VIII Rudimentos de historia patria, especialmente do Rio Grande do Norte; IX Instrucção moral e civica; X Desenho; XI Noções de sciencias phisicas e naturaes, nas suas mais simples applicações, especialmente á hygiene, á

¹²⁴ RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno dos Grupos Escolares**. 1925. p. 5-6

¹²⁵ Idem.

*agricultura e á zootechnia, (lições de coisas); XII Economia domestica ; XIII Cantos escolares e hymnos patrióticos; XIV Trabalhos manuaes e exercícios Physicos.*¹²⁶

A medida tomada para evitar casos de disciplinas sem professores, ou de professores ministrando duas ao mesmo tempo, como citado no por Manuel Dantas no ano anterior, a direção do Departamento de Educação prescreveu em seu artigo sexto que nenhum grupo escolar poderia ser inaugurado ou mantido sem que todas as suas cadeiras estivessem providas por professores devidamente diplomados pela Escola Normal de Natal ou instituição congênere.

Como mencionado anteriormente, os regimentos escolares de 1908, 1914 e 1925 não sofreram grandes alterações. No que diz respeito ao método de ensino, por exemplo, permanecia o intuitivo, prescrevendo a ação do professor como um agente que teria, por dever, a missão de despertar o interesse pelas lições nos jovens. Escrita, leitura, língua materna, cálculo e desenho continuavam a ser as prioridades do governo, enquanto as demais permaneciam como disciplinas acessórias.

No curso infantil, as aulas de história ocorreriam sempre às quartas-feiras, entre 12:30 e 12:50, tanto para o primeiro ano quanto para o segundo.¹²⁷ Obedecendo à ideia do que fora proposto ainda no regimento de 1914, as aulas seriam conduzidas a partir da associação do tema, ou fato histórico, com uma personagem histórica.

Tabela 7- Programa do Curso Infantil (1925)

Curso Infantil (1925)	
História Pátria	
Tema	Personalidade
A Descoberta	Pedro Alvares Cabra
Os índios	José de Anchieta
Os colonizadores	Caramurú
A Independência	José Bonifácio
A Abdicação	Pedro I
A guerra com o Paraguay	Pedro II
	Caxias, Osório e Barroso
A abolição da escravatura	Joaquim Nabuco
A República	Benjamin Constant

Fonte: Rio Grande do Norte. **Regimento Interno dos Grupos Escolares.** 1925.

¹²⁶ Ibid. p.78

¹²⁷ Ibid. p.76

Se comparado ao programa de História do Curso Infantil de 1914, quase não há alterações. Os temas permaneceram os mesmos, alterando apenas algumas personalidades. No tema da “abdição” do programa de 1914, o personagem abordado foi José Clemente Pereira, uma das lideranças populares do “Dia do Fico”, movimento pela permanência no país e não-submissão do príncipe regente do Brasil D. Pedro, à Portugal, que o intimava para regressar e jurar lealdade à Constituição lusa. Após ser proclamado imperador do Brasil, D. Pedro I o exilou sob pretextos de José Clemente estar promovendo o anarquismo no país. Para o lugar de José Clemente, foi indicado o próprio imperador do Brasil, D. Pedro I.

O segundo tópico que se observa mudança é o da Guerra do Paraguai, que em 1914 era representando pelo imperador D. Pedro II. No programa de 1925 abriu-se o espaço para os líderes militares brasileiros. Foram escolhidos Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, líder do Exército brasileiro durante a guerra; Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, considerado um dos "heróis" nacionais; Francisco Manuel Barroso da Silva, Barão do Amazonas, o comandante da Armada Brasileira na Batalha do Riachuelo. Ambos os militares foram considerados importantes para a manutenção da unidade do território brasileiro durante o século XIX.¹²⁸ A escolha pelos feitos dos heróis militares brasileiros também está atrelada ao “surto nacionalista”, movimento observado após os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial. A reafirmação da unidade nacional tornou-se motivo de celebração. Como aponta Fernanda Lucchesi, estes acontecimentos intensificaram no Brasil não só uma literatura voltada para estas temáticas, como também o interesse de intelectuais brasileiros em produzir suas obras de história nacional para o ensino primário.¹²⁹

¹²⁸ Osório foi um dos responsáveis, junto com Caxias, pelo controle e pacificação do estado do Rio Grande do Sul quando da Revolução Farroupilha. Por suas posições políticas liberais, sendo inclusive eleito deputado provincial do Rio Grande do Sul, o culto à sua imagem durante a segunda metade do século XIX e início do XX foi elevada, em detrimento do ostracismo ao qual Caxias foi condenado por sua forte ligação ao regime monárquico. O Quadro veio a reverter apenas após 1920, quando imagem de Caxias começou a ser mitificada e o seu natalício tornou-se o "o dia do soldado", no ano de 1925. Em 1962, Caxias foi tornar-se a Patrono do Exército Brasileiro enquanto Osório virou o Patrono da Arma de Cavalaria.

¹²⁹ Lucchesi, F. (2008). Criando a nação: os livros didáticos de história do Brasil de Rocha Pombo (1857-1933). **Revista Educação on-line**. 2008

Um outro ponto que deve ser levado em consideração é a permanência de uma História da América nos programas de todos os cursos, mesmo que tímida. A presença deste componente disciplinar, como aponta Circe Bittencourt, vinha da procura, por parte da intelectualidade nacional, em redefinir a organização de um sistema educacional em que a constituição da identidade brasileira, deslocar-se-ia dos espaço europeu para o latino-americano.¹³⁰ O objetivo destes homens letrados pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil seria o de reformular a própria “identidade brasileira” que por anos eles construíram. Para uma República forte, era necessário que atenuassem os seus estreitos laços com o colonizador português e identificar-se mais com os seus vizinhos continentais, que em sua maioria proclamaram a independência de seu colonizador espanhol e proclamaram a República antes do Brasil.

No Curso Elementar, a disciplina seria ofertada às sextas-feiras, iniciada às 10:50 e finda às 11:20. Seguindo ainda a ideia do sistema concêntrico, o Curso Elementar possuía um programa de História que contemplava tanto a História do Rio Grande do Norte quanto a do Brasil e do continente americano. A ideia permanecia igual ao regimento de 1914, estudando os mesmos temas propostos no Curso Infantil, porém com mais profundidade e estabelecendo um paralelo com o que estava ocorrendo no estado:

Tabela 8 - Programa do Curso Elementar (1925)

Curso Elementar (1925)	
História Pátria	
Tema	Personalidade
História do Rio Grande do Norte	
O Rio Grande do Norte ao tempo da conquista	Mascarenhas Homem
	Jeronymo de Albuquerque
A colonização	Os Bandeirantes
Invasão Holandesa	Philippe Camarão
As luctas dos Índios	Bernardo Vieira
O movimento de 1817	André de Albuquerque
Independência na província	
Principaes governos provinciaes	
A guerra com o Paraguay	Ulysses Caldas
	Baraúna Mossoró
A Abolição e a República	Pedro Velho

¹³⁰ Bittencourt. 2005. Op. Cit., p. 8

Os governadores do Estado, sob a República	
História do Brasil e da América	
Os navegadores	Colombo
	Cabral
A descoberta	
Os indígenas e colonos	Pe. Anchieta
Primeiro povoadores	
O governo Geral	
Invasões francesas e holandesas	
Domínio hespanhol	
Luctas pela independência	Tiradentes
A revolução de 1817	Frei Miguelinho
A independência e seus fautores	As guerras externas
A Abolição e a República	
Os presidentes da República	

Fonte: Rio Grande do Norte. **Regimento Interno dos Grupos Escolares.** 1925.

Com um programa um pouco mais enxuto em relação ao de 1914, a disciplina de História para o ensino elementar tornou-se mais parecida com o modelo utilizado no Curso Infantil: o de associar o fato a um personagem. No que diz respeito ao ensino de História do Rio Grande do Norte, pôde-se observar uma verdadeira confirmação da consolidação da família Albuquerque Maranhão na história do estado. São citados como eminentes “homens de seus tempos”: Jeronymo de Albuquerque, André de Albuquerque e Pedro Velho.

Brevemente, pode-se esquematizar a relevância destes membros da mesma família à história potiguar da seguinte forma: A Jeronimo de Albuquerque é atribuída a conquista do Maranhão, a reconquista da Capitania do Rio Grande do Norte com o auxílio de Mascarenhas Homem e a criação da Cidade do Natal, no 1599; A André de Albuquerque Maranhão, por sua vez, é delegada a liderança que atuou no Rio Grande do Norte durante Revolução de 1817 quando declarou a independência da capitania no contexto da Confederação do Equador. André de Albuquerque e o conterrâneo Frei Miguelinho, que foi a personalidade escolhida para o estudo desta revolução no conteúdo de História Pátria, receberam o epíteto de “mártires republicanos potiguares”; Pedro Velho, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte e chefe do jornal *A Republica*, por sua vez, era considerado o líder do movimento republicano no estado, sendo considerado o maior responsável pelo progresso e a renovação do programa político local. As histórias da

família e do Rio Grande do Norte tornavam-se uma só. Desde a colonização até à República.

O curso complementar, como dito anteriormente, era opcional. No seu programa para a disciplina de História, o Departamento de Educação optou por apenas recapitular os temas ligado ao Rio Grande do Norte e aprofundar os temas relativos à história do Brasil:

Tabela 9 - Programa do Curso Complementar

Curso Complementar (1925)	
História Pátria	
Primeiro ano	
Breve recapitulação das noções elementares	História do Rio Grande do Norte
	A descoberta da América
	A descoberta do Brasil
Expedições exploradoras	
Primeiros Habitantes e sua catechese	
As capitanias hereditarias e os governos gerais	
Invasões francezas	
O período hollandez e a restauração nacional	
Domínio hespanhol	
As luctas pela independência	
	1720
	1789
	Tiradentes
Os bandeirantes	
Segundo ano	
Recapitulação das noções precedentes	
O Reino	A família Bragança
A revolução de 1817	Frei Miguelinho
A camapanha da Independência	José Bonifácio
A independência	D. Pedro
A revolução de 1824	
Abdicação. Regencia. Maioridade e 2º Império	
Guerras Externas	
A Guerra com o Paraguay	Pedro II
	Barroso
	Caxias
	Osório
A Camapnha Abolicionista	Lei de 13 de maio

A propaganda republicana e os seus arautos	
A República e os seus fundadores	
Os governos republicanos	

Fonte: Rio Grande do Norte. **Regimento Interno dos Grupos Escolares.** 1925.

Por fim, foram definidos quais livros seriam utilizados. Diferente do regimento de 1914, no de 1925 houve a indicação de obras para os cursos Elementar e Complementar. O Curso Infantil, por sua vez, continuou seguindo a mesma premissa de que as lições deveriam ser dadas a partir das palestras e excursões. Os livros selecionados para o curso elementar foram: *Nossa Pátria*, de Francisco da Rocha Pombo (1917); *Minha pátria*, de J. Pinto e Silva (1916); *Tradições Nacionais*, de Carlos Gomes Cardim (1916).¹³¹ Para o curso complementar, por sua vez, foram indicados: *Pequena História do Brasil*, de Francisco Viana; *Pequena História do Brasil*, de Mário da Veiga Cabral. Não foram indicados livros de História do Rio Grande do Norte para os estudantes, continuaram sendo de uso exclusivo dos professores. Indicaram: *O Rio Grande do Norte*, de Manoel Dantas (1918), *Corographia do Rio Grande do Norte* e *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra (1907; 1920); *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Rocha Pombo (1920).

A História, enquanto disciplina escolar, durante a Primeira República assumiu um papel que pode ser observado nacionalmente. Pensada e prevista desde os primeiros currículos escolares, teve a função de introduzir o jovem aluno à civilização, principalmente no ensino secundário, onde deveria, por meio do ensino propedêutico, que deveria conferir uma vasta "bagagem cultural" ao educando, ensinando-o sobre a cultura helênica, romana e europeia. Para isso, a disciplina de História Universal seria imprescindível ao sistema escolar secundário, tendo mais espaço que a própria História do Brasil, que ficou relegada ao ensino primário.

Como aponta Circe Bittencourt em *Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil*, a História Universal foi inserida no currículo do Colégio Pedro II ainda em 1838, enquanto a História do Brasil surgiu como disciplina autônoma doze anos depois. E, durante a República, “de forma aparentemente mais contraditória, considerando a intensidade de debates sobre os projetos para a nação, a História do Brasil foi excluída

¹³¹ Com exceção do livro de Rocha Pombo, os demais encontram-se disponíveis no formato digital na biblioteca eletrônica do sítio do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD): <<http://lemad.fflch.usp.br/>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

como cadeira autônoma no Colégio Pedro II. Em 1901. A História do Brasil passou a ser lecionada como um apêndice da cadeira de "História Universal".¹³² O fato narrado pela autora também é observado no Rio Grande do Norte quando, em 1904, Tavares de Lyra ausentou-se do Atheneu Norte Riograndense, vagando a cadeira de História do Brasil.¹³³ Após sua saída, não houve contratação de um professor para esta cadeira, nem referências à essa disciplina nos relatórios da Instrução Pública, enquanto a disciplina de História Universal continuou a ser, como os relatórios da Instrução Pública levam a crer. No ensino primário, a História esteve à serviço do aprendizado da escrita e da educação moral. Conforme aponta Circe Bittencourt, a disciplina teve dois objetivos: “servir como lições de leitura, com temas menos áridos, para incitar a 'imaginação dos meninos', para fortificar o 'senso moral', aliando-se à Instrução Cívica, disciplina que deveria substituir a 'Instrução Religiosa'.”¹³⁴

Ao analisar os temas a serem ensinados em sala de aula, observa-se a preferência para uma história belicista. Os fatos escolhidos, em sua maioria diziam respeito a guerras, revoltas e revoluções. Para conduzir ou vencer estes embates, sempre havia o seu personagem: um homem, um líder ilustrado, que tomava as suas ações em prol do bem-estar do seu povo. Elegiam os "heróis da História" e condenavam ao esquecimento os vencidos e as classes subalternas. O interesse da historiografia tradicional, da transição do século XIX e das primeiras décadas do XX, era a "história épica", que servia tanto para legitimar o papel dos grupos dirigentes e das oligarquias, sistematicamente silenciando os demais grupos. No ensino de História do Rio Grande do Norte pôde ser observada claramente esta tendência. A família Albuquerque Maranhão, com seus familiares e correligionários governando o estado por quase toda a Primeira República, atingiu um estágio simbiótico com a história estadual, mesmo enfrentando resistência. No campo do currículo, a família Albuquerque Maranhão conseguiu ser monumentalizada mesmo quando, a partir de 1914 o seu grupo não mais conseguiu emplacar uma eleição para o governo, como pode ser observado nos dois programas escolares eles foram muito bem lembrados e, apesar do descontentamento da oposição, aparentemente essa história regional se tornou consenso. No campo da narrativa, entretanto, o embate foi mais acirrado. Quando o governo da situação, sabendo dos interesses de um membro da

¹³² BITTENCOURT, Circe. 2016. Op. Cit., p.194

¹³³ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1904.

¹³⁴ BITTENCOURT, Circe. 2008. Op. Cit., p. 108

oligarquia em escrever a primeira história potiguar, encomendou de um escritor que nunca veio ao Rio Grande do Norte para realizar pesquisas sobre o estado e, inclusive, era amigo do “oponente”, para fazer um livro igual. A identidade potiguar ainda era motivo de cobiça nos campos político e cultural.

Capítulo 3 – O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o agrupamento de intelectuais e a necessidade de escrever e ensinar sobre o Rio Grande do Norte

A educação no Rio Grande do Norte, como pôde ser observada no capítulo anterior caminhou, ao menos até a primeira década do século XX, a passos lentos. O ensino de História do Rio Grande do Norte até 1908 era inexistente como os relatórios e documentos do período levam a crer. Há pelo menos duas hipóteses que corroboram com o fato de só ter aparecido uma disciplina escolar voltada para o ensino de história regional quase no final da década de 10 do século XX: a primeira hipótese diz respeito à própria falta de uma instituição própria para formação de professores. Ora, como teriam classes desta disciplina se até 1910 não havia alunos formados numa instituição de ensino normal potiguar? Desde a instalação da Escola Normal de Natal, da Escola Modelo e dos Grupos Escolares em 1908 havia, ao menos em tese, a possibilidade de serem ensinadas disciplinas sobre o estado aos futuros professores primários que, por conseguinte, as ensinariam para a juventude norte riograndense.

Entretanto, surgem os primeiros questionamentos: que “Rio Grande do Norte” seria ensinado nestas escolas? Durante toda a Primeira República – e até antes, durante o período monárquico – não é observada a existência de uma produção de livros voltados para o ensino de história regional.¹³⁵ A produção de livros e ensaios sobre o Estado teve pouca expressão sendo datadas poucas obras, produzidas em tempos espaçados, como *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*, de Manoel Ferreira Nobre (1877); *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, de Vicente de Lemos (1912); *O Rio Grande do Norte*, de Manoel Dantas (1918); *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra e *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Rocha Pombo (1922).

A segunda hipótese que pode ser levantada advém do surgimento tardio de grupos e instituições intelectuais preocupadas com difusão de conhecimentos sobre o estado,

¹³⁵ A única menção de um livro que possa ser entendido como “didático” foi o *Lições de Geographia*, escrito por Manoel Dantas. Obra baseada em seu livro *Denominação dos municípios*, escrito em 1922.

como as associações literárias ou um Instituto Histórico e Geográfico.¹³⁶ Esta situação começou a mudar também durante a virada do século XIX para o XX quando, no Estado, surgem as primeiras agremiações interessadas na divulgação de estudos literários e de história e geografia local. Dos grupos literários *Le Monde Marche*, *Gremio Polymathico*, *Congresso Litterário* se destacaram vários intelectuais que anos depois viriam a ocupar em grande número as cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 1902 quando, conclamados pelo governo estadual, se reuniram para a construção de uma história do Rio Grande do Norte que legitimasse a posse dos seus territórios em um momento de contestação de suas fronteiras. De uma necessidade de defender judicialmente a posse de um território, observa-se no estado não um “florescimento intelectual”, mas uma arregimentação pragmática de cidadãos capazes de escrever uma narrativa que justificasse historicamente a legitimidade do Rio Grande do Norte sobre uma região *sub judice*.

Surgia assim não apenas uma necessidade de se escrever sobre a história e a geografia do estado, mas também a de ensinar para toda a sua juventude: o que era o Rio Grande do Norte; quais eram as suas fronteiras e a sua história; como este Estado contribuiu para a implementação da República e como contribuía para o engrandecimento da nação. É nesse período em que os intelectuais potiguares foram convocados a defender o território potiguar dos interesses a ele externos e que começaram a ser produzidos e difundidos os primeiros trabalhos notórios sobre o estado posteriormente adotados nas escolas públicas e privadas. Era necessário incutir na juventude norte riograndense que, além de brasileiros, eles eram potiguares.

3.1 – A *Questão de Grossos* e a arregimentação intelectual potiguar

A ideia de construção de identidades estaduais está ligada à adoção do regime republicano. A instauração da República no Brasil veio acompanhada de uma mudança no conhecimento sobre o território nacional: se durante o regime monárquico as instituições buscavam fortalecer e legitimar um projeto político centralizado no Estado e na Igreja, durante regime federalista foi diferente. Para além da necessidade de consolidar as fronteiras do Brasil com os seus vizinhos, surgiu no país a necessidade entre os entes

¹³⁶ Pode ser considerado um surgimento tardio se levarmos em consideração que os primeiros institutos históricos, ainda provinciais, começaram a ser criados na década de 60 do século XIX, como foi o caso do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), fundado em 1862.

federados de se produzir histórias sobre os seus próprios territórios, expondo sua importância no cenário local e regional, vinculando-as com a grandeza da nação.¹³⁷ Como é apontado por Helder Viana em *A República e os conhecimentos do território norte-rio-grandense*, nos novos estados da federação esses conhecimentos geraram duas “respostas” específicas: por um lado, a legitimidade alcançada pelo recorte estadual que passou a definir o horizonte de uma história e de uma geografia; por outro, uma maior difusão desses conhecimentos para um público mais vasto, formado por trabalhadores mas, sobretudo, por um crescente número de estudantes.¹³⁸ Com a implementação do modelo federalista, cresceu tanto entre as elites políticas como entre as intelectuais a necessidade de se possuir um controle maior do conhecimento produzido sobre o território.

Apesar de não ter sido uma exclusividade deste estado, a difusão de ideias e de conhecimentos no Rio Grande do Norte foi por longa data bastante frágil. Até a segunda metade do século XIX a maior parte da produção de jornais locais era realizada em tipografias de outros estados, principalmente Pernambuco. A primeira obra publicada encontrada sobre o estado data do ano de 1877, quando foi escrita a obra *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, de Manuel Ferreira Nobre. São nos anos finais do século XIX e início do século XX que o serviço tipográfico começa a se consolidar no estado e quando surgem os primeiros grupos formados por intelectuais interessados em discutir sobre literatura e história local, culminando em 1902, com a criação da instituição responsável por escrever a história oficial do estado.¹³⁹

Entre 1894 e 1900, são fundadas em Natal, capital do estado, três agremiações literárias: *Le Monde Marche*, fundada em 1894, composta majoritariamente por estudantes do colégio Atheneu Riograndense, responsáveis pela publicação da revista *Oasis*; *O Gremio Polymathico*, fundado por membros da classe política, como o ex-governador Pedro Velho, Joaquim Ferreira Chaves, governador à época, e os futuros governadores Alberto Maranhão e Augusto Tavares de Lyra, além de membros da

¹³⁷ GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço. 2009. p. 13

¹³⁸ VIANA, Helder. A república e os conhecimentos do território norte-rio-grandense In: NEGRO, Antônio, SOUZA, Everton, BELLINI, Lígia (orgs.). **Tecendo Histórias: espaço, política e identidade**. Bahia: EDUFBA, 2009. p. 159.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 161

burocracia estadual como Manoel Dantas, Francisco Pinto de Abreu, Henrique Castriciano dentre outros. O *Grêmio Polymathico* era apoiado e produzido por membros do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte, tendo a alcunha de *Filhos d'A República*, uma vez que sua revista intitulada *Revista do Rio Grande do Norte* era tipografada na redação do jornal *A República*;¹⁴⁰ Por último, foi fundado o *Congresso Litterário*, em 1900, que tinha como interesse primevo a publicação de romances, poesias e literatura em geral escritas por potiguares ou por indivíduos de outros estados que versassem sobre o Rio Grande do Norte. O grupo que tinha como diretor de sua revista, *A Tribuna*, Ezequiel Wanderley, tinha como seus principais colaboradores a poetisa Auta de Souza, além de Henrique Castriciano e Manoel Dantas.

Como pode ser observado, destas três agremiações a que mais se distanciava dos círculos políticos não tendo representante do governo ou funcionários dele produzindo artigos era a *Le Monde Marche*. As demais, como podemos observar, possuíam membros que dialogavam bem entre si e entre os grupos políticos reunidos na figura de Pedro Velho e dos membros da família Albuquerque Maranhão. Os cinco governadores do estado "pós-Pedro Velho" participavam da mesma agremiação, além de senadores, deputados federais e estaduais que a estas agremiações intelectuais também compunham. Eles, acabavam por possuir *habitus* semelhantes e ocupar um mesmo *espaço social*.

Por espaço social, pode-se depreender, a partir dos estudos de Pierre Bourdieu, que é o conjunto de posições sociais distintas coexistentes, definidas ora por relação de proximidade, ora por distanciamento. O espaço social seria formado por agentes sociais que se encontram esparzidos nesse espaço de acordo com a distribuição dos capitais simbólicos.¹⁴¹ O *habitus*, por sua vez, seria um princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolha de pessoas, de bens e de práticas. Seria o *habitus*, então, o princípio gerador de práticas distintas e distintivas.¹⁴²

¹⁴⁰ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves. Sociabilidade intelectual na imprensa natalense na Primeira República (1889-1930). *Revista Vozes, Pretérito & Devir*. Ano II, Vol. III. Num. 1. 2014. p.26

¹⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo. Editora Papirus, 1996. p.15

¹⁴² *Ibid.* p.10

Enquanto os membros do *Gremio Polymathico* e os do *Congresso Litterário* reuniam-se em espaços como o auditório da Assembleia Legislativa, nos cafés da cidade ou até na redação do jornal *A República*, os membros do *Le Monde Marche* se reuniam no pátio do Atheneu e não possuíam uma sede própria para a sua redação. Apesar dos membros destes jornais se tratarem com devida cordialidade, era evidente não só o distanciamento geográfico, mas também o distanciamento entre as práticas e relações sociais dos grupos. As proximidades dos indivíduos do *Gremio Polymathico* e os do *Congresso Litterário* com os Albuquerque Maranhão lhe conferiam não só o prestígio social, como também conferiam o próprio status de intelectual perante a sociedade potiguar. Seus trabalhos, publicados nas revistas *A Tribuna* ou *Revista do Rio Grande do Norte* lhes adjudicavam o “título” de homens de Letras.¹⁴³

Estes indivíduos foram os indicados para participar da primeira instituição intelectual responsável por coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia do estado: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.¹⁴⁴ Instituição que foi fundada no mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal decretou um Tribunal Arbitral para resolver o litígio fronteiro com o Ceará sobre a região de Grossos, importante polo salineiro localizado entre os limites dos dois estados que perdurava desde 1732 e durou até 1920, ficando conhecida por *Questão de Grossos*.¹⁴⁵

Como é possível supor, os interesses de se criar o IHGRN, para além da necessidade de “fazer frente” aos membros da instituição congênera cearense, estavam ligados a questões da política local, principalmente aos Albuquerque Maranhão. Este

¹⁴³ Como aponta Rebecca Gontijo em *Historiografia e ensino da História na Primeira República* (2006), até parte do século XX, a tarefa de se escrever uma história nacional ou regional não era uma atividade restrita aos historiadores de ofício. A história era escrita e ensinada por estes “homens de Letras”: um conjunto bastante amplo e heterogêneo de polígrafos, que incluía bacharéis em direito, médicos, engenheiros e literatos, que se ocupavam de modo diferenciado do ensino, da escrita da história, dos debates políticos, da literatura e dos temas sociais, através de atividades como, por exemplo, o jornalismo, o magistério e a crítica literária.

¹⁴⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Ata de criação do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte**. Tip. D’A República. Natal. p.1

¹⁴⁵ As questões da criação do IGHRN, de criação de uma identidade potiguar e da delimitação espacial do seu território a partir da Questão de Grossos é melhor abordada no livro *O (In)Imaginável Elefante Mal-ajambrado*, escrito por Saul Estevam Fernandes e publicado pela editora IFRN no ano de 2006.

grupo familiar buscava a produção de uma história do Rio Grande do Norte em que a família estivesse no centro desta produção e para isso não mediu esforços: auxiliou diretamente na criação, na manutenção e no apoio financeiro, tanto por verbas públicas como por doações particulares. Não é de se estranhar que a maioria dos sócios-fundadores do instituto histórico e geográfico potiguar era composta por membros da família Albuquerque Maranhão e de seus aliados políticos.

A busca pelos membros do IHGRN coube ao governador do estado, Alberto Maranhão, que delegou a atividade para Vicente de Lemos, desembargador do estado indicado por Joaquim Ferreira Chaves, seu contemporâneo do da turma de 1873 curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Foram escolhidos vinte e cinco homens, como consta na ata de criação do instituto, divididos entre Doutores, Coronéis/Capitães e Cidadãos:

[...] Reunidos os Doutores Alberto Maranhão, Olympio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Salles Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manuel Fernandes Sobrinho, Manuel Dantas e Thomaz Landim, os Coronéis Pedro Soares e Joaquim Manuel Teixeira de Moura e o cidadão Veríssimo de Toledo, tomando a palavra o Desembargador Vicente de Lemos, disse que o fim da presente reunião era a fundação, nesta Capital, de um Instituto Histórico e Geográfico [...]. Pedindo e obtendo a palavra o Dr. Alberto Maranhão disse estar autorizado a representar na presente reunião os Excelentíssimos Senadores Pedro Velho e Joaquim Ferreira Chaves e Deputados federais Augusto Tavares de Lyra e Eloy de Souya, que, não podendo comparecer, aderiam, entretanto, a idéia e pediam sua inclusão no número de sócios fundadores. Declarações idênticas fizeram sucessivamente os Drs. Manuel Dantas, com relação ao excelentíssimo Senador José Bernardo e Vicente de Lemos, com relação aos Drs. João Baptista de Siqueira Cavalcanti, José Theotônio Freire, Manuel Moreira Dias, Antonio de Souza, Manuel Hemeterio Raposo de Mello e Sergio Barreto, Capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos e Cidadãos Henrique Castirciano de Souza e Pedro Avelino.¹⁴⁶

Destes vinte e cinco nomes mencionados, foi possível montar o seguinte quadro em que consta o nome dos indivíduos e as suas prováveis filiações. Ao menos dezessete destes indicados podem ser identificados como: ou oriundos da família Albuquerque Maranhão ou correligionários no período.

¹⁴⁶ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Op. Cit., p. 1

Tabela 10 - Lista dos Sócios Fundadores do IHGRN

Sócios Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902)			
Doutores	Coronéis/Capitães	Cidadãos	
Alberto Maranhão	Joaquim Teixeira de Souza	Henrique Castriciano de Souza	
Antônio de Mello e Souza	João Avelino Perreira de Vasconcelos	Pedro Avelino	
Augusto Tavares de Lyra	Pedro Soares	Veríssimo de Toledo	
Eloy de Souza			
Francisco de Salles Meira e Sá			
Franciso Pinto de Abreu			
João Baptista Siqueira Cvalcanti			
Joaquim Ferreira Chaves			
José Theotonio Freire			
José Bernardo de Medeiros			
Luiz Manuel Fernandes Sobrinho			
Manuel Dantas			
Manuel Hemetério Raposo de Mello			
Manuel Moreira Dias			
Olympio Manuel			
Pedro Velho			Família Albuquerque Maranhão
Sergio Barreto			Aliados Casuais dos Albuquerque Maranhão
Thomaz Landim			Facção do Seridó
Vicente Simões Pereira de Lemos			Não Identificados

Fonte: O autor (2019)

Da seguinte tabela podemos ter uma ideia de como foram configuradas as redes de sociabilidades dos sócios-fundadores do instituto e como eles foram escolhidos. De cor verde escura, foram marcados os membros da família Albuquerque Maranhão, seus aliados declarados e os membros que foram representados pelo governador Alberto Maranhão na sessão criação do IHGRN. Em verde claro, estão os ora aliados de Alberto Maranhão e que foram representados pelo primeiro presidente do IHGRN e principal aliado de Joaquim Ferreira Chaves, que à época ainda era aliado dos Albuquerque Maranhão, o desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos. Na cor laranja, estão Luiz Sobrinho Manuel, Dantas e o seu representado, o senador José Bernardo de Medeiros, representantes do Seridó. Alguns dos indivíduos não foram possíveis de se identificar suas relações com os respectivos grupos, assim não sendo marcados.

Os meios utilizados pelos membros do IHGRN para a divulgação de seus estudos eram, ainda no ano de 1902, os jornais *O Diário de Natal* e *A República*. A função principal destes periódicos foi a de veicular, além dos trabalhos, notícias sobre o andamento do processo que transcorria na última instância Poder Judiciário. Posteriormente, em 1903, foi fundada a revista oficial da instituição: a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Uma revista criada no intuito de veicular trabalhos sobre a história, geografia, etnografia relativas ao estado, além de memórias e biografias de seus “notáveis cidadãos”.¹⁴⁷ A revista do IHGRN passou então a ser a maior, senão a única, difusora de trabalhos sobre a História do Rio Grande do Norte durante as décadas de 10 e de 20 do século XX.

As produções dos homens de Letras do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foram, durante a Primeira República, prioritariamente dedicadas à produção de um conhecimento que corroborasse com a narrativa de uma posse legítima e natural dos territórios potiguares. A partir das memórias, biografias de “célebres cidadãos”, das descrições, mapas e comemorações, foram delineadas uma história e uma geografia comum a todo o território norte riograndense.

Para afirmar a posse não só das terras em litígio com o Ceará, como também com sua outra vizinha, a Paraíba, os membros do IHGRN buscaram escrever uma história que não só “naturalizasse” o território potiguar, como também o tornasse histórico, como aponta Saul Fernandes:

O saber criado sobre o espaço estadual naquele momento partiu por dois vieses interpretativos que ao final se mesclariam: a ideia do território natural e histórico. O primeiro esteve inteiramente ligado às tentativas, em um primeiro momento, de analisar de maneira o território norte-rio-grandense partia de uma coerência dada pela natureza, sendo também uma construção histórica do processo de colonização que esbarra nos obstáculos naturalmente postos no espaço.¹⁴⁸

A identidade potiguar, era então formulada a partir da ideia de que o indivíduo pertencia ao Rio Grande do Norte, um território naturalmente moldado. Conquistado

¹⁴⁷ INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Estatuto do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. 1899

¹⁴⁸ FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República**. Editora IFRN. 2012. p. 147

desde a colonização e defendido não só dos invasores estrangeiros, franceses e holandeses, como também da cobiça dos seus vizinhos cearenses e paraibanos. A natureza e a história não só definiam o território, mas também o indivíduo que nele nascia.

Os potiguares precisavam ter conhecimento sobre o seu território e sua história. E para isso os membros do Instituto Histórico precisavam encontrar meios de diálogo mais efetivos do que os trabalhos escritos, haja vista que, como foi abordado em momentos anteriores, o número de potiguares com algum nível de instrução era muito baixo. Os atos públicos e as festas cívicas tornaram-se os principais meios de difusão destes conhecimentos produzidos, como aponta Saul Fernandes, o IHGRN fez bom uso desses festejos para fazer com que os potiguares passassem a ter essa autoconsciência. As homenagens aos heróis locais eram constantes por meio da escrita de artigos em sua revista e preenchiam as seções dos “capitães-mores”, dos “índios Celebres”. Os sócios uniam tais heróis à formação espacial do estado e aos conflitos territoriais que tentavam acabar com essa coerência. Tais artigos não ficavam restritos às páginas das revistas, mas eram publicizados por meio das festas cívicas. Essas comemorações faziam com que a população tomasse conhecimento desses feitos através das exposições museológicas, dos discursos dos sócios e da inauguração de monumentos.¹⁴⁹ Enquanto a educação pública era uma questão longe de ser resolvida, os festejos cívicos configuravam-se como uma solução prática e econômica para instruir os adolescentes e os jovens potiguares sobre a sua história e seu território

Apesar dos esforços dos potiguares em legitimar a sua identidade e a posse sobre o território da região de Grossos no cenário nacional, os cearenses viam-se em uma posição de vantagem. O Supremo Tribunal Federal entendeu que a legitimidade da posse cabia ao Ceará, mas que a decisão final deveria ser votada pelo Congresso Nacional. Para reverter o quadro e garantir a vitória potiguar, Pedro Velho que na época era senador e o seu genro Tavares de Lyra, à época deputado federal, buscaram o apoio do advogado Rui Barbosa e do cartógrafo Manuel Pereira Reis.

Rui Barbosa, a partir dos *Apontamentos sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*, obra escrita e organizada por Vicente de Lemos e Tavares de Lyra em 1903, escreveu a tese intitulada *Razões Finais do Rio Grande do Norte* no ano de 1904. A partir da entrega deste documento, junto à carta topográfica feita por Pereira

¹⁴⁹FERNANDES, Saul Estevam. Op. Cit., p. 106-107.

Reis, os potiguares conseguiram prorrogar o processo enquanto, na Câmara Federal, conseguiam mais aliados para defenderem os seus interesses. No cenário local, os membros do IHGRN continuaram produzindo matérias na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, dedicando uma seção exclusiva para o litígio fronteiriço, intitulada *Questão de Limites entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte*, que podem ser encontrados em vários dos volumes publicados entre os anos de 1903 à 1922.

Durante este período começam a surgir também as primeiras obras de circulação escrita por autores potiguares. A primeira a ser lançada, como já adiantado, foi a intitulada *Questão de Limites entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra e Vicente de Lemos (1904), obra adaptada do trabalho realizado pelos dois em 1903. Posteriormente, Tavares de Lyra, que em 1907 tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, escreveu o seu ensaio corográfico intitulado *O Rio Grande do Norte*, em 1911. Vicente de Lemos, por sua vez, escreveu o seu primeiro volume de *Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte*, em 1912. Seis anos depois, foi escrita a obra de Manoel Dantas, o ensaio corográfico *O Rio Grande do Norte* (1918). As seguintes obras foram os primeiros livros a serem recomendadas para a utilização dos professores primários no *Regimento Interno dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte*, de 1914.

O imbróglio envolvendo os potiguares e cearenses findou-se no ano de 1920. Por pressão da bancada do Rio Grande do Norte, pelo prestígio de Rui Barbosa e pelo interesse do Poder Executivo Federal, representado na figura de Epitácio Pessoa, que desejava comemorar os 100 anos de independência do Brasil, em 1922, com todos os litígios territoriais resolvidos, o estado norte riograndense saiu como “vitorioso”, mesmo com o parecer favorável do Supremo Tribunal Federal para o estado do Ceará.

Apesar do resultado um tanto quanto inesperado, e dos anos de embates políticos e intelectuais acalorados, a *Questão de Grossos* foi o “estopim” necessário para que em 1902 este grupo de homens de Letras potiguares, antes dispersos em pequenos grupos literários, revistas e periódicos do estado, se arregimentassem no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e concatenassem seus esforços para a produção de uma história. Uma história estadual que serviu de base não só para as elucubrações de Rui Barbosa e dos demais representantes do estado no Tribunal Arbitral, mas que foi incentivada e adotada em todas as instituições escolares do estado a partir de 1908. Na

tentativa de fazer frente aos cearenses e de justificar o seu espaço geográfico no “mapa do Brasil”, estes intelectuais criaram não só uma narrativa ou uma história. Criaram a necessidade de se ensinar para as crianças e os adolescentes do estado o porquê de eles serem potiguares.

3.2- O Rio Grande do Norte nos livros escolares

Como foi dito no início do capítulo, a Primeira República foi um importante momento para a formação de identidades, tanto a nível nacional quanto estadual. Esse foi também o momento responsável pela reelaboração dos currículos escolares e pela introdução da História no centro das discussões educacionais. O que, por sua vez, favoreceu o aparecimento de um mercado editorial voltado para a produção de livros didáticos de histórias regionais e do país. A História do Brasil deveria ser ensinada para todos os alunos do curso infantil; Nos cursos elementares e complementares, por sua vez, a história nacional seria aprofundada enquanto gradativamente a história regional ganharia maior espaço nas discussões. Formava-se primeiro o cidadão brasileiro, depois o cidadão norte riograndense.

Durante o processo de consolidação da História enquanto disciplina escolar os compêndios de história do Brasil tornaram-se valiosos instrumentos para a promoção do ensino. Enquanto os compêndios de História Universal e de História Sagrada eram destinados aos alunos do ensino secundário, os de História Pátria eram destinados ao ensino primário. A utilização de compêndios de história pode ser observada no Rio Grande do Norte desde 1897: O *Compêndio de História Universal* de Joaquim Maria de Lacerda foi escolhido pelo Conselho Literário, instituição responsável pela condução do ensino, pela primeira vez. Para o ensino primário, por sua vez, foi escolhida apenas em 1907 a *Pequena História do Brasil por Perguntas e Respostas para uso da infância*, do mesmo autor do compêndio ora escolhido. Joaquim Maria de Lacerda foi professor de História Universal no Colégio Pedro II durante os anos finais do Império e seus livros tiveram relativo sucesso, sendo adotados em vários estados. Só há um senão: estas obras adotadas quando do início da República no Brasil, já eram um tanto quanto antiquadas. O compêndio escolhido em 1897 teve a sua última reimpressão em 1882, já o livro indicado em 1907 teve a sua sexta e última reimpressão feita, pelo autor, em 1887.

De fato, a atuação do Conselho Literário foi bastante discreta. O órgão gerido pelo governador do estado, o diretor da Instrução Pública, lentes do Atheneu e cidadãos de

“notório saber”, tinha como sua principal função a gestão da educação: contratação e demissão de professores, compra e reforma de prédios escolares, confecção de regimentos e escolha de materiais didáticos, porém, com o que pôde ser analisado nas fontes aqui trabalhadas, a sua atuação principal foi em relação à primeira atribuição aqui elencada. Por vezes, veicularam no relatório da Instrução Pública que a entidade não estava mais se reunindo por falta de “pautas importantes a serem debatidas”.¹⁵⁰ Apesar de, durante as quatro décadas de regime republicano, a Instrução Pública ter sido classificada por seus próprios diretores e governadores como péssima ou sofrível. Entre os anos de 1892 e 1925, realizaram indicação de livros escolares de História em quatro oportunidades, nos anos de 1897, 1908, 1914 e 1925. Ao total, foram indicados sete livros História Pátria, enquanto para os professores primários foram indicados nove, sendo quatro de história regional, como consta no quadro abaixo:

Tabela 11 - Lista de livros de História indicados para o ensino primário (1908-1925)

Livros de História indicados para o ensino primário potiguar (1908-1925)	
1908	
<i>Pequena História do Brasil por perguntas e respostas</i>	Joaquim M. Macedo
1914	
<i>Historietas</i>	J. Pinto e Silva
<i>Minha pátria</i>	J. Pinto e Silva
1925	
<i>Minha pátria</i>	J. Pinto e Silva
<i>Nosa Pátria</i>	Rocha Pombo
<i>Tradições nacionais</i>	C. A. Gomes Cardim
<i>Pequenas História do Brasil</i>	Francisco Vianna
<i>Pequena História do Brasil</i>	M. da Veiga Cabral
Livros Indicados para os professores	
1914	
<i>Minha pátria</i>	J. Pinto e Silva
<i>História do Brazil</i>	Sylvio Romero
<i>História do Brazil</i>	Mariaguilhermina
<i>Capitães mores e governadores do Rio Grande do Norte</i>	Vicente de Lemos
<i>Ephemerides</i>	A.S.
1925	
<i>O Rio Grande do Norte</i>	Manoel Dantas
<i>Corographia do Rio Grande do Norte</i>	Tavares de Lyra
<i>História do Rio Grande do Norte</i>	
<i>História do Estado do Rio Grande do Norte</i>	

Fonte: o Autor (2019)

¹⁵⁰ RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório da Instrução Pública**. 1907.

O alvorecer do século XX foi marcado pela franca expansão do mercado editorial de livros escolares. As editoras perceberam que este mercado poderia gerar um grande lucro: com uma clientela composta majoritariamente pelos governos estaduais e as escolas particulares, os livros produzidos para fins escolares teriam um público garantido. O livro escolar, como aponta Circe Bittencourt, despontava como uma mercadoria altamente lucrativa, considerada a "carne" do mercado editorial.¹⁵¹

Estados como São Paulo e Rio de Janeiro despontaram como líderes nacionais. Já outros estados, como o Rio Grande do Sul, conseguiram firmar sua posição na produção e distribuição de livros de história regional, tornando-se autossuficientes nesta área.¹⁵² O Rio Grande do Norte, por sua vez, enfrentou uma grande dificuldade nesta área. Durante os quarenta e um anos da primeira experiência republicana brasileira, a principal "empresa" responsável pela fabricação e venda de livros era a *Typographia D'A República*, órgão oficial do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Bastante restrita à produção de materiais, só produzindo algo sob demanda ou sob autorização do governo do estado para os agraciados pela lei estadual 145 de 6 de agosto de 1900.¹⁵³ Sobre os livros indicados para o ensino de História do Rio Grande do Norte entre 1914 e 1925, apenas o ensaio corográfico de Manoel Dantas, *O Rio Grande do Norte*, foi editado pela tipográfica potiguar.

Os outros três livros indicados foram produzidos fora do estado. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, de Vicente de Lemos foi publicado em 1912 pela *Typographia do Jornal do Comércio*; *A História do Rio Grande do Norte*, escrita por Tavares de Lyra, datada de 1921, foi publicada pela Tipografia Leuzioger; Já a obra

¹⁵¹ Bittencourt. 2008, Op. Cit., p. 82

¹⁵² MOMBELLI, Cecília. **A formação dos jovens cidadãos**: a construção da disciplina escolar de história no Rio Grande do Sul na Primeira República. São Paulo. 2015. P.62

¹⁵³ A lei estadual 145, proposta pelo governador Alberto Maranhão, autorizava o chefe do executivo estadual a premiar livros de ciência e literatura produzidos por "filhos do Rio Grande do Norte" ou autores de outros Estados, que tivessem residência fixa no estado. A lei possuía dois parágrafos. O primeiro previa que o valor do prêmio seria pago pelo Tesouro do Estado, após aprovação do diretor da Instrução Pública e de dois "homens de letras" designados pelo governador. O segundo dispensava a exigência da naturalidade e domicílio quando o livro versasse sobre assuntos relacionados à história e o progresso do estado.

História do Estado do Rio Grande do Norte, de Rocha Pombo, foi publicada em 1922 pela Almanak Laemert. As três obras foram produzidas no estado do Rio de Janeiro.

É sobre as obras de Tavares de Lyra e Rocha Pombo que este tópico abordará. A ideia principal é trabalhar como estes dois livros foram concebidos, produzidos e escolhidos como livros escolares em 1925. O intento será o de compreender como estas obras buscavam se inserir numa historiografia nacional para compreenderem sua própria história estadual. Será analisado também como as relações políticas interferiram diretamente nessas produções.

3.2.1 – As histórias do Rio Grande do Norte de Tavares de Lyra e Rocha Pombo: Os Albuquerque Maranhão e os Bezerra de Medeiros.

As obras de Tavares de Lyra e Rocha Pombo foram indicadas como livros obrigatórios para os professores do ensino primário estadual. Como aponta Raimundo Nonato Rocha, ao fazer uma análise sobre como a Primeira República foi retratada nos livros de História do Rio Grande do Norte, ambas as obras apresentam características parecidas, que não se diferenciam muito das outras histórias regionais que foram escritas no início do século XX. Com o intuito de "explicar" o fenômeno republicano para os seus leitores, principalmente os jovens, os autores buscaram por construir uma história regional em um formato cronológico e linear, desde o "descobrimento" do Brasil e a povoação das capitanias até as primeiras décadas da República. Os escritores, tomando a posição de "testemunhas oculares", buscavam disseminar uma "verdade de quem viu e viveu" o surgimento da república brasileira em seus escritos.¹⁵⁴

Uma segunda característica em comum destas obras era a apresentação de uma proclamação da República "consentida", como aponta Maria de Lourdes Janotti.¹⁵⁵ Uma República que fora acolhida em clima de paz e consenso pelo povo brasileiro, uma mera continuidade desta grande linha cronológica que era a história do país. Estes elementos são claramente observáveis nas obras de Lyra e Pombo, entretanto o elemento que mais

¹⁵⁴ ROCHA, Raimundo Nonato Araújo. A República no Rio Grande do Norte: memória e historiografia. In: MATA, Sérgio Ricardo da, MOLLO, Helena Miranda, VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.p.1**

¹⁵⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia: uma questão regional? In: SILVA, M. A. (org.). República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Anpuh; Marco Zero, 1990. p. 124

distanciou as obras destes dois autores não foi de cunho historiográfico ou estético. A questão política imbricada tanto na concepção como produção e veiculação destas obras é o que chama a atenção.

A obra *História do Rio Grande do Norte* foi escrita por Tavares de Lyra no clima dos preparativos para a festa do centenário da Independência do Brasil que estava sendo organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A intenção do IHGB era a de publicar o *Livro de Ouro Commemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1822 a 7 de setembro de 1922*, uma coletânea de trabalhos produzidos por seus membros e com apoio das demais instituições congêneres de todos os estados. Tinham como principal intenção a confecção de um grande “Dicionário” sobre os entes federados da república brasileira. Cada instituto seria responsável pela produção de uma obra que versasse sobre a história, geografia ou corografia do seu estado. Tavares de Lyra, membro do IHGRN desde sua fundação e do IHGB a partir 1907, foi o escolhido por seus pares para representar os norte-riograndenses. A opção de Lyra foi a de compilar em um só livro todos os seus trabalhos realizados, com acréscimo dos temas pertinentes ao século XIX e XX. No ano de 1918, ele já havia concluído a sua obra, esperando apenas a publicação.¹⁵⁶

Augusto Tavares de Lyra, como já foi apontado algumas vezes no decorrer deste trabalho, foi governador do estado, Deputado Federal e Senador da República. Foi também ministro da Justiça no governo de Afonso Pena (1906-1909) e ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Venceslau Brás (1918). Genro de Pedro Velho, formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Pernambuco com o irmão do seu sogro, Alberto Maranhão. Quando foi deputado federal, atuou diretamente para reverter a situação desfavorável do seu estado quanto à *Questão de Grossos*, arregimentando votos e produzindo trabalhos para embasar a defesa de Rui Barbosa perante o Tribunal Arbitral entre os anos de 1902 e 1907 – ano este em que foi convidado para participar do IHGB. Destacado no campo intelectual, tinha o interesse de ser

¹⁵⁶ Durante as duas primeiras décadas do século XX, Lyra teve uma considerável produção de trabalhos, publicando os seguintes trabalhos: *A Questão de Limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte* (1904), *O Rio Grande do Norte* (1911) e *Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte: 1500-1564* (1914).

reconhecido como o primeiro historiador do Rio Grande do Norte, e assim foi.¹⁵⁷ Tendo sua obra finalizada em 1918, buscou publicá-la, como proposto pelo IHGB, no ano de 1922. Porém, sua publicação acabou sendo adiantada: era necessário publicá-la antes do previsto pelo IHGB, caso quisesse gozar do trunfo do ineditismo.

Como já fora mencionado, desde o ano de 1914, os Albuquerque Maranhão, apesar de ainda terem força política suficiente para eleger vários dos “seus nomes” para o legislativo estadual e federal, não estavam mais conseguindo emplacar uma candidatura para o executivo estadual desde que Ferreira Chaves rompeu com Lyra. Conscientes do interesse de Tavares de Lyra em produzir aquela que seria a "primeira História do Rio Grande do Norte", Chaves e os seus apoiadores mobilizaram-se para produzirem a sua própria história regional.

Como dito no capítulo anterior, quando os membros do IHGRN se reuniram no ínterim de produzir a primeira história do estado, findaram por uma escrita em que a história do Rio Grande do Norte, desde o Império confundia-se com a história dos Albuquerque Maranhão. E foi esta a história que primeiro foi ensinada nas escolas potiguares: cristalizando as imagens de Jerônimo de Albuquerque, André de Albuquerque Maranhão e Pedro Velho. Tavares de Lyra ao publicar sua obra no centenário da independência estaria promovendo a "coroação" desta oligarquia na história norte riograndense. Era isso que Ferreira Chaves e os seridoenses queriam evitar. Como entre eles não havia nenhum intelectual ou escritor que pudesse arcar com esta missão em tempo hábil, foram buscar na capital federal do país alguém que pudesse escrever. O contratado foi Francisco da Rocha Pombo.

Paranaense de Morretes, Rocha Pombo dedicou seus primeiros anos de vida profissional ao jornalismo e à propaganda republicana, antes de encontrar na educação e na escrita de livros de história os seus maiores destaques. Mudou-se para o Rio de Janeiro no ano de 1897, mesmo ano em que venceu um concurso proposto pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal e do IHGB e para a produção de um livro didático

¹⁵⁷ Como foi exposto no segundo capítulo, antes da proclamação da República foi publicada a obra *Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*, de Ferreira Nobre (1877). De acordo com Enélio Petrovich, presidente do IGHRN em 1971, a obra de Ferreira Nobre foi, de fato, o primeiro trabalho de História produzido sobre o estado, logo Ferreira Nobre seria o “Primeiro Historiador”. Esta posição, reivindicada por Tavares de Lyra tinha mais a ver com sua posição. Seria, sua obra, o livro produzido por um intelectual, membro do IHGRN e IHGB, e seus ensaios as “credenciais” para este título que almejava.

referente à história latino-americana. *História da América*, foi uma das obras que impulsionou nacionalmente e garantiu a presença de Rocha Pombo nos círculos intelectuais da capital federal, além do seu convite para participar do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Antes da publicação de sua obra vencedora, o escritor paranaense já se dedicava a escrita de sua obra mais extensa: a *História do Brasil*, escrita entre os anos de 1905 e 1917, dividida em dez volumes publicados ao longo destes doze anos de produção. O seu interesse pelo ensino de História e pela produção de livros didáticos lhe conferiu um lugar de importância neste “mundo dos impressos escolares” sendo convidado, como apontado por Maria Aparecida Leopoldino, a produzir livros didáticos para um projeto editorial que tinha como finalidade a preparação de professores normalistas para ensinar História. Seu contato com a Companhia Melhoramentos, do estado de São Paulo, ocorreu nesse momento em que as obras didáticas se tornaram assuntos nacionais por meio de políticas culturais voltadas à educação escolar primária no país.¹⁵⁸

A “parceria” entre Rocha Pombo e a editora paulista foi de vital importância para a divulgação dos seus livros. Foi na Melhoramentos que ele durante as três primeiras décadas do século XX conseguiu publicar seus principais livros didáticos tendo projeção nacional. A obra *Nossa Pátria*, adotada no Rio Grande do Norte, foi escolhida também nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão, Paraná e Bahia, por exemplo.¹⁵⁹ Reconhecendo o sucesso de sua publicação, a Editora Melhoramentos decidiu dar o seu segundo passo: publicar na coleção *Resumo Didático* livros de história regional. Entre os anos de 1918 e 1940 foram publicados doze livros de história regional por diversos autores.¹⁶⁰ A primeira história regional lançada com selo da *Resumo Didático* foi a *História de São Paulo*, de autoria do próprio Rocha Pombo.

¹⁵⁸ LOPOLDINO, Maria Aparecida. Políticas Culturais e livros didáticos de História: Rocha Pombo na capital da República. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 19, 2019. p. 10

¹⁵⁹ Silva, A. L. (2008). **Ensino e mercado editorial de livros didáticos de história do Brasil** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

¹⁶⁰ De acordo Maria Aparecida Leopoldino (op.cit.), foram publicadas também: *História de Minas Gerais*, Lúcio José dos Santos (1926); *História da Cidade do Rio de Janeiro*, Max Fleiuss (1928); *História do Estado do Rio de Janeiro*, Clodomiro Vasconcelos (1928); *História da Bahia*, Pedro Calmon; (1929); *História do Paraná*, Rocha Pombo (1929); *História de Alagoas*, Craveiro Costa (1930); *História de Santa Catharina*, Henrique Boiteaux (1930); *História do Pará*, Teodoro Braga (1932); *História de Pernambuco*,

O escritor paranaense também ficou responsável por escrever mais duas obras: a história do seu estado a do Rio Grande do Norte. A primeira obra foi escolhida pelo próprio autor, por seu interesse em sagrar-se “historiador do Paraná”; A segunda obra, por sua vez, foi feita a partir de um convite e uma proposta financeira bem generosa. Joaquim Ferreira Chaves, considerando-o o historiador mais apto, e também o mais consagrado no cenário dos livros didáticos de história, conferiu-lhe, em 1918, a missão de escrever uma História do Rio Grande do Norte. O valor oferecido foi pago no ano de 1919, como consta na mensagem proferida pelo governador Antônio de Melo e Souza no ano de 1919:

Além das despesas extra-orçamentarias cuja aprovação vos será pedida oportunamente, devo trazer ao vosso conhecimento a aquisição que fiz para o patrimonio do Estado, de um quadro histórico do julgamento do Padre Miguelinho, pago ao notável pinto brasileiro Antonio Parreiras por 12:000\$. Este quadro, como sabeis, está no salão principal do governo.

Foram ainda dispendidos 6:000 como remuneração ao historiador nacional Rocha Pombo Pelo trabalho que escreveu sobre a história do Rio Grande do Norte, a ser publicado brevemente.¹⁶¹

Um fato curioso sobre Rocha Pombo é que apesar de ele ter sido contratado para escrever uma história sobre o Rio Grande do Norte, ele nunca veio ao estado a fim de realizar suas pesquisas e investigações, tendo visitado apenas uma vez quando esteve de passagem pelo nordeste. Sua produção foi realizada a partir da leitura de obras feitas por potiguares, trechos de compêndios e também a partir da leitura de matérias em jornais e revistas. Um segundo fato curioso é que um o seu maior corresponde e auxiliar na produção desta obra foi o seu contemporâneo do Instituto Histórico brasileiro: Tavares de Lyra. O historiador potiguar, anos depois, ao escrever suas memórias afirmou: Rocha Pombo, além de lhe confidenciar sobre a produção de sua obra, não sabia dos interesses por trás da proposta do governo estadual. Sabia apenas que ele também estava a escrever um mesmo trabalho:

Publicado o primeiro volume, alguns dos meus adversários na política local entenderam de despojar-me do que consideravam um título de benemerência para mim – ser o primeiro historiador do Rio Grande do Norte. E foi encarregado o Professor Rocha Pombo de escrever, com relativa pressa, uma História do Rio Grande do Norte. Ignoravam,

Mario de Melo (s/d); *História do Rio Grande do Sul*, Doca Sousa (s/d); *História do Ceará*, Cruz Filho (Edição provável).

¹⁶¹ RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagens apresentadas ao congresso legislativo**. 1919. p.23

porém, que aquele professor era pessoa das minhas melhores relações e que, tendo aceito a incumbência, me procurara para consultar sobre alguns pontos da referida História, em relação aos quais lhe faltavam fontes a que recorrer. Nada lhe disse quanto às razões determinante do convite que lhe haviam feito e prestei todos os esclarecimentos que solicitara. Acrescentei, porém, lealmente, que estava escrevendo um trabalho de idêntica natureza.¹⁶²

Fato é que as duas obras foram publicadas. A do potiguar em 1921 e a do paranaense em 1922 e, apesar da pressão do governo do Rio Grande do Norte em requerer ao IHGB que a obra de Pombo fosse incluída no *Dicionário Comemorativo* como a contribuição potiguar, a escolhida e publicada pela instituição foi a de Tavares de Lyra. A “resposta” que o governo potiguar deu, foi no ano de 1923, quando o governador Antônio José de Mello e Souza decidiu pela distribuição gratuita das obras de Rocha Pombo em todas as escolas públicas norte riograndenses às custas do erário público.¹⁶³

As duas obras foram concebidas e publicadas durante um conflito latente. Um conflito político, econômico e de narrativas históricas, combatidas de forma ferrenha pelos Albuquerque Maranhão e os seridoenses, encabeçados pelos Bezerra de Medeiros. dois grupos políticos e oligárquicos vinculados ao Partido Republicano do Rio Grande do Norte que durante a Primeira República viveram momentos de aproximação e de tensões, sendo o ano de 1919 o racha definitivo.

Os Albuquerque Maranhão, centralizados na figura de Pedro Velho, estiveram historicamente ligados à cidade de Natal e suas vizinhas Macaíba e Ceara-mirim, destaques na produção de produtos oriundos da cana de açúcar desde os tempos mais remotos da colonização das terras potiguares, o que garantiu o poder e influência da família por cinco séculos. Os Bezerra de Medeiros, ora representados por Joaquim Ferreira Chaves, tiveram como representante histórico o caicoense José Bernardo de Medeiros. Este grupo, também conhecido por “facção do Seridó” representava, além dos republicanos desta região interiorana, o interesse dos cotonicultores norte riograndenses.

Como aponta Spinelli Lindoso, a influência dos Albuquerque Maranhão foi exercida de maneira incontestada até a metade da segunda década do século XX. Apesar de, desde o século XIX a cana de açúcar potiguar já não representar a maior parte dos lucros faturados e a produção estar restrita à uma pequena parte do território, a família de Pedro

¹⁶² LYRA, Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

¹⁶³ RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo**. 1923. p.57

Velho soube arregimentar diversos líderes políticos ligados à causa republicana e parte da elite econômica das cidades interioranas que estavam começando a despontar na produção do sal no oeste potiguar e do algodão na região central do estado. Destes grupos, os ligados à cultura salineira estiveram ao lado dos Albuquerque Maranhão, principalmente após 1902 quando da judicialização da *Questão de Grossos*. A região, de extrema importância para a produção deste insumo era vital para a manutenção econômica do grupo, restando-lhes negociar com Pedro Velho e Tavares de Lyra, à época os maiores representantes políticos potiguares no Congresso Nacional. A proposta era simples: A região de Grossos permaneceria no Rio Grande do Norte e em troca os Albuquerque Maranhão ganhariam o direito para fazer as indicações para a composição dos cargos do Departamento de Obras Contra as Secas e a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Macau que seriam instaladas no interior do estado.

Os cotonicultores seridoenses, por sua vez, desde 1894 já haviam rompido de forma parcial com os Albuquerque Maranhão quando Pedro Velho por iniciativa própria e indicou seus aliados para o Executivo Federal sem consultar os demais membros do Partido Republicano Norte Riograndense. Nas eleições de 1898 para o executivo e legislativo potiguares, tentaram eleger seus representantes diretos, entretanto, por Pedro Velho contar com apoio dos representantes do oeste do estado, não conseguiram emplacar suas candidaturas. Foi a partir na transição da década de 10 para a década de 20 do século XX que os seridoenses começaram a despontar na economia potiguar.

Essa expansão deveu-se, sobretudo à atenção oficial que o setor passou a receber, tendo em vista o fato de que a sua produção, em termos de direitos sobre exportação, passara a constituir a maior fonte de renda do estado. Cooperou também para este forte crescimento a Primeira Guerra Mundial. Até o Brasil aliar-se formalmente à Tríplice Entente, os cotonicultores potiguares venderam sua matéria prima para as principais nações beligerantes, Inglaterra e Alemanha.¹⁶⁴ Esta “oportunidade comercial única” propiciou ao Rio Grande do Norte o seu principal “boom” industrial. Os seridoenses, nesse momento, já detinham poder econômico suficiente para interferir na política potiguar.

¹⁶⁴ SUASSUNA, Eduardo B. Luiz. MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2005. p. 207.

A partir da cooptação de aliados descontentes com as medidas tomadas pelos “pedrovelhistas” e favorecidos pelo cenário da *política das salvaçãoes*, movimento responsável pela destituição de várias oligarquias no Brasil no ano de 1912, os seridoenses conseguiram emplacar a campanha de Ferreira Chaves ao executivo estadual. Como dito no primeiro capítulo, Ferreira Chaves tratou por desmontar todo o aparato estatal que garantiu a permanência dos Albuquerque Maranhão, demitiu funcionários públicos, exonerou membros do judiciário estadual e perseguiu seus desafetos. Posteriormente, indicou seu aliado Antônio de Mello e Souza para o governo, sendo eleito em 1920. Entre 1924 e 1928, enfim, elegeram seus candidatos nascidos no Seridó: José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine.

Tavares de Lyra e Rocha Pombo estiveram inseridos neste embate político que permeou toda a experiência republicana potiguar. Em lados opostos, ficaram responsáveis por escrever duas histórias regionais distintas sobre o mesmo recorte geográfico. Essas histórias do Rio Grande do Norte muito se assemelham pois, como dito anteriormente, Rocha Pombo trocava informações com Tavares de Lyra, que lhe indicou obras e trabalhos. Entretanto, em pontos sensíveis é possível observar o distanciamento dos autores nestas obras, principalmente no que diz respeito à proclamação da República no estado.

O primeiro ponto que pode ser observado é o interesse na produção das seguintes obras. Enquanto Tavares de Lyra apenas apresentou o seu trabalho como uma pesquisa sobre a história do estado que iria compor o Dicionário do IGHB, sem prefácio. Rocha Pombo por sua vez, apresentou o seu livro com a justificativa de ter escrito tal história regional na busca de edificar uma identidade nacional brasileira:

Mesmo no dia em que tivermos posto em todos os corações este tão grande ideal christão de que a humanidade é tão verdadeiramente uma extensão da pátria como a pátria é tão verdadeiramente uma ampliação da família – mesmo nesse dia não se ha de esquecer que a própria vida de uma grande nação tem de fazer-se ou regular-se pelo concurso de cada unidade regional das que formam essa nação

E ainda dentro de cada uma dessas unidades será preciso contar com a cooperação de agrupamentos mais restrictos, até chegar-se mesmo ao mais restricto de tos, que é a família – instituição irreductivel, fundamento de toda organização social¹⁶⁵

¹⁶⁵ POMBO, Rocha. **História do estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922. p.7

A crença do escritor paranaense era que ao se trabalhar o recorte regional a partir de uma visão nacional fortaleceria uma identidade brasileira. Nesse sentido, para o escritor coordenador da coleção *Resumo Didático* a construção de uma história regional só era válida quando, a partir dela, o conhecimento do país fosse aprofundado ao invés de incitar qualquer ideia regionalista ou separatista. Os estados deveriam ser vistos como “pequenas pátrias” cuja principal missão seria a de fortalecer a “grande pátria comum”, o Brasil.¹⁶⁶

Logo nos primeiros capítulos das referidas obras, é possível observar as especificidades dos autores em escrevê-las. No capítulo sobre a fundação da cidade de Natal, enquanto na história de Lyra há uma busca por legitimar a figura de Jeronymo de Albuquerque Maranhão como fundador e responsável não só pelo batismo do povoado próximo a Fortaleza dos Reis Magos como também de tê-la alçado ao *status* de cidade: a Cidade do Natal, fundada em 25 de dezembro de 1599 por um Albuquerque Maranhão. Rocha Pombo, por sua vez e relativizou a importância de Natal ter sido considerada uma cidade tendo em vista que cidade, vila ou povoado, Natal neste período não passava de uma mera região em situação de abandono:

*Pensam alguns que foi Jeronimo de Albuquerque Maranhão, o creador da villa, como tinha sido da povoação dos Reis a que dera o nome de Natal. Ainda assim, isto é, mesmo durante o governo de Jeronimo, e supondo que tivesse tido então a categoria de villa, a povoação nem por isso se fez importante. Não consta, no emtanto, que chegasse por esse a tempo a ter câmara e autoridades locais próprias. Nem alcançaria a 100 o número de moradores de todo o districto. (...) Si já se dizia cidade ou villa, era-o só de uso, não de predicamento official.*¹⁶⁷

Rocha Pombo considerava que Jeronymo de Albuquerque havia conseguido construir e fundar, no máximo, uma prisão, que era a Fortaleza dos Reis Magos. Esta foi a sua primeira “revisão” em relação ao que foi escrito por Tavares de Lyra. Em grande parte de sua narrativa os Albuquerque Maranhão iam perdendo sistematicamente os seus papéis de destaque na história potiguar em prol do surgimento de outros grupos. É no texto de Rocha Pombo que emerge a figura do sertanejo. No seu décimo sexto capítulo, sobre o regime colonial na Capitania do Rio Grande, decide por falar sobre as qualidades do “nobre indivíduo” que vivia no interior:

¹⁶⁶ POMBO, Rocha. Op. Cit., p.11

¹⁶⁷ Ibid. 56

*A inteligência do sertanejo, o seu atilamento, a sua vivacidade, o seu espírito de iniciativa, abriram-se nesse convívio, fizeram-se a experiência desses concertos, que começaram por necessidade de ordem econômica; mas que com o correr do tempo se tornaram verdadeiros centros de educação.*¹⁶⁸

Criador de suas próprias tradições, o homem do sertão havia herdado uma “ação salutar na vida dos colonos: o prestígio de algumas famílias, que pela sua compostura moral, pela sua probidade e pelo seu valimento influenciaram beneficentemente no convívio geral das várias zonas, e sobretudo nas do interior.” O autor começou a construir uma narrativa em que o sertanejo se tornava o indivíduo-chave da história potiguar. Era o legítimo representante do “caráter rio-grandense”:

*Concluimos, pois, que a semelhantes tradições e assinaladas circunstancias, tem de atribuir-se a particularidade que nos referimos, de ser o norte-rio-grandense um espécime distinto e dos mais interessantes da nossa ethnografia nacional. – Em resumo, os habitantes do nordeste brasileiro são dotados de excellentes qualidades: são francos, hospitaleiros, generosos, e de uma coragem proverbial. “O seu trabalho é mais activo que o do gaúcho do sul; as suas aptidões são também diferentes, e a sua tarefa mais difficil”. O vaqueiro do sertão, desprezando perigos, caça e persegue, através da catinga, o gado bravo, com afoiteza e impetuosidade que os obstaculos não esmorecem. “Montado no pequeno cavallo sertanejo, nervoso e ágil, parecem ambos movidos pela mesma vontade tenaz e intelligente, para alcançar o gado fugido. Não podendo recorrer ao laço do gaúcho, agarra o vaqueiro do norte o animal pela cauda, e num movimento destro e seguro, levanta-o a rolar no solo – taes a força e a velocidade empregadas. De um salto instantaneo, está o vaqueiro ao lado da rez, e passa-lhe a perna entre os chifres”, subjugando assim o animal. É caçador tão habil quanto pastor vigilante e activo, e não receia, acompanhado ou sósinho, pôr-se em busca da onça, até mata-la, ou fazendo-a fugir. – Graças a essas qualidades do sertanejo, é o Estado do Rio Grande do Norte um dos mais ordeiros e dos mais prosperos da União. Ali não ha, principalmente nas zonas ruraes, sino actividade e trabalho, e como consequencia disso – ordem e abastança.*¹⁶⁹

O sertanejo ocupa, dessa forma, lugar central na narrativa histórica tecida por Rocha Pombo. Este indivíduo representaria o “melhor tipo” do norte riograndense, devendo servir de exemplo para todo o estado. Enquanto os habitantes das terras litorâneas e da “atrasada capital” eram apenas grupos comuns, o homem do Sertão potiguar tinha características únicas, tradições únicas, identidades próprias. Feitas as ponderações anteriores sobre as motivações e contexto político por trás da obra de Rocha Pombo, não

¹⁶⁸ Ibid. p.200-201

¹⁶⁹ POMBO, Rocha. Op. Cit., p. 202

é de se estranhar os esforços empreendidos pelo autor em se associar a imagem do “verdadeiro norte riograndense” ao seridoense.

Por fim, é no capítulo reservado ao estudo dos costumes, usos, festas e tradições norte riograndenses que pode ser observada a maior demonstração de intencionalidade do autor paranaense em escrever sua obra. No décimo sétimo capítulo, Rocha Pombo escreveu sobre uma certa “classe de homens” que viviam no Rio Grande do Norte e reclamavam o posto de “verdadeiros titulares” do cenário político local. Arrogantes, agiam como verdadeiros aristocratas. As considerações feita por ele sobre esta “aristocracia de aldeia” pode ser entendida como uma crítica insinuada aos Albuquerque Maranhão:

Como em todas as capitánias, encontrava-se no Rio Grande do Norte uma classe de homens que se distinguiam pela sua fortuna, ou pelo seu poder ou prestígio: eram os descendentes dos primeiros povoadores, e dos que tinham exercido os mais altos cargos da republica. Formavam a nobreza da terra, e eram em muito ciosos dos seus creditos e valimentos, e faziam muita questão de titulos e honrarias. Procuravam com empenho munir-se de privilegios, de favores excepcionaes e regias mercês com que se assegurasse a sorte da familia. – O preconceito dessa aristocracia de aldeia conservava os cargos, principalmente dos de eleição, quase num dado circulo de pessoas. O adventicio era tratatado, si não propriamente com menosprezo, pelo menos como gente que devia “não sahir do seu logar”. Não raro, aquelles nobres tinham tambem, e ás vezes na mais alta dose, o seu orgulho de familia, menos no emtanto presumpção de sangue azul que empafia de posição ou de fortuna.¹⁷⁰

Estes tipos de homens seriam as pessoas que os leitores potiguares deveriam aprender a repudiar. Eram estes indivíduos os responsáveis pelo atraso socioeconômico do estado e que, por séculos mostraram sua imperícia de governar. Para o autor, o exemplo claro deste desgoverno desta “aristocracia de aldeia” era a própria cidade de Natal, que durante o século XX ainda possuía aspectos de uma cidade pequena, ou até de uma vila. Em contraste com esta situação, apresentava-se o sertanejo, que durante os últimos três séculos promoveu franco desenvolvimento da região seridoense potiguar. O sertanejo seria, para Rocha Pombo – e também para quem lhe financiou – o elemento que melhor representava o Rio Grande do Norte. Por tudo aquilo que ele já havia provado e pelo que ainda podia se esperar num futuro breve. O melhor exemplo de potiguar que a juventude deveria se espelhar era o do homem do campo.

¹⁷⁰ Ibid. p. 207

A obra de Rocha Pombo foi a que primeiro chegou nos bancos escolares do Rio Grande do Norte ainda em 1923. No âmbito estadual, foi amplamente divulgada, entretanto, à nível nacional, a obra de Lyra permaneceu sendo reconhecida como maior e mais importante sendo em 1925, durante o governo de José Augusto Bezerra de Medeiros, também indicada para o ensino primário potiguar. Apesar dos esforços da “facção do Seridó”, a história ainda era contada a partir dos feitos de seus heróis. O caráter norte riograndense a ser seguido pelos estudantes até poderia ser o do “bravo sertanejo mas os grandes feitos ainda eram os do colonizador José de Albuquerque, dos “mártires republicanos” Miguelinho e André de Albuquerque e do “proclamador da República” Pedro Velho.

Conclusão

A História, enquanto disciplina escolar, esteve presente nos currículos potiguares desde o início da formação dos sistemas escolares. Havia duas funções claras que justificavam a sua manutenção: auxiliar as disciplinas de leitura e escrita, sendo utilizadas como texto de suporte e também de moldar o caráter do estudante, inculcando alguns preceitos civilizatórios a partir do exemplo dos grandes homens. Porém, apesar de prescrita por lei, pelo menos desde 1874, o seu ensino não chegava a ser, de fato, ministrado. A imperícia dos professores, as intempéries climáticas que impediam a condução das classes e o alto índice de evasão escolar impedia que muitos alunos chegassem ao último ano do curso primário, ao qual a disciplina estava reservada. Ligada à questão moral, o desenvolvimento da disciplina só se tornou de fato expressivo a partir de 1908 quando, pela primeira vez, se previu o que deveria ser ensinado.

Nacionalmente, foram nas últimas décadas do século XIX que a História foi delineada. Além da História Sagrada, aqui ensinada a partir do compêndio de Joaquim Maria de Macedo, era ensinada a História Universal. Ambas, destinadas ao ensino secundário, com a missão de importar uma bagagem cultural e ampliar a erudição dos estudantes. Nos últimos anos do secundário, quando já possuíam pleno domínio das competências de leitura, escrita e interpretação, estudavam sobre os fatos históricos mais importante do mundo antigo e dos países ocidentais. Estabeleciam como parâmetro a Europa e comparavam com o continente americano e o Brasil. Os jovens precisavam

aprender que, apesar de estarem no Brasil, um país ainda “incivilizado”, tinham seus genes oriundos das terras portuguesas e delas herdavam suas tradições.

A proclamação da República trouxe a necessidade de se criar um sentimento nacional, que diferente do modelo monárquico, baseava-se na união e contribuição dos entes federados para a construção de uma grande identidade nacional. No Rio Grande do Norte, suas primeiras leis de ensino foram mais voltadas para a questão da municipalização. Era necessário, primeiro, conseguir de fato implementar escolas em todas as vilas e cidades. Entre os anos de 1892 e 1907, estas foram as pautas principais. Só em 1914, vencidas - ou deixadas de lado - essas discussões, o governo criou o seu primeiro regimento escolar para o ensino primário. Baseado no regimento do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, foi a partir do Decreto nº 178 de 29 de abril de 1908 que foi instituído o primeiro currículo escolar que previa o ensino de História do Rio Grande do Norte.

Este Regimento Interno conferia ao ensino de História uma importância maior, promovendo-a a partir das datas mais importantes, dos feitos dos seus heróis nacionais e potiguares. Os conteúdos previstos seguiam uma linha cronológica e linear, mudando apenas o enfoque. Nos cursos infantis, o aluno aprenderia sobre o Brasil. A partir da História Pátria, descobririam os principais fatos que deveriam ser rememorados: o descobrimento do país; a colonização, as batalhas com espanhóis, franceses e holandeses; a proclamação da independência; os movimentos em prol da República; a abolição da escravidão; a instauração do regime republicano. Nos cursos elementares, por sua vez, as discussões eram inseridas a partir da lógica estadual, a partir dos feitos do colonizador André de Albuquerque; dos atos heroicos do índio Felipe Camarão contra os invasores holandeses; do martírio de André de Albuquerque Maranhão e do Frei Miguelinho em prol da República, no contexto da Revolta dos Padres; da importância de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão à causa republicana estadual. No ensino secundário, restrito aos poucos que conseguiam se formar no ensino primário e tinham a possibilidade de matricular-se nas pouquíssimas escolas secundárias do estado, ao invés das aulas a partir das palestras, era previsto o ensino propedêutico, cultural.

No intento de fazer vigorar esse novo ensino de história na educação básica potiguar, era necessário também a produção de cartilhas, livros e materiais didáticos. Os livros de história nacional eram os mesmos adotados nas diferentes capitais brasileiras, mudaram-se poucas vezes. Os de história regional, por sua vez, causavam preocupação

pois, até o ano de 1925 não existiam livros de história do Rio Grande do Norte criados exatamente para a educação. A maioria dos livros eram indicados apenas para os professores. Consistia sua maioria em teses e trabalhos dos “homens de letras” potiguares ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte que, no contexto da *Questão de Grossos*, foram incitados a produzir conhecimentos sobre a história, geografia, etnografia as tradições estaduais.

Não existia sequer um mercado editorial no estado sendo as poucas obras sobre o estado produzidas na Capital Federal do Brasil, como foi o caso das histórias do Rio Grande do Norte de Rocha Pombo e Tavares de Lyra. Ambas as obras se configuraram como as mais indicadas para mocidade potiguar. Escritas a partir de dois interesses bem distintos: uma para perpetuar a história dos Albuquerque Maranhão e a outra para contestá-la, criando como o principal símbolo deste estado a imagem do homem sertanejo. Esta disputa de narrativas deu-se a partir da reformulação do quadro político local, quando os membros da cultura cotonicultora ascenderam economicamente sobre os antigos mandatários do estado, fortemente ligados à cultura açucareira. E apesar deste embate no campo político e intelectual o que se observou pelo menos até os últimos suspiros do regime republicano foi uma provável inexistência dessas discussões em sala de aula. Como alertava Goodson, entre o currículo formal e o currículo real pode haver diferenças gritantes. O ensino de História permanecia como um mero apêndice da alfabetização e do letramento, ministrada de forma conjugada à disciplina de Geografia.

A produção de livros didáticos de História do Rio Grande do Norte é até hoje bastante modesta. Se formos considerar a real existência de um livro didático de História do Rio Grande do Norte, saltaríamos a Primeira República, a Era Vargas e chegaríamos na década de 50. Durante toda a investigação foi encontrado apenas um livro que realmente se propôs para fins didáticos: escrito em 1952 pelo professor de História Universal, Gramática e, pasmem, Educação Física do Atheneu Norte Riograndense, Clementino Hermogenes da Silva Câmara. Seu trabalho intitula-se *Geografia e História do Rio Grande do Norte* e foi escrita com o interesse de ensinar aos alunos da Escola Normal de Natal a história do estado que deveria ser ensinada para os seus futuros alunos.

Esta pesquisa acaba por aqui. Não por terem se esgotado as discussões, mas pelo prazo para entregá-la. Muitos elementos desta disciplina escolar ficaram de fora, principalmente a questão da recepção dos alunos e professores ao ensino de História do Rio Grande do Norte e a sua real aplicação no currículo escolar. Muitos indícios foram

lançados, entretanto muitas dificuldades também foram encontradas. A ausência de fontes, a precariedade dos acervos e arquivos – como o Arquivo Público do Estado, que durante esses dois anos de pesquisa esteve fechado, ou da Secretaria de Educação do Estado que não tinha controle sobre existência ou não destes documentos no seu acervo – de certa forma restringiram o trabalho em alguns aspectos. Por outro lado, muitas outras fontes como as leis e decretos estaduais voltados para a educação, os regimentos internos dos grupos escolares do Rio Grande do Norte, os livros didáticos de história nacional e de histórias regionais foram encontrados nos meios digitais. Sites como a *Hemeroteca Digital*, da Biblioteca Nacional; o *Center for Research Libraries*; o site do Laboratório de Ensino e Material Didático e o *Repositório de História e Memória da Educação* foram de vital importância e demonstram, cada vez mais a importância não só da preservação do documento, mas da sua digitalização e difusão. Resta, nesse momento, reunir novos documentos e analisá-los para que, futuramente sejam feitas novas pesquisas e mais respostas sejam encontradas para as perguntas que aqui propostas.

Fontes

1. Mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Rio Grande do Norte pela Junta Governativa do mesmo Estado em 20 de fevereiro de 1892.** Natal. 1892

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão por ocasião de abrir-se a sessão extraordinária da 1ª Legislatura em 14 de Julho de 1894.** Natal, 1894.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão por ocasião de abrir-se a sessão extraordinária da 2ª Legislatura em 31 de Janeiro de 1895.** Natal, Typ. *D'A República*. 1895.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho por ocasião de abrir-se a 2ª sessão extraordinária da 2ª Legislatura em 15 de julho de 1896.** Natal, Typ. *D'A República*. 1896

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra no dia 25 de março de 1904.** Natal, Typ. *D'A República*. 1896.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da sexta legislatura em 1º de novembro de 1907 pelo Governador Antônio José de Mello e Souza.** Natal, Typ. *D'A República* 1907.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da sexta Legislatura em 1º de novembro de 1908 pelo governador Alberto Maranhão.** Natal, Typ. *D'A República* 1908.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda sessão da oitava Legislatura em 1º de novembro de 1914.** Natal, Typ. *D'A República* 1914.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da décima legislatura em 1º de novembro de 1919 pelo Governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves.** Natal, Typ. D'A *República* 1919.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem Lida perante o Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da undécima legislatura em 1º de novembro de 1922 pelo governador Antônio José de Mello e Souza.** Natal, Typ. D'A *República* 1922.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da décima legislatura em 1º de novembro de 1923 pelo Governador Antônio José de Mello e Souza.** Natal, Typ. D'A *República* 1923.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da 12ª Legislatura em 1º de novembro de 1925 pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros.** Natal, Typ. D'A *República* 1925.

Leis, Decretos e Regimentos

RIO GRANDE DO NORTE. **Constituição do estado do Rio Grande do Norte, do ano de 1892.** Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224222>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 6, de 30 de maio de 1892.** Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7180>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892.**

Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7180>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 21 de 4 de abril de 1893.** Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=138924&pasta=ano%20189>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907.** Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4024/3291>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 178 de 29 de abril de 1908 que cria a Escola Normal de Natal** Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104074>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte de 1914**. Disponível em: <<http://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE. Programa da Escola Doméstica de Natal aprovado pela Diretoria Geral da Instrução Pública. 1914. Typ. D'A *Republica*

RIO GRANDE DO NORTE. **Ato n. 51 e Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1925**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105316>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

Bibliografia

ALBUQUERQUE MARANHÃO, P. V. DE; CAMARA, J. S. R. DA. Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892. **Revista Educação em Questão**, v. 38, n. 24, 15 ago. 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAUJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização de rede escolar do Rio Grande do Norte: Colônia a Primeira República**. 1979. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo.

_____. Lei nº 6, de 30 de maio de 1892. **Revista Educação em Questão**, v. 51, n. 37, p. 274-276, 15 abr. 2015.

BITTENCOURT, Circe. M.F. **Patria, civilização e Trabalho**: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.

_____. Disciplinas escolares: História e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus, RANZI, Serlei. (Orgs.) **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF. 2003.

_____. Identidade nacional e ensino de História no Brasil. In: KARNAL. Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2006

_____. **Livro didático e saber escolar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à profana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.13, nº 25/26; pp. 193-221. set. 92/ago. 93

BOURDIEU. Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus. 1996.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRRN, 2002.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

FARIA FILHO, Luciano. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Faria e VEIGA, Cynthia (Orgas.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado**: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço. 2009. p. 13

GOMES NETO, João Mauricio. **Entre a ausência declarada e a presença reclamada**: a identidade potiguar em questão. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. 2006. 323 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio De Janeiro, 2006.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. São Paulo: EDUCA, 1997.

_____. **Social History of Curriculum Subjects**. Scandinavian Journal of Educational Research. jan.1990.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. n° 1, p.5-27. 1988.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia: uma questão regional? In: SILVA, M. A. (org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Anpuh; Marco Zero, 1990.

_____. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da república. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan. /jun. 2001.

LOPOLDINO, Maria Aparecida. **Políticas Culturais e livros didáticos de História: Rocha Pombo na capital da República**. Revista Brasileira de História da Educação. v. 19, 2019. p. 10

LINDOSO, José Antônio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na velha República**.

LUCHESE, F. (2008). Criando a nação: os livros didáticos de história do Brasil de Rocha Pombo (1857-1933). **Revista Educação on-line**. 2008. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=12181@1>>. Acessado em 19 de setembro de 2019. Acessado em 19 de setembro de 2019.

LYRA, Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MOMBELLI, Cecília. **A formação dos jovens cidadãos: a construção da disciplina escolar de história no Rio Grande do Sul na Primeira República**. 2015. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação (online)**, v. 20, n. 50. set./dez. 2016. P.119-138.

PEIXOTO, Renato Amado. Tavares de Lyra. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. CPDOC – FGV.

Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/3>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

_____. Joaquim Ferreira Chaves. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. CPDOC – FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/3>>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

POMBO, Rocha. **História do estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo. A República no Rio Grande do Norte: memória e historiografia. In: MATA, Sérgio Ricardo da, MOLLO, Helena Miranda, VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)**. 2006. 308 f. Tese. Natal, 2006.

SILVA, A. **Ensino e mercado editorial de livros didáticos de história do Brasil** (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2008

SILVA, Francinaide de Lima. **O grupo escolar modelo augusto severo (1908-1928): vinte anos de formação de professores**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

_____. **A escola normal de natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

_____. Grupos Escolares do Rio Grande Do Norte (1907-1930): Cultura e Forma Escolares. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. 2017. p. 7.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves. Sociabilidade intelectual na imprensa natalense na Primeira República (1889-1930). **Revista Vozes, Pretérito & Devir**. Ano II, Vol. III. Num. 1. 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SUASSUNA, Eduardo B. Luiz. MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2005

VIANA, Helder. A república e os conhecimentos do território norte-rio-grandense In: NEGRO, Antônio, SOUZA, Everton, BELLINI, Ligia (orgs.). **Tecendo Histórias: espaço, política e identidade**. Bahia: EDUFBA, 2009.